

## **GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

### NOTAS TAQUIGRÁFICAS

**Comissão: Segurança Pública**

**Local: Plenário**

**Município:**

**Data: 18/3/2016**

**Horário: 9 horas**

**Folhas: 174**

**Duração: 8h30min**

**Presidente: Deputado Sargento Rodrigues**

**Coordenador: Deputado federal Subtenente Gonzaga**

**Coordenador: Deputado federal Delegado Edson Moreira**

**Deputados: Deputado João Leite**

**Convidados:**

**Sr. Rodrigo de Melo Teixeira**

**Sr. Bernardo Santana de Vasconcellos**

**Sr. Maurício Campos Júnior**

**Sr. Pedro Carlos Bitencourt Marcondes**

**Sr. Carlos André Mariani Bittencourt**

**Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini**

**Sr. Paulo Felipe Gonzalez Saback**

**Sra. Andrea Claudia Vacchiano**

**Cel. Edgard Estevo da Silva**

**Cel. Luiz Henrique Gualberto Moreira**

**Sr. Sérgio Barboza Menezes**

**Sr. Carlos Henrique Cotta D'Ângelo**

**Sr. Alexandre Marques de Miranda**

**Sr. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves**

**Subten. Heder Martins de Oliveira**

**Sr. Denilson Aparecido Martins**

**Sr. Marco Antonio de Paula Assis**

**Sr. Rodrigo dos Santos Marques Porto**

**Sra. Maria Inês Miranda Mendonça**

**Cel. Valter de Souza Lucas**

**Cel. Jorge Batista de Araújo Filho**

**Ten.-Cel. Ailton Cirilo da Silva**

**Sgt. Marco Antônio Bahia Silva**

**Sr. Walney José de Almeida**

**Sr. Fábio Henrique Queiroz**

**Cb. Álvaro Rodrigues Coelho**

**Sr. Fernando Carlos Wanderley Rocha**

**Sr. Antônio Carlos de Alvarenga Freitas**

**Cel Piccinini**

**Cel. César Braz Ladeira**

**Sr. Rodrigo Sérgio Prates**

**Sgt. Alexandre Rodrigues**

**Cel. Marco Antônio Bicalho**

**Sr. Bruno Tasca Cabral**

**Sr. Guido Marcelo Mayol**

**Cel. Norberto Rômulo Russo**

**Sgt. Matscelo Boaz Tarley**

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 2

**O presidente (deputado Sargento Rodrigues)** – Há número regimental. Declaro aberta a 1ª Reunião Especial Comissão de Segurança Pública na 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura. Solicito às deputadas e aos deputados que registrem presença nos postos de habilitação.

Nos termos do art. 32, § 1º, do Regimento Interno, a presidência dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita às deputadas e aos deputados que a subscrevam.

Destina-se esta reunião a debater a viabilidade de unificação das Polícias Civil e Militar e de seus desdobramentos, com a participação da comissão especial que discute o tema “Unificação das polícias na Câmara dos Deputados”.

A presidência registra e agradece a presença do ilustre deputado federal Subtenente Gonzaga; do deputado João Leite, vice-presidente desta comissão; e do deputado Antônio Carlos Arantes.

A presidência convida para compor a Mesa: Dr. Rodrigo de Melo Teixeira, secretário adjunto de Defesa Social, representando o secretário Bernardo Santana de Vasconcellos; Cel. Marco Antônio Bicalho, chefe do Estado-Maior da PMMG, que, neste ato, representa o Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da PMMG; Carlos Henrique Cotta D'Ângelo, delegado de Polícia Federal de Uberlândia, que neste ato representa o Dr. Sérgio Barboza Menezes, superintendente regional da instituição em Minas Gerais; Cel. Edgard Estevo da Silva, diretor de Assuntos Institucionais do

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 3

Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, representando o Cel. Luiz Henrique Gualberto Moreira, comandante-geral da corporação; Alexandre Marques de Miranda, presidente da Comissão de Direito Militar da OAB, representando neste ato Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, presidente da OAB Minas Gerais; Maurício Campos Júnior, ex-secretário de Defesa Social e integrante da Comissão Especial de Segurança Pública do Conselho Federal da OAB; Rodrigo Sérgio Prates, comandante da Guarda Municipal de Belo Horizonte; Denílson Aparecido Martins, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais - Sindpol -; Subten. Heder Martins de Oliveira, 1º-vice-presidente da Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças - Anaspra.

A presidência informa que as primeiras fileiras de cadeira do Plenário estão reservadas para os debatedores do Painel I e para os expositores e debatedores do Painel II, que será realizado à tarde.

Na qualidade de presidente da Comissão de Segurança Pública, passo a tecer minhas considerações iniciais. Vamos tentar - é um pouco difícil fazer isso, principalmente em se tratando de deputados - nos organizar.

É um tema tão longo e tão complexo, Cel. Bicalho, que 15 minutos é um tempo muito curto para todos nós. Entretanto, como precisamos efetivamente partir para o debate, vamos tentar ser disciplinados com o tempo.

Primeiro, desejo um bom dia a todos os policiais civis, militares, bombeiros, guardas municipais e policiais federais.  
Código do documento: 1150214

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 4

Deputado João Leite, quero fazer uma saudação especial, talvez ele nem saiba, mas acompanhamos, de perto, ao Dr. Carlos Henrique Cotta D'Ângelo, delegado da Polícia Federal em Uberlândia, pelo trabalho que apresenta. O delegado combate com muito vigor o tráfico de drogas e de armas na região do Pontal do Triângulo. O jornal *O Tempo* dedicou uma semana de matérias destinadas ao trabalho da Polícia Federal na região. Dr. Carlos, saiba que tem aqui um admirador, uma pessoa que, mais do que nunca, vê na Polícia Federal uma instituição que nos representa à altura. Deus lhe dê muita saúde e energia para que o senhor continue junto com os demais delegados e agentes federais, escrivães e toda a Polícia Federal no Triângulo, fazendo esse belíssimo trabalho, que já foi, inclusive, objeto de várias moções de aplausos na Comissão de Segurança Pública. Deputado federal Subtenente Gonzaga, estamos, inclusive, aguardando a presença do ilustre deputado federal Edson Moreira, presidente da comissão especial que debate esse tema e delegado-geral de Polícia Civil. Existe algum delegado da Polícia Civil, neste ato, representando a instituição? Registramos, com muita alegria, a presença do Dr. Antônio Carlos de Alvarenga, que sentou na primeira fileira, porque também será debatedor. Dr. Carlos, gostaríamos que compusesse a Mesa conosco, seria uma honra tê-lo aqui. Afinal de contas, é um debate específico sobre a unificação das duas polícias. Por gentileza. A presidência pede desculpas inicialmente, mas é porque o Dr. Carlos estava previsto para outro painel e houve um ruído em nossa comunicação.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 5

Deputado federal Subtenente Gonzaga, gostaríamos de ter aqui, inclusive, uma representação maior da Polícia Civil para exatamente ter um debate equilibrado entre os opositores. Esperamos que isso possa ocorrer na parte da tarde, para que tenhamos uma mesa de debate equilibrada. O deputado federal Subtenente Gonzaga nos acionou para que a Assembleia pudesse sediar este importante debate e, em meio a inúmeras cobranças da sociedade e dos diversos veículos de comunicação sobre melhoria e aperfeiçoamento da segurança pública, possamos dar respostas à sociedade, sobre as ideias, os temas e as proposições de leis que vão surgindo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

No entanto, nós estamos inclusive com outra proposta, encabeçada pelo deputado federal Subtenente Gonzaga, que trata também do ciclo completo de polícia. E não há como fazer este debate aqui hoje sem também passar pelo debate do ciclo completo de polícia.

Quando eu ainda estava - e vou me dirigir ao Cel. Marco Antônio Bicalho, porque ele representa aqui a instituição Polícia Militar - no comando de viatura da Rotam, deputado João Leite, no início da década 1990, eu também achava que seria uma boa, vamos dizer assim, bem no coloquial, a unificação das polícias. Eu achava que seria uma belíssima proposta, mas porque, às vezes, estamos envolvidos tão somente naquela função específica, no seu setor de patrulhamento, numa posição mais restrita, com uma área definida. Eu achava que realmente a unificação traria inúmeros benefícios.

Código do documento: 1150214

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 6

Vejo aqui o Cel. Prates, com quem estivemos ontem na posse do Sgt. Bahia como presidente da Aspra. Cel. Prates, naquela época eu achava realmente que a unificação traria ganhos para a sociedade. O que importa é nós todos nos mobilizarmos, diversos servidores públicos de várias áreas da defesa social, para fazer o debate, inclusive envolvendo a Comissão de Segurança Pública da Assembleia e a comissão especial da Câmara dos Deputados, pois não temos como único e exclusivo objetivo atender às demandas da sociedade? Ontem, na posse do Sgt. Bahia, a gente lembrou, de forma muito fraternal, com o Cel. Prates, o Cel. James, que hoje está no Tribunal de Justiça Militar, e o Cel. Romualdo, que também se faz presente, fomos contemporâneos da mesma unidade. Naquela ocasião, eu imaginava que, se unificassem as polícias, deputado João Leite, nós teríamos melhorias, iríamos avançar na questão da segurança pública.

Porém, depois de alçado ao cargo de deputado estadual, fui obrigado a fazer uma leitura maior do tema e não só discutir a unificação, mas tratar o tema de forma sistêmica, com um olhar que atenda inclusive à engrenagem chamada aparato de justiça criminal. Então as coisas começaram a deixar de ser tão simplistas, um simples toque de magia para unificação das Polícias Civil e Militar. Até porque precisamos discutir como fica a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Guarda Civil neste debate. Será que, se fossem unificadas as duas polícias, deputado Subtenente Gonzaga, nós vamos trazer a eficiência e a solução que queremos para a sociedade? Porque o nosso debate só pode

Código do documento: 1150214

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 7

interessar, no final de toda e qualquer discussão, de toda construção de proposta, ao cidadão, que é quem nos paga. Ele paga ao parlamento federal, ao parlamento estadual, ao policial militar, ao policial civil, ao federal, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário.

Eu penso hoje, com muito mais maturidade, Subtenente Gonzaga, que essa proposta não pode vingar, é uma proposta que não atenderá aos anseios do cidadão, não atenderá enquanto ferramenta. Então é preciso, principalmente nas terras mineiras, dizer que há duas culturas absolutamente diferentes entre Polícia Civil e Polícia Militar. Nós estamos em Minas Gerais. As duas instituições são bisseculares, mas todas elas têm culturas absolutamente diferentes.

Podemos fazer a integração? Não. Devemos. Devemos avançar na integração? Devemos. Mas afirmar que a unificação vai trazer resultados práticos, vai trazer maior eficiência no combate ao crime, é uma falácia. Por quê? Abstraindo o aspecto cultural, Dr. Carlos D'Ângelo e Dr. Rodrigo que, antes de ser secretário adjunto é delegado da Polícia Federal, vemos que é a mesma proposta que poderiam fazer com a Polícia Rodoviária Federal e com a Polícia Federal.

As instâncias hierárquicas da Polícia Militar têm poder de decisão em todas elas. Quando estamos daqui acompanhando uma ocorrência em Salto da Divisa ou em Juvenília ou em Formoso... Tem gente aqui que nem deve imaginar onde fica isso, como conheço todas as extremidades do Estado, sei que Juvenília está a 830km de

Código do documento: 1150214

Belo Horizonte, está a 33km depois de Montalvânia, no extremo Norte de Minas. Sabemos que, se lá houver um soldado ou um cabo comandando aquele destacamento, aquela menor fração da Polícia Militar - às vezes em um distrito onde há um subdestacamento -, a autoridade de polícia ostensiva naquele local é o soldado, o cabo ou o sargento e ele tem poder de decisão. Em uma polícia ostensiva, é necessário que realmente haja essa competência e essas condições de realizar o seu trabalho. E isso é fato. Aí vamos unificar.

Quem comandaria a proposta de unificação? Já começamos com uma série de dificuldades. Temos uma instituição que fará 242 anos em 9 de junho deste ano, a Polícia Militar, que vem construindo um *know-how* de conhecimento ao longo desses mais de dois séculos de polícia ostensiva, e sabemos que essa polícia é valorosa e realmente presta um serviço de altíssima qualidade. Da mesma forma, a Polícia Civil. Aqui, acabamos tendo de esbarrar em algumas questões, mas a Polícia Civil tem hoje um déficit de efetivo. O Dr. Marco Antônio, presidente do Sindepominas, já se encontra aqui, registramos e agradecemos sua presença. Mas sabemos que não tem jeito de fazer essa unificação da forma que está proposta. Precisamos aperfeiçoar as polícias que temos, melhorar as polícias que temos. Se o assunto é melhorar a eficiência do combate ao crime, à violência e reduzir esses índices, será que a discussão pura e simples da unificação das Polícia Civil e Militar vai trazer a solução? Não. Em um português mais coloquial: o buraco é mais embaixo. O tema é muito mais complexo.

Código do documento: 1150214



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 9

Na legislatura passada, ocupei a vice-presidência da Comissão de Segurança Pública, o deputado João Leite era o presidente. E eu e o deputado João Leite realizamos várias audiências públicas pelo interior do Estado, pautando o debate, trazendo a responsabilidade do Ministério Público e do Poder Judiciário. Esse sim, talvez seja o maior problema que temos. Temos uma legislação penal frouxa, absolutamente frouxa, que beneficia muito o criminoso. Acompanhamos a Polícia Militar prender, a Polícia Civil ratificar o flagrante e encaminhar o inquérito, que vai parar na mão do MP, a não ser que seja um caso especial.

O bom, Dr. Marco Antônio, da imunidade parlamentar é essa, que não precisamos ficar com aquele zelinho de falar: será que o promotor não vai gostar?

Será que o Judiciário não vai gostar? Temos de falar. Temos hoje uma deficiência enorme de efetivo na Polícia Civil. A maior deficiência de efetivo hoje está na Polícia Civil, isso é fato, está na Polícia Civil, envolvendo delegados, peritos, médicos-legistas, agentes de polícia, investigadores. É fato. Precisamos equipar a Polícia Civil e dar a ela efetivo, precisamos fazer o melhor possível para que consiga responder a sobrecarga de trabalho que tem. O mesmo deve ocorrer com a Polícia Militar.

Denílson, tem gente fazendo cobranças ao Ministério Público, chamando o MP para o debate. Nas audiências públicas do interior, Dr. Marco Antônio, o senhor pode ficar descansado, caso

se reúnam um promotor e um juiz em audiência pública na Comissão de Segurança Pública, eu cobro a fatura deles.

Dr. Edson e Dra. Míriam, fica muito fácil pegar alguns inquéritos de maior visibilidade e falar quanto a estes, faremos um trabalho excepcional. Mas e o varejo? E o furto e o roubo, que se alastraram pelo País inteiro? Será que o MP tem esse mesmo entendimento? É preciso cobrar a fatura do Ministério Público. Se o inquérito para nas mãos do MP ou do Judiciário, não está havendo vazão à altura. Não estamos conseguindo fazer com que o aparato de justiça criminal funcione a contento para responder os questionamentos, as cobranças que são cada vez maiores.

Deputado Subtenente Gonzaga, antes de chegar aqui, conversava com V. Exa. pelo telefone. Em Minas Gerais, Cel. Bicalho, temos 296 comarcas do Judiciário, que o MP também acompanha. A Polícia Civil, pelo que me parece, hoje não consegue acompanhar nem os 296, com a presença de delegados. Já começa aí uma falha, o dente da engrenagem não está encaixando. Falta delegado de polícia para compor pelo menos as 296 comarcas. Nem por isso a Polícia Civil deixa de produzir o número de inquéritos que chegam a essas comarcas. Mas e o MP? Ele tem dado vazão? Não. O Judiciário tem dado celeridade? Não. Então é um aparato de justiça criminal que não funciona a contento.

Quando eu era comandante de viatura da Rotam, Dr. Marco Antônio, eu achava que a unificação resolveria o problema. E a maturidade veio. Chegando ao Parlamento, fomos obrigados a fazer um debate mais alargado olhando a complexidade de cada problema da

Código do documento: 1150214

segurança pública. Tive oportunidade de ir para o Crisp e me especializar lá, com o Cláudio Beato, mas continuamos todo dia debatendo o tema, que é complexo. Tem gente que acha que vai chegar com varinha de condão, igual à fada madrinha, e solucionar o problema. Assim não se vai solucionar problema de segurança pública.

Sobre discutir, Subtenente Gonzaga, unificação de polícia, nesse tema específico minha opinião, meu encaminhamento é que assim não se soluciona problema de segurança pública. Sou contrário à unificação por tudo isso que já disse aqui. Precisamos da Polícia Militar como força pública ostensiva da forma que ela está.

Nós precisamos fazer o debate do ciclo completo de polícia, dando às duas polícias total competência; às duas, não a uma só. Aí sim vamos dar-lhes as ferramentas e condições, do ponto de vista jurídico, para que elas verdadeiramente possam responder. Se fizéssemos uma cobrança contundente, todos os dias, tanto do Parlamento estadual quanto do Congresso Nacional, do Ministério Público e do Poder Judiciário, em relação ao tema segurança pública, se apertássemos do lado de lá, com certeza melhorariamos, e muito a segurança pública em nosso país. Começaríamos pela reforma do Código Penal e do Código de Processo Penal, pois temos leis frouxas que só beneficiam o criminoso; o Ministério Público atento, dando vazão aos inquéritos que a Polícia Civil conclui; e o Judiciário pautando e julgando esses processos, para que

realmente consigamos evitar o crime, fazer a prevenção e a repressão.

Encerro minhas considerações no meu prazo, dizendo que, se queremos melhorar a eficiência da Polícia Civil e da Polícia Militar, unificação não é o caminho adequado. AS duas polícias têm absolutamente condições de responder à sociedade. Dê a eles os recursos humanos e logísticos necessários. Primeiro ponto: recursos humanos e logísticos. Dê a eles condições de trabalho, dê a eles ferramentas, dê a eles autonomia. Quando falo em ferramentas, estou referindo-me inclusive a uma boa reforma nas leis penais. Aí sim teremos condições. Aliás, fica até redundante um deputado classista falar em valorização dos servidores. Para este deputado, que exerce um mandato de deputado classista, ficaria até redundante. É óbvio que a valorização é a nossa tríade, Dr. Marco Antônio, é um reconhecimento. E falo aqui sem nenhum melindre. Já imaginou se todos os policiais e militares recebessem auxílio-moradia? Olha que bacana, era bom demais da conta. São tantas verbas. Há o auxílio-livro, olha que maravilha. Então, a polícia ia trabalhar, e o pessoal ia ficar impressionado. É lógico. Não tenho melindre para falar essas coisas.

Então, a valorização profissional passa por remuneração justa, digna. Passa pelas ferramentas adequadas, por efetivo e por uma legislação penal, deputado federal Subtenente Gonzaga, frouxa. Parece que o Congresso continua dormindo em berço esplêndido em relação a esse tema. Graças a Deus, aqui em Minas elegemos V. Exa., para nos ajudar e ser nossa voz lá, porque, se depender de  
Código do documento: 1150214

uma maioria, principalmente do nosso partido e de outros mais à esquerda... E falamos aqui porque estamos no mesmo partido. A visão deles é poética, bandido não tem de ser encarcerado. Ouvi deputado dizer no Plenário, deputado João Leite, que aqui não é quartel. Falei: quem dera se fosse quartel! "A Comissão de Segurança Pública não é quartel". Quem dera se fosse! No quartel as pessoas não chegam atrasadas. Se chegarem, são cobradas à responsabilidade. O quartel é lugar de mulheres e homens honrados, sérios, que combatem o crime, que têm amor à profissão, que têm devoção e que são os maiores garantidores de direitos fundamentais da população aqui, em Minas Gerais. (- Palmas.)

Esses, eu sei que estão, no sol, na chuva, na poeira, de madrugada, em qualquer parte deste Estado durante 24 horas por dia. É por isso que tenho muito orgulho, Cel. Bicalho, de ter vindo da caserna, de ter vindo do quartel, porque lá há pessoas sérias e honradas que engrandecem este país, que respeitam a ordem pública e que, acima de tudo, valorizam a moral e os bons costumes e respeitam os símbolos nacionais. Parabéns à Polícia Civil, à Polícia Militar, mas digo não à unificação.

Considerando que a Comissão de Segurança Pública, deputado João Leite, é a anfitriã da comissão especial da Câmara dos Deputados, vou passar a coordenação dos trabalhos ao ilustre deputado federal Subtenente Gonzaga, para que ele possa conduzir os trabalhos. Peço que fique à vontade. Caso queira, como deputado estadual, serei seu auxiliar imediato para ajudá-lo. Até porque

ele é subtenente e eu sou sargento, portanto ficarei aqui para auxiliá-lo. (- Risos.)

**O coordenador (deputado federal Subtenente Gonzaga) -**

Bom dia a todas e a todos. Quero, primeiramente, agradecer à Assembleia Legislativa, na pessoa de seu presidente, deputado Adalclever Lopes, e o empenho do deputado Sargento Rodrigues, junto à Comissão de Segurança Pública, para que pudéssemos viabilizar este seminário aqui na Casa, aqui no Plenário, até para que pudéssemos contar com a transmissão ao vivo da TV Assembleia, o que está ocorrendo. Portanto, este debate deverá, de imediato, ecoar por Minas Gerais afora, pela importância que nós estamos dando a esse assunto.

Quero agradecer a todos que atenderam ao convite da comissão especial. Não quero entrar nos meus juízos de valor, até por um esforço de darmos sequência, com nossos palestrantes, mas quero apenas situar em que pé está esta discussão e o porquê dessa comissão especial. Todos nós sabemos e acompanhamos que a proposta de unificação e desmilitarização tem sido colocada sistematicamente na Câmara Federal e no Senado por diferentes partidos. Já tivemos PEC do PT, já tivemos PEC do PSDB, já tivemos PEC do PTB, já tivemos PEC do PRB. Então, é uma discussão que, por mais que, de alguma forma, apontemos para um debate patrocinado e sustentado pela esquerda, ele tem a dimensão de discutir o Estado brasileiro a partir do modelo de polícia que temos, a partir da necessidade do efetivo para o combate à criminalidade, para termos

níveis aceitáveis de criminalidade e de violência, que, no Brasil, são inaceitáveis.

Portanto, vejo esse debate não numa perspectiva política, ideológica, eleitoral ou partidária, mas como uma discussão que o Estado brasileiro recorrentemente vem pautando no Congresso Nacional. Hoje há duas PECs especificamente no Senado: a PEC nº 51 e a PEC nº 102, que têm propostas diferentes e convergem em relação ao ciclo completo, como alternativa, mas que, do ponto de vista da organização, são propostas antagônicas. E temos, na Câmara, nada menos do que sete PECs que estão apensadas - neste momento o debate ainda está ocorrendo na CCJ - e que também trazem propostas para todos os gostos: unificação, desmilitarização, ciclo completo, tem de tudo. E, em algum momento, que espero que seja muito breve, uma comissão especial vai discutir o mérito. É um debate que, na minha expectativa, passa por uma decisão do Estado brasileiro.

A solução para o modelo de polícia não deve vir do interesse de nenhum dos segmentos específicos, de nenhuma força política ou partidária específica; o Estado brasileiro terá que fazer uma opção: ou deixar como está ou modificar; e, se for modificar, terá que tomar uma decisão.

O debate na CCJ está ocorrendo com o enfrentamento de todos esses temas. No ano passado, fizemos nada mais nada menos que 12 seminários, até um em Minas Gerais. Por iniciativa do deputado federal Delegado Edson Moreira, foi proposta a criação de uma comissão especial específica para discutir e propor o debate

Código do documento: 1150214

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 16

sobre o tema "Unificação da Polícia Civil e da Polícia Militar".

Essa comissão não se prende a nenhum projeto específico, ou seja, não se prende à PEC A ou à B, prende-se apenas à tese da unificação. Dela, podem resultar propostas de outras PECs, de outros projetos de lei, mas ela não nasce presa a uma PEC, e sim a um tema. Obviamente, fomos para esta comissão com o propósito de contribuir com o debate.

Se não discutirmos nada, pode não acontecer nada, mas pode ser também que alguém decida por nós; podemos discutir e ter a nossa tese contemplada ou derrotada; o que não podemos é ignorar que o debate está acontecendo e que forças diversas estão buscando alternativas legítimas para a segurança pública. Realmente, todos nós reconhecemos que há um índice de violência, criminalidade e impunidade resultante do nosso sistema, e não me refiro apenas ao de polícia, mas ao sistema de execução criminal como um todo, e isso precisa ser enfrentado. Então, foram propostos vários seminários, em vários estados, e apresentei o requerimento para realizarmos um aqui. Fizemos o esforço de contemplar todas as instituições: Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Guarda Municipal, agentes penitenciários, enfim, todas as instituições e representações desses segmentos.

Do ponto de vista do planejamento, organizamos um debate, agora pela manhã, com quatro expositores: três representantes de nossas instituições e o Dr. Maurício, ex-secretário de Defesa Social de Minas Gerais - portanto profundo conhecedor do assunto; à tarde, novamente três instituições terão

Código do documento: 1150214



seu espaço e mais os debatedores. Fizemos o esforço de trabalhar o dia inteiro, então a expectativa é voltarmos na parte da tarde, pois estes são momentos que não podemos jogar fora. Estamos em uma crise política, institucional e econômica, mas, de alguma forma, ela vai passar. A economia pode demorar mais, mas a política, de um lado ou de outro, vai se resolver, e este debate não pode ser interrompido por causa de uma crise. Precisamos nos preparar para, quando ela passar, termos o que fazer.

Mais uma vez quero agradecer a todos e lembrar, especificamente, o deputado João Leite é uma das testemunhas, que não estamos discutindo esse tema a partir do nosso mandato. Em 2010, o deputado João Leite presidia a Comissão de Segurança Pública, que organizou o Fórum Técnico de Segurança Pública, e trouxemos esse tema. Tivemos dificuldades de pautá-lo no fórum, mas ele aprovou uma audiência pública para discutirmos. Portanto, deputado João Leite, registramos aqui o nosso reconhecimento por seu envolvimento e o reconhecimento de que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais já vem fazendo esse debate há um bom tempo.

Este seminário está sendo transmitido pela TV Assembleia. Esperamos que o deputado Sargento Rodrigues fique aqui o dia inteiro, pois não vai me auxiliar, e sim comandar o seminário.

Convidamos a fazer o uso da palavra o Dr. Rodrigo de Melo Teixeira, secretário adjunto de Defesa Social, neste ato

representando o secretário Bernardo Santana. V. Exa. tem a palavra por 20 minutos.

**O Sr. Rodrigo de Melo Teixeira** - Primeiramente bom dia a todos. Cumprimento o deputado Subtenente Gonzaga e, em sua pessoa, os outros membros da Mesa. Gostaria de dizer que para mim é uma honra estar aqui e poder falar de ciclo completo, de unificação de polícia, tema para o qual ninguém tem uma fórmula pronta.

A espécie humana sobreviveu porque o *homo sapiens* tinha capacidade de adaptação e solidariedade, coisa que o homem de Neandertal não tinha, razão pela qual, apesar de ser mais rústico, não sobreviveu.

Como o deputado Subtenente Gonzaga falou, sou delegado de Polícia Federal de carreira, mas estou há um ano e dois meses na Seds. Está aqui o secretário Maurício para confirmar, a Seds nos faz adaptar e mudar: mudar o pensamento e a maneira de ver as coisas, ainda mais para mim, que vim de uma instituição que considero importantíssima, não só eu, mas toda a opinião pública. Considero a instituição dos senhores, a Polícia Civil e a Polícia Militar, mais importante ainda porque os senhores estão no combate direto à criminalidade, essa criminalidade que chamam de varejo, a criminalidade que realmente incomoda o cidadão. Então, nesse contexto, apesar de o tema aqui ser ciclo completo e unificação da polícia, já que estou na Casa do povo e no Parlamento, acho que deveríamos ver a coisa sob o enfoque de se investir mais na educação. Teríamos de ter escola integral no Brasil para fechar as portas da criminalidade. Hoje nosso sistema prisional está

Código do documento: 1150214

explodindo de gente, superlotado. Não só em Minas Gerais, como no Brasil inteiro. Não temos mais condição de receber. Acredito um forte investimento na educação seria um caminho bem melhor. Mas, como aqui o tema é discutir ciclo completo de unificação de polícias e vejo o Plenário repleto de policiais, vamos entrar no tema, vamos enfrentá-lo.

Toda vez que se fala em unificação de polícia e ciclo completo aparecem entidades de classes, posicionamentos, entendimentos diversos, o que é natural no sistema democrático, e nunca chegaremos a um consenso. Há aqueles que defendem o sistema militar e a Polícia Militar fazer o ciclo completo, e é uma tese que tem de ser respeitada, vamos beber na fonte no modelo francês, da polícia italiana dos *carabinieri* ou a polícia chilena, que dizem que é um modelo que está dando certo, que outros criticam, e por aí vai. Os críticos de o sistema militar fazer o ciclo completo vão beber na fonte do sistema americano, que, apesar de ter uma estética militar, nos Estados Unidos existem mais de 12 mil polícias, e eles não são militares. Têm uma estética militar, como vemos em filmes, mas a polícia não é militarizada.

Eu, pessoalmente, fazendo uma reflexão, não sou dono da verdade e acredito que aqui ninguém seja, não acredito em nenhum desses modelos se aplicando diretamente no Brasil. Acredito no modelo brasileiro. Durante esse um ano e meio que estou na Seds, ouço todos os dias que o policial militar está na ponta, no interior e não há um policial civil para fazer a ocorrência. Então penso: a solução não é mexer no sistema, a solução é fazer

Código do documento: 1150214

concurso para a Polícia Civil. Vamos colocar o policial civil para ficar na ponta para trabalhar. O que eu acredito para o sistema brasileiro, e aqui estamos discutindo para Minas Gerais, mas qualquer mudança de estrutura de polícia tem de passar pelo parlamento federal porque está previsto no art. 144 da Constituição.

Não podemos fazer uma alteração no nível de Minas Gerais, mas acho válido os debates. As polícias são estaduais, mas a alteração é federal. Esses debates são válidos e devem ocorrer para se chegar a um denominador comum. Acredito que estamos no momento de lutar e trabalhar, e já existem PECs tramitando no Congresso nesse sentido. Por outro lado, deveríamos trabalhar mais por PECs que tivessem destinação constitucional de recursos federais às polícias estaduais.

Então pergunto: por que há recursos da saúde federal e verba carimbada, conforme diz a linguagem colonial, para a educação e para a saúde, se não há verba carimbada para a segurança pública? Segurança pública é menos importante que educação ou mais importante? Não sei. Só sei que o tripé de sustentação do Estado passa por saúde, educação e segurança.

Usando um termo da moda, a segurança pública vem sofrendo *bullying* institucional desde 1988. Então ela foi renegada. A segurança pública não é passiva, mas sim ativa. Mas como assim ativa? Quando não invisto em segurança pública o problema chega até a mim. Se não houver investimento em segurança pública, esse problema vai atingir toda a sociedade, o pobre e o

Código do documento: 1150214

rico, sem distinção. Mas hoje este parlamento acordou e está trazendo à tona essa discussão sobre a segurança pública, e é importantíssimo analisarmos esse enfoque de investimento em segurança; não vou defender o ciclo completo porque não tenho opinião formada.

Nos países em que existe o ciclo completo de cada instituição policial, esse tipo de crime precisa ser muito bem definido. Na verdade, esses países são pequenos. A França é menor que Minas Gerais, Portugal também é um país pequeno. Então são países pequenos, que não têm essa dimensão continental do Brasil. Caso venha a prosperar a tese do ciclo completo para cada instituição policial, isso precisará ser muito bem analisado para saber o tipo de crime, o território a ser trabalhado e tudo o que será atingido. Se as coisas não forem muito bem definidas, amanhã haverá uma rixa maior que a existente hoje. Precisamos definir muito bem esse contexto.

Vamos falar sobre outro cenário: unificação. Vamos unificar as polícias. Isso é ótimo, mas já é um outro debate. Não estou defendendo nenhuma das ideias, apenas levando-os à reflexão. Vamos desmilitarizar? Existem os que são favoráveis à desmilitarização, e temos de respeitar a opinião deles: "Vamos desmilitarizar porque a Polícia Militar traz o ranço da ditadura e do sistema militar". Não acredito nisso. Ela tem uma estrutura de militarizada, mas não traz consigo esse ranço, apesar de ouvirmos isso. Esse ponto de vista também precisa ser analisado.

Vamos unificar numa única Polícia Civil? Sim, porque, nos países em que há uma polícia unificada, ela tende a ser uma polícia civil. Qual é o país de dimensão continental que tem uma única polícia ou duas polícias? Ao fazer um paralelo com um país do tamanho do nosso, como os Estados Unidos, veremos que lá há 12 mil polícias. São 12 mil polícias de ciclo completo? Não sei qual é o conceito de ciclo completo, mas estive fazendo uma análise sobre isso. Em primeiro lugar, o Ministério Público dos Estados Unidos tem uma estrutura ou uma formatação completamente diferente da formatação do nosso Ministério Público. O Ministério Público dos Estados Unidos é subordinado a algo parecido com a nossa Secretaria de Justiça. Na verdade, ele é um híbrido entre um delegado e um promotor porque o modelo americano se inspirou no modelo inglês, em que o chefe de polícia é quem deve começar a ação penal, oferecer a denúncia. Esse modelo inglês, saído da Europa continental, é o modelo adotado na Dinamarca, nas colônias da Inglaterra, na Austrália e no Canadá. Ou seja, cada país fez a própria adaptação.

No Brasil sempre temos essa tendência de pegar um modelo ou uma ideia lá de fora e trazer o enlatado. "Pronto, vamos trazer esse modelo para cá". Não acredito, acho que o nosso modelo é bom. Por incrível que pareça, com todos os problemas que temos, com todas as críticas que sofremos, o nosso modelo é bom. Não acredito que uma unificação civil seria uma solução. Uma unificação militarizada sofreria muitas críticas. Aqui estou diante de uma plateia repleta de militares, mas vejo que são oficiais em grande

Código do documento: 1150214

maioria, os praças também são um pessoal extremamente qualificado.

Temos de começar a refletir que não há um modelo pronto.

Esses debates são válidos, sim, volto a repetir. Temos de nos inspirar em modelos de outros países, mas não só a questão policial. Temos de ver que o investimento, falei no início da minha exposição, educação em primeiro lugar.

Por fim, quero apenas relembrar que, nesse afã que temos, todos nós, operadores do direito e agentes de Estado, de querermos apresentar uma solução para o problema de segurança e de todos os outros tipos de problema - aqui, no nosso caso, é a segurança -, temos de tomar cuidado. Isso serve para mim, serve para os advogados, serve para a Polícia Militar, para a Polícia Civil. Para o Parlamento, não, vou dizer por que não. Temos de tomar cuidado para não começarmos a aplicar o direito que achamos ser o correto. As normas legais, as leis são feitas aqui nesta Casa ou no Congresso Nacional. Tivemos um recente episódio - e não estou criticando pessoas - em que o STF, por 10 a 1, teve de dizer que membros do Ministério Público não podem exercer função no Poder Executivo. Já anteriormente estavam dizendo: "Não, temos uma resolução" - acho que de número 77 ou 72 - "que permite e tal...". A Constituição era de uma leitura claríssima de que não poderia exercer essa função. Aqui não estou criticando instituições, mas apenas dando um exemplo que todo mundo acompanhou pela imprensa na semana passada. Então temos de ter em mente que quem legisla é o Poder Legislativo, e, diz o direito, em última instância o STF. Enquanto estamos com esse modelo e essas normas que nos regem,

Código do documento: 1150214

temos de aplicar a Constituição, as leis e as decisões da Suprema Corte. Esse é o modelo e o sistema que temos sob pena de virar uma anarquia institucional. Isso é apenas um alerta.

Somos favoráveis ao debate, sim, nesta Casa e no Congresso Nacional, sugestões de alterações e de melhoras, mas aplicando no momento o sistema então vigente, que não acho ruim, acho bom, acho válido, só peca nessa questão da destinação constitucional de recursos. Deveríamos estar, sim, discutindo destinação constitucional de recursos para a segurança pública. Acho mais relevante do que ficar... Não é irrelevante, acho que seria mais eficiente para a sociedade do que se discutir um projeto de unificação de duas instituições bisseculares, duas instituições que têm sua história e têm de ser valorizadas. Então, mais relevante seria o investimento do que discutir essas questões, assim como o ciclo completo para cada instituição, que também poderia gerar mais celeuma do que solução para a questão da segurança pública que temos hoje.

Seria estas as minhas considerações. Agradeço a V. Exa. a oportunidade.

**O coordenador (deputado federal Subtenente Gonzaga) -** Obrigado, Dr. Rodrigo, secretário adjunto de Defesa Social. Quero cumprimentar o Dr. Bernardo Santana e registrar a presença do Dr. Paulo Felipe Gonzalez Saback, delegado de Polícia Civil, representando a Dra. Andrea Cláudia Vacchiano, chefe da Polícia Civil, que terá à tarde espaço para sua exposição.



Lembro que aqui, neste público, há uma meia dúzia de comandantes-gerais do futuro. Acho que é um público extremamente importante para participar dessa construção, pois estamos discutindo não só o destino da Polícia Militar, mas da segurança pública como um todo. Quero cumprimentar os alunos que estão participando aqui. Vamos passar a palavra ao deputado João Leite e, logo após, ao Dr. Maurício Campos.

**O deputado João Leite** - Bom dia. Estou muito satisfeito em participar desta audiência, especialmente porque o deputado Sargento Rodrigues foi enquadrado. O Subtenente Gonzaga está acima dele hierarquicamente. Ele manda muito em mim na Comissão de Segurança, pois fui só um soldado do Exército, mas hoje ele teve de baixar a bola. Estou muito satisfeito com isso. Ele vai ter o momento para falar, vai ser dominado aqui. Sejam todos muito bem-vindos. É uma satisfação encontrar com tantos amigos: com o Dr. Maurício, querido amigo; com o Dr. Rodrigo - atuamos juntos em uma grande operação, foi uma operação de sucesso. Isso ocorreu quando os Estados Unidos deportaram dois aviões cheios de brasileiros. Eu era secretário de Desenvolvimento Social do Estado, e atuamos na recepção desses brasileiros. Realmente foi muito importante para nós a recepção daqueles brasileiros. Muitos deles ficaram presos por muito tempo e, junto à Polícia Federal, pudemos realizar um trabalho de recepção que marcou as nossas vidas, não é mesmo, Dr. Rodrigo? Esse trabalho foi muito importante. Os Estados Unidos queriam enviar aquelas pessoas algemadas, e a Polícia Federal foi muito dura: "Se chegar aqui algum brasileiro algemado, vamos

Código do documento: 1150214

prender os agentes americanos". No Brasil, eles não haviam cometido nenhum crime e não poderiam descer aqui algemados. Realmente foi uma quadra muito interessante e fiquei muito feliz de participar desse trabalho.

Quero rapidamente falar da minha experiência como filho de policial. É interessante ver essa polícia hierarquizada, que é a Polícia Militar, uniformizada, ostensiva. Mas, antes de 1969, a Polícia Civil era assim também. A Polícia Civil tinha um braço que era a Guarda Civil. Meu pai era guarda civil, fazia a guarda do governador. Meu pai foi guarda do governador Juscelino, do governador Israel Pinheiro, do governador Magalhães Pinto e do governador Bias Fortes, e quem comandava a Guarda Civil eram os delegados, eles determinavam o trabalho da polícia ostensiva. Meu pai serviu na Avenida Afonso Pena. É muito interessante. Outro dia, encontrei o deputado Laudívio Carvalho, que veio do Norte de Minas, e a referência dele em Belo Horizonte era o meu pai, que fazia a ronda na Avenida Afonso Pena. Então esse negócio de uniformizado e hierarquizado... A segurança pública, a Polícia Civil funcionava assim.

Não consigo entender essa distância entre a Polícia Militar e Polícia Civil. Não consigo entender por que os policiais militares substituíram a Guarda Civil. E a Guarda Civil engrossou o contingente, o efetivo da Polícia Civil. Meu pai se tornou investigador, e todos os seus colegas se tornaram investigadores. Eles permaneceram na Polícia Civil porque eram policiais civis. E a Polícia Militar entrou justamente aí. Não consigo,

Código do documento: 1150214

historicamente, ver em que momento houve essa separação, que não conseguem ter uma conversa. Na minha cabeça fica aquela visão do delegado que conversava com o oficial, que mandava no guarda civil que fazia o trabalho. A gente lembra que era radiopatrulha. O guarda civil ficava em uma viatura que percorria os bairros de Belo Horizonte, mas a maioria o trabalho era feito a pé. Meu pai e seus colegas faziam o trabalho a pé.

Não consigo entender isso. Perdemos e estamos perdendo muito tempo com isso. Não consigo entender, mesmo com toda a preparação da nossa Polícia Militar e Polícia Civil, por que não conversam entre si. Não consigo entender por que um delegado não pode tratar... Estou generalizando, pois sabemos que não é assim. Em vários lugares há uma ação muito completa da Polícia Civil com a Polícia Militar.

Estamos debatendo aqui a unificação. Para alguns isso é impossível, mas ela já existia no Brasil, gente, e dava muito certo. Sei que eram outros tempos. Eram tempos, por exemplo, de muito respeito. Sempre ouvimos falar em investimento em educação. Ouço falar em escola em tempo integral, mas gosto de tratar de família em tempo integral, pois hoje isso é uma avacalhação, não é mesmo, gente? Muitas vezes mandamos nossos filhos para a escola para que se tornem comunistas e marxistas, que não respeitam nenhuma hierarquia e que têm rebeldia.

Um dia, estava em uma reunião de debate com um parlamentar comunista. Estávamos em uma escola que é referência de valores, fidelidade, honestidade... A cada mês eles tratam de um

Código do documento: 1150214

desses valores na escola. De repente, aquele representante começou a gritar: "Cadê a rebeldia desse povo, desses meninos? Quero rebeldia. Quero...". Pensei: nossa, é isso que eles querem ensinar? Cadê o respeito?

Às vezes fico pensando no Ministério Público. Há uma quantidade de homem fazendo filho aí, gente. Eles entregam a criança para a mulher cuidar. E esses meninos hoje são cuidados pelos traficantes. Eles estão aí, jogados nas ruas. Não precisamos de mais escola. Precisamos de mais família. Temos de cobrar desses homens que cuidem dos filhos. Temos de responsabilizá-los. Eles têm de ensinar e cuidar das crianças. Estão todas largadas aí hoje. Vocês sabem do que estou falando.

Nasci na Vila Oeste, em Belo Horizonte, mas era outro tempo. Era um tempo de respeito. Quando um policial passava, a pessoa o respeitava. Quando eu era menino, jogador de futebol, em nosso campinho, quando passava um policial, parávamos o jogo, pois o respeitávamos. Hoje vejo como nossos policiais são tratados. Muitas vezes, isso é ensinado na escola, lamentavelmente. Essa rebeldia e resistência a qualquer ordem é ensinada na escola. Dizem: "Ah, não tem de respeitar, não". E eles desrespeitam o policial, pois não têm pai. Eles não respeitam ninguém. É lamentável o quadro em que vivemos, mas vemos, muitas vezes, os nossos governantes destratarem um policial federal, dizendo: "Essa Policial Federal de não sei o quê". Um governante disse isso da Polícia Federal. Ele falará da Polícia Militar e da Polícia Civil também. Há um desrespeito total em nosso país. Isso é o que está

Código do documento: 1150214

sendo ensinado. E ficamos pensando aqui se devemos ou não unificar as polícias. Gente, não sei nem qual é o alcance dessa palavra "unificação". Acho que isso não precisa nem ser posto em lei, mas temos de trabalhar juntos.

Há alguns anos, vimos o caso de um engenheiro que foi morto no ônibus que vinha de Poços de Caldas. Ele veio por uma estrada federal, e nem a Polícia Militar, nem a Polícia Civil foram chamadas, pois a atribuição era da Polícia Rodoviária Federal. Aquele jovem engenheiro veio morto no colo da noiva de Perdões a Belo Horizonte.

Eu comentava com o Dr. Maurício que está havendo uma discussão para saber de que competência é o mosquito da dengue, se é municipal, estadual ou federal. Um criminoso é de quem? Ele é da Polícia Civil, da Polícia Militar ou da Polícia Federal? Temos de juntar as polícias, gente. Estamos perdendo essa batalha apesar de toda a preparação das nossas polícias. Os nossos delegados estão muito preparados. Eles dominam toda a legislação. Os nossos policiais militares, soldados e cabos nas ruas, têm um nível alto. As pessoas ficam pensando que há o ranço da ditadura militar, mas eles são meninos e meninas que não sabem o que é isso. Eles conhecem a ditadura pelos livros de história. Eles nem sabem o que foi isso. Esses meninos e meninas que estão aqui nem sabem o que é isso. Eles envergam, com o maior orgulho, o uniforme da Polícia Militar. Os nossos policiais civis nem sabem o que foi o Dops. A doutora, por exemplo, era uma menina e nem sabe o que foi isso. A pessoa era arrastada para o Dops. Essa menina nem sabe o que é

Código do documento: 1150214

isso. Ela brincava, naquela altura, de boneca. Ela não sabe o que é isso. E ficamos nesse negócio. Eles nem sabem, gente.

Nem contam para eles, eles querem atuar, querem servir na rua. E, se o delegado estiver junto com eles, se a Polícia Rodoviária Federal se integrar à nossa Polícia Rodoviária Estadual se o nosso policial puder atuar numa situação dessas, será melhor. Na verdade, estamos trabalhando compartimentados. Na rodovia federal, os policiais militares e civis não podem entrar. Esse criminoso aqui é federal. Vinte e cinco por cento da malha rodoviária federal estão em Minas Gerais. A nossa Polícia Militar está em todos os lugares, mas não pode atuar, porque esse espaço não pertence a ela. Temos 700 policiais rodoviários federais para dar conta de todas essas rodovias federais. Vai dar certo, gente? Com certeza, não.

Este é um dia especial para todos nós. Temos de deixar várias coisas: o time para o qual torcemos, etc. O meu pai foi atacante do time da Polícia Civil. Fui mascote do time da Polícia Civil, tenho foto dessa época. Naquela altura, era polícia uniformizada, o delegado mandava. É só mudar, gente, é só trabalhar junto. Essa é a minha expectativa, e creio que é a expectativa de todos os brasileiros.

Confiamos muito em vocês que são líderes e têm de buscar esse entendimento. Não sei se é a unificação ou é a integração, que o Dr. Maurício fez como secretário de Defesa Social. Tínhamos 18 regiões integradas de segurança pública. A Comissão de Segurança Pública foi nas 18 regiões integradas. Queríamos apoiar

Código do documento: 1150214

aquilo: o delegado-geral junto com o coronel, os nossos policiais trabalhando juntos, as áreas integradas de segurança pública.

Outro dia fomos a uma área integrada de segurança pública dentro do Aglomerado da Serra, onde só há dois policiais militares. Disse para o Sargento Rodrigues: nossa! Que alvo ideal para os criminosos, hein? Dois policiais apenas, coitados! Graças a Deus ainda estão vivos. Naquele aglomerado são mil pessoas e apenas dois policiais militares guardando toda aquela área. Guardando o quê? O mato está crescendo em volta, ao lado há uma unidade de educação infantil. Perguntei para as pessoas da comunidade se estão com medo por causa dos tiroteios, e elas me responderam que não, que estão com medo da dengue, da zika, porque a área integrada de segurança pública está cheia de mato. "Virou um criadouro, a minha filha está com dengue, o outro está com zika."

Saúdo todos vocês neste nosso encontro da Polícia Civil, da Polícia Militar. Estou torcendo para que tudo dê certo. Os bombeiros estão aqui. Parabéns, Gonzaga! Mande com toda a sua autoridade nesse deputado Sargento Rodrigues. Muito obrigado.

**O coordenador (deputado federal Subtentente Gonzaga) -**

Aqui, tem de ser na base da parceria, senão não vai dar certo. Obrigado, deputado João Leite, que sempre tem contribuído com o debate. Só quero fazer uma observação muito rápida, porque, como coordenador, não devo emitir muita opinião. Mas um aspecto que tem chamado muito a minha atenção nesse processo de discussão é a necessidade de focar o debate na atuação policial. A discussão da

Código do documento: 1150214

segurança pública é um debate transversal. É preciso dialogar com todas as demais políticas públicas de saúde, de segurança, de educação, de habitação, de saneamento. Tudo tem a ver com o nível de violência, com o fator gerador de violência. Mas há uma questão que não podemos transferir, que é a discussão da eficiência e da eficácia da polícia. Nós é que temos de dar a resposta.

Ao conceder a palavra ao Dr. Mauricio Campos, faço um agradecimento especial. Ele demorou para confirmar sua presença, não por desprezo, muito pelo contrário, mas pelo apreço que demonstrou para conosco, para com o debate, para com a importância do tema. Então, fez um esforço grande para ajustar sua agenda a fim de vir aqui hoje. Um advogado de tanta competência não tem agenda vazia. Então, fazemos aqui um agradecimento especial pelo esforço que V. Exa. fez para estar presente. Com a palavra o Dr. Maurício de Oliveira Campos Júnior, que dispõe de até 20 minutos para sua exposição.

**O Sr. Maurício Campos Júnior** - Bom dia a todos. Quero saudar o Subtenente Gonzaga, nosso deputado federal; o deputado Sargento Rodrigues, na pessoa de quem saúdo as autoridades que compõem esta Mesa. Naturalmente, não posso deixar de cumprimentar, até por razão de amizade, o meu caro amigo João Leite. É sempre um prazer revê-lo, um agradável prazer revê-lo desde os campos de futebol até hoje. Sem desprestígio a qualquer outro membro da Mesa, não posso deixar de saudar o meu amigo Dr. Rodrigo, que hoje compõe a Secretaria de Estado de Defesa Social, como seu secretário adjunto, enfrentando um desafio sempre presente. A Código do documento: 1150214



secretaria não tem um dia igual ao outro, todos os dias são diferentes. Não há um trato homogêneo, é sempre muito heterogêneo, porque é heterogênea demais a secretaria que lida com aspectos e realidades muito dinâmicos, desde as preocupações corporativas institucionais das polícias, passando pelo Corpo de Bombeiros, pelo sistema prisional, sempre crítico, pela interface que mantém com casas como a Assembleia Legislativa, ou mesmo sempre crítica em relação ao sistema de justiça, ou seja, Poder Judiciário e Ministério Público. Tentando, como sempre procurei fazer, oferecer alguma contribuição, se é que posso dar alguma, é que aceitei o convite do deputado federal Subtenente Gonzaga, com a pretensão minimamente de voltar a esta Casa depois de algum tempo, prestando - muito mais que uma lição de um conhecimento que não possuo enquanto especialista, por assim dizer - um depoimento, quem sabe o testemunho de uma experiência à frente de uma secretaria tão dinâmica e crítica e da visão do advogado, emprestado naquele tempo a esse tipo de finalidade, numa convivência que não era de coordenação hierárquica, mas de integração total com o sistema de segurança pública e um esforço, naquilo que me cabia como advogado, na integração com o sistema de justiça.

O debate, sobretudo sensível como unificação de polícias, é antigo, sempre presente, muitas vezes objeto de críticas como a impossibilidade ou o desacerto dessa opção. Devo dizer que prezo muito e reconheço o esforço do deputado Subtenente Gonzaga. O lançamento de um debate muito à frente do seu tempo, de muita dificuldade de implementação, mas, como quem lança utopias, Código do documento: 1150214

consegue fazer com que outros tantos avancem um pouco mais nesse processo. O que estou dizendo com isso? Ao discutir unificação, há um certo incômodo que nos remete à necessidade de implementar mudanças que não chegarão a tanto, mas se constituirão em uma contribuição. Logo, este debate, caro deputado federal, é sempre uma oportunidade e sempre uma possibilidade de aprimoramento. Se não chegar a esse ponto, que chegue a algum ponto melhor do que o que nos encontramos hoje.

Talvez, por isso, e eu dizia isso quando passava pela secretaria, a unificação sempre se apresentou como algo de difícil implantação, um debate constitucional forte, com aspectos concretos ou práticos muito difíceis.

Muitas vezes, estamos falando de corporações e, no caso de Minas Gerais, bicentenárias de uma grande tradição. Aliás, é parte dessa tradição a autoestima que cada um dos membros tem em relação a sua corporação. Daí, já temos algumas dificuldades de uma implantação que constituísse uma ruptura com esse sentimento ou com uma visão que, por exemplo, constituísse uma espécie de renúncia a uma tradição, uma mudança muito radical da própria cultura, seja das Polícias Militar ou Civil.

Sempre percebi que é preciso ter integração das ações policiais. É impraticável, inconcebível compreender corporações envolvidas com o mesmo fenômeno social, criminalidade, agindo de maneira estanque, segmentada, fragmentada, limitada ou, muitas vezes, desprovida de recursos próprios; ou ainda numa tentativa,

levada pelo isolamento, de resolver completamente e sozinhas o problema. Isso é impossível.

Citarei algumas ações integradas que correspondem a essa forma de ciclo, que não era completo em si mesmo, mas na medida em que tornava perceptível que ninguém age sozinho. Havia um ciclo que ia de uma ponta a outra. Quando falo ponta a outra, incluo a ação de Polícia Militar, a ação de Polícia Civil, a ação de Ministério Público, a ação do Poder Judiciário, a ação do sistema prisional, e, em todo esse trilho por assim dizer, a ação de políticas públicas sobretudo de caráter de prevenção à criminalidade, seja primária ou na ponta.

Dizia que eu via o sistema de segurança pública como uma espécie de corrida de bastão, aquela em que no atletismo vários atletas estão envolvidos em trechos. De trecho em trecho, passa-se o bastão a outro. Vi, muitas vezes, a Polícia Militar como o atleta que levava sua corrida com bastão até um ponto. Ele parava e lentamente entregava o bastão à Polícia Civil. Esta, parada, tomava o bastão e corria até um ponto em que parava e passava o bastão ao Ministério Público. Este, depois, corria. Sempre dizia da importância de, numa corrida de bastão, haver um momento em que as duas polícias em cada ponta corressem juntas. Eu identificava a integração assim, como o momento em que as duas, numa corrida de bastão, percorrem juntas o mesmo trecho em que não se perde velocidade e nem informação.

Essa forma de integração, nas ações da corporação, era para mim, ou pelo menos ilustrava, a melhor forma de ação

Código do documento: 1150214

policial, envolvendo um ciclo em que parte do papel de cada um estaria presente e preservado até porque era uma forma de otimizar, de especializar ações. Entretanto, parte das ações seriam conjuntas, e esse momento constituía o que chamávamos de integração. Não se trata da integração que, muitas vezes, acontece na ponta, nos pequenos rincões.

O Dr. Rodrigues lembrava que policiais civis e militares se conhecem bem, eventualmente se frequentam, conseguindo, com isso, fazer ações integradas pela própria confiança e relacionamento. Trata-se de integração como política pública, ou seja, se a unificação é um processo lento, existente, demorado e difícil, há outros processos melhores de otimização da ação policial e da segurança pública no combate à criminalidade. A integração me parece essa etapa ou esse momento.

Eu me lembro, sinceramente, de alguns episódios na Seds que envolviam as ações integradas. Eu me lembro, por exemplo, de uma iniciativa toda própria, em Valadares, em que as Polícias Civil e Militar tinham uma integração efetiva no combate e prevenção a homicídios.

Homicídio em Valadares era uma cultura instalada, e as pessoas acreditavam que tudo se resolvia a bala, à força. Havia uma cultura em Governador Valadares nesses termos. De fato, o índice de homicídios era bastante elevado. Aquela ação integrada permitia que, na ação integrada de combate à criminalidade específica no caso de homicídio, um tipo de grupo integrado não perdesse informações, desde o advento do crime de homicídio. Eu me

Código do documento: 1150214

lembro de que o grupo chegava a frequentar, para se ter ideia do nível de refinamento da ação, velórios de vítimas de homicídio. E ali captavam, colhiam informações relevantes ou se dirigiam imediatamente à vítima de uma tentativa de homicídio e, antes que ela morresse, colhiam dela informações importantes. Os indicadores de elucidação de casos eram elevadíssimos, e com isso houve redução dos homicídios na região.

Cito outra. Vocês, agentes da segurança pública, talvez saibam melhor que eu, porque eu não sei, como se explica certo fenômeno criminal, mas me lembro de que, se tomarmos os indicadores de homicídios ao longo da história de Minas Gerais, vamos encontrar sempre no mês de março um pico elevado de homicídios. Na secretaria eu perguntava o porquê disso. Perguntei aos Profs. Beato e Saporì, ao Comte. Júnior, ao Dr. Monteiro, todos tinham uma lógica para explicar. Eu dizia: bom, pode ser; pode ser que o indulto em dezembro e a soltura de presos em fevereiro possam ensejar um retorno a suas comunidades e talvez nisso certas dificuldades no embate de recolocação. Quem sabe é isso? Mas nunca se sabia.

Eu entrei na secretaria em 2007, março, lá em cima; 2008, março, lá em cima; e disse: não é possível. Fizemos então um estudo. Aproveitei o fato de haver o Centro Integrado de Informações de Defesa Social, onde os indicadores de criminalidade vindos da Polícia Militar ou da Polícia Civil eram consolidados em um único ambiente. Pedi ao Dr. Bráulio, assessor na época, que fizesse um estudo acerca dos crimes de homicídio na RMBH, e ele

Código do documento: 1150214

fez um levantamento que constitui um achado importante. Cerca de 33% dos homicídios da RMBH aconteciam em uma porção de território que correspondia a 4% de toda a região metropolitana.

Com esse diagnóstico, eu disse: puxa, é estranho. Ou seja, nós combatemos homicídios de maneira tão dispersa e variada, com ações do Fica Vivo e as iniciativas das Polícias Militar e Civil. E em 4% de todo o território da RMBH ocorriam 33% de todos os homicídios cometidos na região.

Ele fez mais: identificou que - era um índice bastante significativo - as vítimas de homicídio consumado 90 dias antes tinham sido vítimas de tentativa de homicídio naqueles 4% de território. E elas morriam em 1,5km de raio do lugar onde haviam sido vítimas de tentativa de homicídio. Ou seja, 4% do território eram responsáveis por 33% dos homicídios, e as vítimas de tentativa de homicídio se tornavam, em 90 dias, vítimas ou autores de homicídio consumado, em 1,5km de raio do lugar onde tinham sido vítimas da tentativa anterior.

Era um diagnóstico claro e que aliás só foi possível porque as polícias passaram a manter um centro integrado de informações de defesa social, que permitia essa pesquisa.

Na época, houve uma grande reunião, em janeiro, e estavam presentes os comandos, todos os policiais militares e civis responsáveis por unidades, como delegados de polícia e comandantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte, da Especializada de Tóxicos e Entorpecentes, enfim, era um grande grupo. E foi feita essa apresentação.

Lembro-me de que naquele dia eu perguntava: o que a Polícia Civil pode fazer? O que a Polícia Militar pode fazer? O que o Corpo de Bombeiros pode fazer para mudarmos a realidade do mês de março de 2009? A Polícia Civil logo se agitou e disse: "Olha, posso privilegiar os inquéritos policiais dessas localidades e promover uma ação que envolva a identificação das lideranças criminosas locais e prendê-las." A Polícia Militar: "Posso alterar o lançamento do meu efetivo para avançar sobre esses territórios em horários tais ou quais." E era até interessante por que não foi elaborado em dados, a constatação envolvia o fato de que isso foi georreferenciado, obviamente em 4% do território, e todos os pontos vermelhos estavam nas divisas de municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. E onde a divisa envolvia três municípios era pior ainda: Belo Horizonte, Betim; Belo Horizonte, Contagem e Ibirité. Enfim, havia essa constatação. Isso por que os aparelhos não iam àquelas pontas, ou seja, a fração da Polícia Militar fazia um lançamento mas talvez não fosse àquela divisa, como a de cá também não fazia, e aquela comunidade ficava completamente à mercê da própria sorte. Tanto assim que a vítima de tentativa de homicídio não conseguiria se mudar daquele lugar onde morava, não tinha essa capacidade, e ela iria matar ou morrer em 90 dias. Mas a Polícia Militar falou do lançamento de seus efetivos. O Bombeiro chegou mesmo a propor à época e participou inclusive com fiscalizações em estabelecimentos como bares, em havia os puxa-facas, onde aconteciam eventualmente os homicídios. Enfim, houve uma ação a partir do conhecimento da

Código do documento: 1150214

dinâmica do crime e uma ação otimizada compreendendo a vocação de cada corporação e com a contribuição de cada corporação, conhecendo obviamente o papel e a ação dos demais. Se vocês verificarem os indicadores de criminalidade e violência em Minas Gerais e buscarem no homicídio o indicador do mês de março de 2009, vão perceber que, ao contrário de todos os outros meses de março de toda a história de Minas Gerais, os homicídios tiveram queda. Aquilo era emblemático, porque acho que aquela ação representa a compreensão do potencial e da capacidade de resposta otimizada da ação policial. E compreendia a vocação de cada corporação, a finalidade da ação de cada corporação e a ação integrada que era como um bastão, ou seja, percorriam juntas naquela ação. O resultado foi, de fato, fantástico; aquele ano de 2009, inclusive, foi um ano de grande redução de homicídios, precisamente por que o mês de março de 2009 constituiu esse diferencial.

Agora esse debate é lançado, e eu dizia desde aquela época, que permanecemos em torno do debate e não promovemos determinada ação. Tenho percebido, por exemplo, sem que isso constitua crítica mas uma reflexão, uma defesa corporativa das ações estanques: papel da Polícia Militar e eventualmente uma limitação a essa ação do ponto de vista da polícia ostensiva. Ou o papel da Polícia Civil estanque do ponto de vista de uma espécie de reserva relativamente à condição de polícia de investigação, polícia judiciária. E às vezes, uma grande confusão, porque cada qual começa a se mover numa iniciativa própria, a Polícia Militar

Código do documento: 1150214



investigando mais, ou a Polícia Civil estranhamente com ações anteriores à própria ação de investigação.

Mas enquanto esse debate se instala, com uma defesa corporativa aparente de sua reserva pura e simples, percebo às vezes ações que constituem, não sei se posso dizer avanços, quando nada, uma mudança do *status* anterior, como acontece, por exemplo, com o Ministério Público. Não sei, mas hoje o debate relativo ao poder do Ministério Público avançar em relação ao poder de investigar parece superado. O Supremo assim se manifestou. Ainda que se possa dizer da necessidade de regulamentação disso, até para evitar que o Ministério Público possa escolher alvos, sejam pessoas ou temas, uma regulamentação permitiria determinar quais são os crimes e em que circunstâncias poderiam eles investigar, sob pena de relegar à Polícia Civil, por exemplo, uma espécie de competência residual relativamente àquilo que ele próprio não quer investigar. Fico a refletir se a própria atuação ministerial moderna ou de nossos dias, deputado Gonzaga, não está investindo de certo modo sobre certas atribuições, a pensar-se que ela tem um ciclo pelo menos mais completo do que tinha até recentemente. Ou seja, hoje o Ministério Público tem um ciclo que envolve da ação de investigação à persecução penal, muitas vezes usurpando, em relação à Polícia Civil sobretudo, aspectos relacionados ao que era sua atribuição típica, própria e constitucional.

Quero dizer com isso que, enquanto nós, Polícia Militar e Polícia Civil, não enfrentamos o debate a partir da percepção da competência de cada qual, mas da noção de integração ou de ação

Código do documento: 1150214

integrada, outras corporações ou outros órgãos estão avançando e tomando um espaço, por assim dizer, que era da Polícia. Aos poucos, enquanto se discute a autonomia das perícias como parte desse processo, o que se tem visto hoje é o Ministério Público também se estruturando para ter sua própria perícia. Isso não se reveste de crítica, porque a atuação ministerial tem sido exemplar em certa conta. O Ministério Público hoje, enquanto as Polícias debatem, se estruturou de tal forma que possui equipamentos para investigação, competência para investigação, pessoal para investigação, até porque há cessões de policiais militares e civis a essa estrutura típica de investigação. Há perícias na estrutura ministerial. Hoje fazem perícias de meio ambiente, de contabilidade, de engenharia e outras tantas. Ou seja, estamos chegando ao momento em que, enquanto debatemos essa ação policial, às vezes não nos damos conta de que estamos perdendo parte do nosso tempo, embora devamos investi-lo nesse debate fundamental, que é a unificação. Estamos perdendo parte de nosso tempo na medida em que estamos perdendo nossas próprias atribuições. Em breve - quem sabe? -, discutiremos o ciclo completo, mas com toda a coordenação do Ministério Público, porque ele tem se estruturado.

Até recentemente o promotor de justiça era o órgão do Ministério Público. O promotor requisitava à autoridade policial as diligências, ele promovia tais diligências ou, de alguma forma, se interagia com a própria Polícia Militar. Hoje o Ministério Público se tornou a própria instituição que tem toda estrutura de

Código do documento: 1150214

investigação. O que é grave às vezes, ainda que seja muito bom e útil, é que isso tem esvaziado a Polícia Civil, por exemplo, na medida em que esse tipo de apoio e investimento nessa estruturação coincidirá com a falta de estrutura da própria Polícia Civil nessa medida.

Enfim, não quero me alongar, mas dizer que poderia mencionar aqui mil exemplos de situações a partir de minha experiência.

Mas quero dizer que tenho orgulho e uma satisfação incrível em ter podido, por pouco mais de três anos, compartilhar e conviver com corporações tão tradicionais, tão ricas, tão dedicadas quanto a Polícia Civil e a Polícia Militar mineiras e o próprio Corpo de Bombeiros, que teve papel fundamental nas ações de segurança pública, além daquelas de defesa civil que sempre teve.

Sou sempre um otimista. Tenho aprendido muito com aqueles que lançam temas e discussões à utopia, para que a realidade de hoje seja melhor que a do dia anterior. Por mais que eu possa ter críticas ou enxergar dificuldades na sua implementação, seja do ponto de vista teórico, seja do ponto de vista prático, enxergo em debates como este a oportunidade, sempre presente, de que as corporações reflitam sobre seu papel, compreendam o papel de outros órgãos que compõem esse sistema, compartilhem informações e, como na corrida de bastão, entendam, sem vaidades, limites, defesas, que há um ponto em que as duas e todas as demais - a Polícia Federal também está incluída - que se

Código do documento: 1150214

encontram nesse processo têm o mesmo objetivo, têm atribuições eventualmente diferentes, mas há pontos em que elas devem convergir.

Dr. Carlos, sobre o enfrentamento no Triângulo, tenho até tido notícias de boas ações integradas na região. O Triângulo é exemplo da integração. Ele está num ponto onde, geograficamente, Minas Gerais faz divisa com Mato Grosso do Sul, Goiás e São Paulo. Os problemas da região não podem ser enfrentados isoladamente, têm de ser enfrentados em conjunto, esta é a minha percepção. As ações de integração na região do Triângulo, eu me lembro, em 2008 e 2009, eram as principais formas de integração porque ali se compreendia que era uma integração que já não era mais entre Polícia Civil e Polícia Militar.

**O coordenador (deputado federal Subtenente Gonzaga) -**

Tenho de exercer meu papel chato aqui em razão do tempo, solicitando que o senhor encerre, por favor.

**O Sr. Maurício Campos Júnior -** Termine e não poderia deixar de registrar, penso eu, esse papel e essa integração que envolvesse outras corporações da importância da Polícia Federal. Concluo essa fase externando minha satisfação em revê-los e em rever tão grandes amigos. (- Palmas.)

**O coordenador -** Obrigado, Dr. Maurício. A fala do senhor aponta para um pouco daquilo que tem sido a preocupação, pelo menos no âmbito da CCJ, quando a comissão propôs o debate do tema "Por uma nova arquitetura da segurança pública". Há, de fato, uma grande preocupação nossa de que qualquer proposta - está aqui o Código do documento: 1150214

nosso Comte. Prates, da guarda municipal - que tenha foco numa única instituição - guarda, agente, PM, delegados - tende a criar distorções. Por isso o nosso esforço e o meu empenho diário é para efetuar o debate macro da segurança pública sob esse enfoque que a CCJ pautou, de uma nova arquitetura da segurança pública, que impõe que venham para o debate todos os órgãos do sistema de persecução criminal. Ainda que a discussão seja de polícia, obriga que todos os órgãos de persecução criminal participem do debate.

Infelizmente, preciso propor uma repactuação de tempo. Já são 11h04min, e temos previsão de ir até o meio-dia, para retornarmos às 14 horas. Quero propor uma repactuação, sugerindo 15 minutos para os dois expositores, depois teremos os cumprimentos da Mesa, do chefe da Polícia Civil, aqui representado, e do Cel. Bicalho e ainda dos debatedores. Proponho, então, uma repactuação do tempo para 15 minutos. Pode ser? Com a palavra, o Sr. Carlos Henrique Cotta D'Ângelo, delegado de Polícia Federal, aqui representando o Dr. Sérgio Barboza Menezes, superintendente regional de Polícia Federal em Minas Gerais.

**O Sr. Carlos Henrique Cotta D'Ângelo** - Bom dia a todos. Cumprimento o Subtenente Gonzaga, a quem, a um só tempo, enalteço pela iniciativa do debate e agradeço a oportunidade de aqui estar para trazer alguns comentários sobre o tema em discussão, e o deputado Sargento Rodrigues, a quem quero agradecer as palavras. O senhor, como homem de armas que ainda é, sabe que, para um policial, o reconhecimento social de seus trabalhos é aquilo que mais o faz se manter na luta diária. Precisamos desse

Código do documento: 1150214

reconhecimento e ficamos muito agradecidos com a sua fala em relação aos três anos em que estamos no Triângulo Mineiro: um ano à frente da Delegacia de Polícia Federal em Uberaba, e os últimos dois anos à frente da Delegacia de Polícia Federal em Uberlândia. Da mesma forma que o senhor enaltece o nosso trabalho, gostaria de enaltecer a sua figura, por quem tenho grande respeito. O senhor foi eleito invocando o voto de seus companheiros de farda e em momento algum virou as costas para eles. O senhor continua na Assembleia defendendo a linha dos interesses da Polícia Militar. Isso, no bom jargão militar, que nos falta tanto hoje, é honra. O senhor honra os votos e honra a sua Polícia Militar. Os nossos sinceros aplausos em razão disso.

Relativamente ao debate, senhoras e senhores, primeiro gostaria que raciocinássemos e desmitificássemos uma questão. Se se pretende mudar alguma coisa, se se pretende fazê-la de forma radical, há de se indagar: a coisa não está funcionando? Com uma proposta de unificação da polícia, de ciclo completo ou qualquer coisa que o valha, há de se presumir que estamos diante de um caos na segurança pública e que nada funciona. Temos mais de 700 mil presos no sistema prisional brasileiro e mais de 300 mil a serem presos, e isso só ocorre porque as polícias trabalham e trabalham muito. Então, quem vai dizer que nosso sistema de segurança pública não funciona? Estamos falando de um País que vive um dos maiores déficits sociais e econômicos do mundo e onde a criminalidade, conseqüentemente, vai explodir. Esse é o raciocínio de todos os teóricos das ciências políticas e das ciências

Código do documento: 1150214

sociais. Temos o campo perfeito para a criminalidade. E dizer que a segurança pública no País é um caos e não funciona é, no mínimo, um desrespeito aos milhões de homens e mulheres que fazem segurança pública neste país e que, diuturnamente, morrem fazendo esse combate.

Então, vamos começar um raciocínio desmitificando algumas coisas. O sistema não funciona: a meu ver, essa tese não se sustenta não por palavras, mas por números. Quase um milhão de criminosos identificados e com ordem para serem presos ou já estando presos é sinal de que todos nós estamos trabalhando muito. Precisamos, sim, do aperfeiçoamento, como tudo, em todo lugar do mundo. Mas dizer que temos de mudar tudo é um pouco irresponsável, a meu ver. E se é que precisamos mudar tudo, vamos ter apego à questão histórica. Vamos reconhecer que, para mudar, se é que temos de mudar, temos de levar em consideração as origens. Por que hoje somos assim? Por que estamos assim? Qual é a origem da Polícia de Minas Gerais? Qual é a origem da Polícia Militar brasileira, da Polícia Civil, da Polícia Federal? Temos de responder a essas questões antes de propor mudanças mirabolantes, como muitos filósofos de porta de cadeia querem fazer. Nunca viram um criminoso na frente, nunca viram um policial, mas querem teorizar sobre como deve ser feita a segurança pública neste país.

Primeiro vamos reconhecer as origens da polícia brasileira. Se admitirmos como tese que a primeira polícia brasileira é a PMMG, nos idos de 1775, criada em Ouro Preto, Vila Rica, onde fui criado, vamos ter o chamamento do então Conde de

Código do documento: 1150214

Assumar escrevendo para o rei de Portugal e pedindo forças para as Minas Gerais. Todos os militares conhecem essa história. O Conde de Assumar disse: "Não quero homens para pelejar em campo aberto". Ele não queria gente para fazer guerra, ele não tinha infantaria. Ele queria homens para proteger o Tesouro da Coroa, os emissários do rei, e para evitar a insurreição daqueles que já estavam ricos nas Minas Gerais.

Olhem que bela é a origem da nossa polícia brasileira: manter o rico rico e o pobre pobre; proteger o interesse e o patrimônio dos governantes. Ah, podem alegar que essa não é a origem da polícia brasileira e que a origem da nossa polícia é a Intendência Geral de Polícia, nos idos de 1808, com a vinda da família real para o Rio de Janeiro; e que o seja para quem defende essa tese. Vamos reconhecer que o Brasil foi descoberto em 1500 e, apenas em 1808, fez-se necessária a segurança do cidadão e de seu patrimônio? Se for assim, só existiu polícia quando o rei veio para cá, ou seja, mais uma vez, a polícia foi criada para proteger o rico e para manter o pobre pobre. Esse é o triste legado de nós todos, senhores, não adianta fugirmos disso; essa é a origem da polícia brasileira.

Aí, querem questionar o porquê de uma polícia extremamente violenta e corrupta, e temos que reconhecer que temos essas mazelas em todas as nossas polícias: excesso de violência e uma corrupção inadmissível; se ela fosse de 0,1% já seria inadmissível, mas temos uma forte conotação de corrupção em todas as polícias do Brasil, sem exceção. Mais uma vez, vamos fazer um

Código do documento: 1150214



resgate histórico: a polícia, no Brasil, foi combater em Canudos, na Guerra do Paraguai. Essa é a polícia brasileira: uma polícia que se confunde com as Forças Armadas, a chamado do governante. A Polícia Civil - ou um início de Polícia Civil - foi utilizada por D. Pedro para bisbilhotar os adversários políticos. Somos manejados pelo Estado sempre para proteger o rico e favorecer o governante. Vieram as ditaduras, e mais uma vez fomos chamados; a Polícia Federal, a Polícia Civil, a Polícia Militar serviram à ditadura sim; e servimos porque somos servidores públicos; mandam-nos fazer e temos de fazer. Essas são as nossas mazelas. Elas são históricas, e a invenção de ciclo completo, ou de união de polícia, ou de tirar farda, ou de ficarem todos pintados de cor-de-rosa ou de azul não vai resolver o problema. Vamos respeitar a origem histórica.

As pretensões de mudança são muito fáceis. A Polícia Federal hoje tem um efetivo aquém do de 1990. Surgiu logo uma ideia: vamos parar de fazer a polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras, que nos leva muito efetivo. Entretanto, nós nos esquecemos de que a Polícia Federal foi criada com esse objetivo, em 1944. Tirar esse papel hoje significa tirar o papel que foi a natureza da Polícia Federal, o seu nascedouro. Tenhamos cuidado, estaremos mexendo em uma instituição por meio do seu alicerce, o que é muito complicado. Vamos reconhecer que temos problemas e propor soluções, mas não deve ser nada mirabolante não; precisamos ter cuidado com essas teorias de que vamos resolver tudo com uma varinha de condão, como foi dito na Mesa. Primeiro, vamos

Código do documento: 1150214

esclarecer: o sistema funciona ou não? Está um caos total a ponto de subverter? O Dr. Maurício citou aqui o Ministério Público. Tenho todo respeito por esse órgão, que pretende fazer as investigações criminais. Ele foi alçado nos idos de 1988 e depois ganhou poderes que lhe dão condição de fazer grandes intervenções investigativas, com seus meios próprios, nas áreas do meio ambiente, do patrimônio público, do direito do consumidor. E está tudo uma maravilha? Eles deram conta desse papel e resolveram tudo? Agora têm tempo sobrando para se imiscuir na tarefa do outro? Tenhamos cuidado. Não temos que ser seletivos ao que nos convém; o discurso tem que ser de coerência, e não de conveniência; essa é nossa preocupação.

Falo com os senhores com muita tranquilidade. Já passei por vários estados da Federação. Tenho um orgulho enorme da Polícia Militar de Minas Gerais; é a melhor polícia do Brasil, podem ter certeza e se orgulhem disso. Vocês têm muitas mazelas e dificuldades, mas ainda são a melhor polícia do País. Permitam-me a brincadeira: muitos de vocês são invejosos e pensam que a polícia de São Paulo é melhor, mas isso não é verdade; vocês são os melhores e, sempre que os chamamos, estiveram conosco. Então, esse histórico que mencionamos aqui de violência e corrupção é determinado por uma farda? Tirar a farda vai mudar isso?

Ou é um histórico e temos que enfrentar? Sempre nos usaram. Fomos braços fortes e armados de governante e não de Estado e, nos últimos anos, temos lutado fortemente para mudar esse estado de coisas. A Polícia Federal, permitam-me dizer, acho

Código do documento: 1150214

que saiu à frente e, por sair à frente, está levando porrada até hoje. Quando a Polícia Federal começa a atacar e agir em desfavor dos engravatados, fico imaginando o Conde de Assumar gritando: "Não foi para isso que eu te chamei. Eu chamei a polícia no Brasil para me proteger, para proteger o patrimônio da Corôa, para proteger os ricos, e agora vocês estão investindo contra os ricos"? Então, a ideia de uma polícia republicana, de uma polícia cidadã, os mais antigos da Polícia Militar vão reconhecer que o curso de formação dos senhores, em tempos idos, era um curso de infantaria, e o infante tem inimigo, a polícia não tem inimigo. O infante é preparado para a guerra, a polícia não é. Mas isso serviu a alguém por muito tempo, serviu aos interesses de muitas pessoas. Hoje temos a plena consciência de que estamos em um processo forte de evolução para uma polícia plenamente cidadã no Brasil em todas as esferas: Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal.

Por fim, quero enaltecer aqui uma fala constante de integração. Essa, sim, parece ser, em grande medida, a solução de grande parte dos problemas. Nem fizemos nosso dever de casa e já estamos pretendendo mudanças radicais, principalmente alguns filósofos que aparecem no parlamento e que, ao contrário do Subtenente Gonzaga, que vem aqui ouvir as pessoas, já têm discurso pronto, são muito sábios, são os políticos que Platão achou ideal. São filósofos, são políticos, já decidem, não precisam conversar com ninguém. Mas a ideia de integração aqui foi muito exaltada.

Trago para os senhores um exemplo que muitos já devem conhecer,  
Código do documento: 1150214

que é o projeto de Força Integrada de Combate ao Crime Organizado. Temos a satisfação de ter uma parte desse trabalho em Uberlândia, e ele já apresentou resultados. Nada mais é, senhores, do que a proposta de colocar policiais civis, militares, federais, rodoviários e agentes prisionais no mesmo ambiente físico, tratando dos mesmos temas, investigando os mesmos criminosos, com muita liberdade, com muita tranquilidade, com a chancela do Judiciário e do Ministério Público. Simples assim. Não inventamos roda, não fizemos nada de mais. Não fizemos ciclo completo, incompleto, meio ciclo, tira farda, coloca farda, une polícia, racha polícia, nada disso. Pegamos o que temos, colocamos juntos e falamos: vamos trabalhar. E os resultados já surgiram e hão de surgir cada vez mais.

Então, a mensagem que trazemos aqui para os senhores, agradecendo a oportunidade, é no sentido de ter muito cuidado com o canto da sereia. Mudanças fáceis não existem. Mudar sem necessidade pode entornar o caldo. Precisamos de evolução. A coisa foi colocada aqui. Precisamos de recurso, liberdade, precisamos de reforço institucional, mas não precisamos de varinha de condão.

Fica aqui o nosso registro do grande apreço a todas as polícias do Brasil, em especial às polícias mineiras. Lembro aqui, quando reunimos o primeiro efetivo para formar a Ficco em Uberlândia, da minha fala a todos eles, inclusive com representantes de Belo Horizonte e de Brasília: se esse projeto de força integrada não vingar em Minas Gerais com as polícias que tem, com os homens e mulheres que tem em suas forças policiais, Código do documento: 1150214

não vingará em mais lugar nenhum no Brasil. Se aqui não vingar esse projeto, desistam de fazê-lo em qualquer lugar do Brasil. Aqui temos os meios necessários, humanos e materiais. Se não der certo aqui, procurem outro laboratório porque esse negócio de integração não vai funcionar. Muito obrigado. (- Palmas.)

**O presidente (deputado Sargento Rodrigues)** - Agradecemos ao Dr. Carlos Henrique Cotta D'Ângelo. A presidência passa a palavra ao Cel. BM Edgard Estevo da Silva, diretor de assuntos institucionais do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, que neste ato representa o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

**O Cel. Edgard Estevo da Silva** - Muito bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar os componentes da Mesa, na pessoa do deputado Sargento Rodrigues e do Cel. Bicalho, e registrar que o deputado Sargento Rodrigues tem sido um defensor das nossas corporações e auxiliado, sobremaneira, o Corpo de Bombeiros, em busca de melhoria e aperfeiçoamento. Também cumprimento o nosso Cel. Bicalho, chefe de Estado-Maior da Polícia Militar. Aproveito a oportunidade para cumprimentar todos os integrantes dessa nossa corporação-irmã. Fico muito satisfeito de rever grandes amigos, amigos de longa carreira. Cumprimento ainda todos os presentes e demais integrantes da Polícia Civil, da Polícia Federal, as entidades de classe, e todos os membros do Legislativo e do Executivo.

Quero fazer um registro e um agradecimento especial ao deputado Subtenente Gonzaga, que nos convidou, juntamente ao  
Código do documento: 1150214

deputado Sargento Rodrigues. Aliás, o deputado Subtenente Gonzaga tem sido um dos maiores defensores dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil no Congresso. Ele abraçou a causa dos assessores parlamentares dos Corpos de Bombeiros e tem feito um trabalho fundamental no aperfeiçoamento, na defesa e no auxílio às causas envolvendo os bombeiros militares de todo o Brasil.

Registro também que o nosso Cel. Gualberto, comandante-geral do Corpo de Bombeiros, não se faz presente por estar participando de uma reunião em São Paulo do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais, onde também está o comandante-geral da Polícia Militar, Cel. Bianchini. Eles foram tratar de ações ou de assuntos de suma importância para todas as corporações de polícia ou de bombeiros militares no Brasil inteiro.

Vou-me ater bem à questão dos bombeiros de Minas. Mesmo não tendo nenhuma procuração para falar em nome da Ligabom, que é a liga dos bombeiros de todo o Brasil, posso dizer que o nosso posicionamento é o mesmo de todos os Corpos de Bombeiros Militares do Brasil.

Estamos na segurança pública, sim, não apenas em termos de legislação, mas também na nossa efetiva ação. O que é o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, em linhas gerais? É uma organização com 105 anos de história. Hoje atendemos, diretamente, a 65 municípios, mesmo o Estado de Minas Gerais tendo 853 municípios, o que significa que, com esses 65 municípios, atendemos diretamente mais de 60% da população mineira. E ainda temos condição de, com a maioria dos serviços, atender a todo o

Código do documento: 1150214

Estado. São aproximadamente 6.100 homens e mulheres integrantes de uma corporação, que defendem a nossa sociedade em muitas ações e de forma heroica. Atendemos a mais de 335 mil ocorrências por ano.

É necessário registrar que, historicamente, os Corpos de Bombeiros são militares em todo o Brasil. Os Corpos de Bombeiros oficiais são militares em todo o Brasil. Ao analisarmos a questão da existência e da competência legal dos Corpos de Bombeiros, ressaltamos a Constituição Federal, que diz que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, e é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de vários órgãos, entre eles os Corpos de Bombeiros Militares do Brasil. Então estamos, sim, na segurança pública, trabalhando a questão da incolumidade pública e do patrimônio, e nós o fazemos, por exemplo, por meio do serviço do Sistema de Segurança contra Incêndio e Pânico, com o qual protegemos a sociedade nas diversas estruturas e edificações. É aí que fazemos com que o cumprimento da legislação de prevenção e combate a incêndio e pânico seja efetivo e buscamos orientação do comportamento das pessoas dentro das edificações para evitar um acidente, um desastre ou uma catástrofe.

Da mesma forma, com pequenas diferenças entre os estados, estamos também presentes no capítulo "Da Segurança Pública" nas Constituições Estaduais.

Fazemos todo esse trabalho com a previsão legal nos estados da seguinte forma: ao Corpo de Bombeiros Militar cabe a coordenação e a execução de ações de defesa civil, a prevenção e

Código do documento: 1150214

combate a incêndio, as perícias de incêndio, a busca, o salvamento e o estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio ou qualquer tipo de catástrofe. Quando falamos de catástrofe, é preciso exemplificar e relembrar algumas situações a que o bombeiro militar em todo o Brasil tem de se ater e trabalhar.

Podemos falar das várias possibilidades de ambientes a que o bombeiro se atira para salvar pessoas. Nos casos diversos de afogamento, mesmo num local onde haja uma força da natureza muito grande, o bombeiro se atira para salvar uma pessoa. Temos diversos incêndios com perigo de explosão e gases venenosos em que esse bombeiro cumprirá a sua missão adentrando esse ambiente hostil.

Recentemente, no mês de novembro, houve rompimento de uma barragem, que foi o maior acidente ambiental da história, em que tivemos bombeiros, até anônimos, mas bastante abnegados, entrando nos ambientes complexos, naquele ambiente de risco elevado, para salvar pessoas. Aliás, salvaram pessoas que estavam em meio ao corrimento de lama e a um volume monumental de rejeito que estava atingindo diversos povoados. Com muito pouco tempo, muita coragem e perícia, esses bombeiros entraram nos ambientes e retiraram pessoas, efetivamente salvando vidas.

Nesse sentido, queremos dizer que os Corpos de Bombeiros Militares de todo o Brasil contam com a necessidade de executar ações para que o bombeiro militar possa fazer o trabalho de salvar vidas até em ambientes mais complexos, de mais alto grau de risco, dinâmicos, que mudam de acordo com o andar da ocorrência e

Código do documento: 1150214



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 57

inseguros. Para isso necessita-se de coragem, habilidade, perícia, abnegação e, mesmo com o sacrifício da própria vida, que aliás é um jargão, atirar-se àquela condição, àquele ambiente e cumprir sua missão de salvar vidas.

Para os Corpos de Bombeiros Militares de todo o Brasil, em se tratando - quero focar aqui - do serviço de bombeiro, conseguimos fazer com que esse trabalho seja realizado de forma padronizada, mais controlada e com mais facilidade num ambiente militar. Então nos posicionamos na defesa da contínua militarização dos Corpos de Bombeiros. Precisamos do caráter militar para facilitarmos o trabalho de formação desse profissional, para que ele seja forjado dessa forma e treine de maneira exacerbada e até exagerada a fim de cumprir sua missão mesmo com o sacrifício da própria vida.

Assim, a estrutura militar facilita com que esse nosso trabalho de alto risco e complexo seja feito de forma mais efetiva.

Defendemos, então, a condição de militar para a nossa corporação. Quero dizer ainda que existe espaço e necessidade de duas corporações. Existe o espaço e a necessidade da Polícia Militar e da Polícia Civil. Existe a necessidade e o espaço para o bombeiro civil e o bombeiro militar. Não quer dizer que a presença do bombeiro militar exclua a do bombeiro civil. Quero colocar isto de forma muito clara: existe o espaço do bombeiro civil e do bombeiro militar. Bombeiro civil é necessário. Aliás, ele é previsto nas nossas instruções técnicas. Nos diversos espaços em Código do documento: 1150214

que a prevenção é feita de forma ativa, aquele bombeiro civil vai dar segurança para a população, nas estruturas, nos *shows* e eventos. E a resposta mais efetiva de trabalhos mais complexos é feita pelo bombeiro militar, que, volto a dizer, recebe um treinamento exagerado, exacerbado e tem uma uniformização; é pautado na hierarquia e disciplina que contam inclusive com uma legislação própria e com uma Justiça Militar - não quer dizer que seja mais justa, mas certamente mais célere, pois faz com que a punição ou a justiça seja feita de forma mais rápida. Tudo isso faz com que o caráter militar, a estrutura militar seja fundamental para esse tipo de trabalho.

Então, voltando ao raciocínio de que existe espaço para a Polícia Civil e existe espaço e necessidade para bombeiro civil e bombeiro militar, defendemos a condição de permanência da militarização para a nossa corporação, o Corpo de Bombeiros. Dessa forma, entendemos também que manter o caráter militar para as polícias militares também é fundamental, porque existem funções nesse sentido em que o controle e a facilitação de formação daquele profissional, com o caráter militar, torna-se melhor, mais fácil e efetivo.

Gostaria de dizer ainda que os Corpos de Bombeiros Militares do Brasil entendem que precisamos continuar o debate do aperfeiçoamento de todas as nossas ações. Entendemos também que a segurança pública como um todo precisa continuar com esse debate, com a reflexão e com o aperfeiçoamento de suas funções. Entendemos que unificação da Polícia Civil e da Militar não é o caminho, e  
Código do documento: 1150214

sim um retrocesso. Entendemos que existe o espaço e a necessidade das duas. Entendemos que a possibilidade do ciclo completo pode facilitar, pode ser um avanço, sim. Precisamos refletir na questão do ciclo completo. Entendemos que mesmo os Corpos de Bombeiros Militares do Brasil podem ser atingidos pela questão do ciclo completo e possivelmente prestar um serviço ainda mais efetivo e de mais qualidade.

Queremos colocar os raciocínios expostos como o entendimento do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e de todo o Brasil; agradecer o convite que foi feito para que pudéssemos expor a nossa reflexão até o presente momento; parabenizar pela iniciativa; e dizer que continuamos à disposição. Queremos continuar sendo convidados para as próximas audiências nesse sentido, porque entendemos que no dia a dia o objetivo é tentar aperfeiçoar e prover um serviço de mais qualidade para a nossa sociedade. Muito obrigado. (- Palmas.)

**O coordenador (deputado federal Subtenente Gonzaga) -**

Agradeço as palavras do Cel. Edgard Estevo, representando aqui o Cel. Gualberto, comandante-geral do Corpo de Bombeiros.

Em deferência à participação institucional aqui conosco, concederei a palavra ao Cel. Bicalho e ao Dr. Antônio Carlos Alvarenga, para que se manifestem institucionalmente. Com a palavra, o Dr. Antônio Carlos de Alvarenga Freitas, delegado assistente da Chefia da Polícia Civil, que disporá de 5 minutos.

**O Sr. Antônio Carlos de Alvarenga Freitas -** Bom dia a

todos em meu nome e também em nome da Polícia Civil. Trago o Código do documento: 1150214

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 60

abraço da delegada-geral Andrea Cláudia Vacchiano, primeira mulher a chefiar uma instituição policial no Estado de Minas Gerais. Cumprimento o Subtenente Gonzaga, que propôs este encontro; o deputado Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa; o Dr. Rodrigo de Melo Teixeira, nosso secretário adjunto de Defesa Social; e o Maurício Campos Júnior, nosso sempre professor. Estendo os cumprimentos da Polícia Civil e deste que vos fala aos demais presentes nas pessoas dessas autoridades citadas. Agradeço a oportunidade de poder dirigir os meus cumprimentos a todos da assistência, aos meus colegas delegados e investigadores, aos que nos representam em suas lutas classistas em prol de todos os policiais civis do Estado de Minas Gerais, aos aprovados no concurso para investigador de polícia, que aguardam a autorização do governador do Estado para a nomeação. A Polícia Civil precisa muito aumentar o seu efetivo, para prestar, em sua esfera de atribuição constitucional e processual, os serviços relevantes na área de investigação criminal principalmente.

A Polícia Civil veio enfrentar o tema unificação das Polícias Civil e Militar no Estado de Minas e em toda a Federação brasileira e o ciclo completo. Cremos que as duas temáticas podem se fundir, pois o ciclo completa uma realização da segurança pública. A unificação não parte do princípio de que haverá perdas dessa ou daquela instituição. A Polícia Civil vê a sociedade brasileira tendo um modelo de segurança pública que realize, de forma eficaz, a proteção social, com base na legislação que nos

Código do documento: 1150214

orienta. Sob o império da lei, exercemos as nossas atribuições em prol da paz social e da defesa de todos os brasileiros e brasileiras e daqueles que, em algum momento, estejam em nosso território. A Polícia Civil se desprende de seus interesses corporativos para focar em uma sociedade futura que possa ter, prestada pelo Estado, uma segurança com um modelo que prestigie a prevenção, tão importante e tão cara ao cidadão, no sentido da importância e não no sentido do custo, e que privilegie a interceptação do processo criminoso, de modo a minimizar o seu impacto sobre o cidadão.

Que possamos ter a prevenção, a investigação e uma área que cuide da execução penal. Precisamos ter essas três vertentes. As Polícias Civil e Militar têm que ter esse foco de polícia comunitária, de polícia cidadã, uma polícia que privilegie uma doutrina inspirada por esses fundamentos. É claro que a Polícia Militar não pode perder as suas características de mais de 200 anos a serviço de Minas e do Brasil. Esse é o pensamento da Polícia Civil. Mais tarde, os nossos colegas, o nosso chefe de gabinete e conselheiro da Polícia Civil, Dr. Bruno Tasca, acompanhado do seu assessor, também delegado de Polícia, Dr. Paulo Saback, avançarão mais neste debate. Muito obrigado. Peço desculpas pela delonga, mas era o que tinha para falar em nome da Polícia Civil.

**O coordenador (deputado federal Subtenente Gonzaga) - É** importante a manifestação institucional, mesmo que, no período da tarde, tenhamos exposição. Com a palavra, o Cel. Marco Antônio  
Código do documento: 1150214

Bicalho, chefe do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais, que disporá de 5 minutos.

**O Cel. Marco Antônio Bicalho** - Bom dia a todos. Agradeço a deferência do deputado federal, Subtenente Gonzaga, que nos permitiu falar agora, já que foi prevista a manifestação da Polícia Militar na parte da tarde. Nas pessoas do deputado Sargento Rodrigues e deputado federal Subtenente Gonzaga, cumprimento todos os integrantes da Mesa. Parabênizo o deputado Sargento Rodrigues pela iniciativa de promover este importante debate. Entendemos que o tema "Unificação de Polícias", que acaba abarcando a desmilitarização e a questão do ciclo completo, é muito importante. O debate de ideias só promove o crescimento. Então, independentemente das ideias favoráveis e contrárias, é importante que este debate seja feito em alto nível e que promova o nosso crescimento. Por essa razão, deputado federal, Subtenente Gonzaga, contamos com a presença maciça de alunos cadetes da Polícia Militar. Cem por cento da plateia policial militar aqui é formada por bacharéis em Direito. Portanto, são pessoas com uma formação cultural e social que não estão sujeitos à influência de um discurso de pouco conteúdo. A Polícia Militar considera esse debate muito importante. Não faço aqui a defesa da Polícia Militar, já que teremos um debatedor na parte da tarde que fará isso. Esperamos que todos os debatedores defendam o melhor interesse da sociedade mineira e brasileira. Todos somos cidadãos, pais, filhos, contribuintes e merecemos uma sociedade melhor, uma sociedade mais segura. Por essa razão particularmente, este

Código do documento: 1150214

policial militar, este soldado com mais de 30 anos de efetivo serviço, dos quais, na sua grande maioria, trabalhados na atividade operacional, reserva-se o direito de ter algumas opiniões. Experiência que tive ao longo dessa carreira.

Convivi com muitos policiais dentro da caserna e também com muitos policiais civis. Como comentou o deputado João Leite, sou filho de um civil, mas genro de um policial civil, que tirou 30 anos de polícia, dignamente; pessoa honrada, respeitada, que, provavelmente, foi guarda-civil, colega e amigo do pai do deputado João Leite. Portanto temos algum conhecimento. Essa experiência nos permite entender que é necessário um debate sobre o modelo de polícia. Particularmente, em função da minha experiência, conforme comentei, penso que não passa pela unificação de polícias. Acho que submeter, por exemplo, a sociedade de Minas Gerais, que é do tamanho da França, a uma única polícia talvez não seja salutar. Digo talvez, é uma opinião pessoal, mas respeito opiniões contrárias. O modelo precisa ser discutido, porque não estamos sendo eficientes na prestação dos serviços de segurança pública. Isso não quer dizer que não trabalhamos. Posso dizer, pela Polícia Militar, um dado básico muito simples: hoje, em média, conduzimos por dia 900 a 1000 pessoas presas a delegacias no Estado de Minas Gerais, que é composto por 853 municípios. Esse é um número muito expressivo, mas mesmo assim não temos uma segurança muito satisfatória. Muitos clamam por segurança. Por essa razão é preciso discutir esse modelo.

Como o Cel. Estevo disse, é importante abrir espaço para a Guarda Municipal, tendo o cuidado de não municipalizarmos a segurança pública. Muitos estados não têm condição de ter uma guarda municipal, mas é importante discutir esse modelo. Penso que é necessária essa discussão, que deve ser levada a efeito. Peço um minutinho para responder ao deputado João Leite, que fez um comentário sobre a Aisp da Serra. Acho importante esclarecer que ela foi criada na gestão passada, mas nunca foi instalada. Sobrou para a Polícia Militar cuidar daquele patrimônio, o que fazemos até hoje. Assim que assumimos, no ano passado, a chefia do Estado-Maior, propus, delegado Rodrigo, subsecretário de Defesa Social, numa reunião de colegiado, que aquele patrimônio passasse para a Polícia Militar, a fim de instalarmos ali uma companhia. Será instalada ali a 127ª Companhia da Polícia Militar. Quando ele esteve lá, dois policiais guardavam aquele patrimônio, os demais estavam dentro do aglomerado da Serra, defendendo aquela comunidade. São 90 mil habitantes que merecem o nosso respeito e a nossa atenção. A 127ª Companhia tem um grupamento especializado em radiopatrulhamento em área de risco muito aguerrido, que produz muito para aquela sociedade. Gostaria de marcar, responder, esclarecer essa questão que foi feita pelo deputado João Leite. Muito obrigado. Desejo muito sucesso aos debatedores. (- Palmas.)

**O presidente (deputado Sargento Rodrigues) - Cel. Bicalho,** eu só queria fazer uma referência a sua fala como presidente da comissão. O deputado João Leite esteve lá comigo. Não vamos ficar aqui debatendo o tema para não fugir da pauta, Código do documento: 1150214



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 65

mas, como presidente da comissão, farei minha manifestação. A cobrança inicial não foi nem do deputado João Leite, foi minha, por conta da fragilidade dos nossos dois policiais militares numa área de 50 mil pessoas e com o tráfico de drogas lá dentro, com guerras de grandes rivais disputando espaço.

A cobrança é que a Polícia Militar não permita que apenas dois policiais militares fiquem dentro do aglomerado, como presas fáceis. A decisão do comando de se criar uma companhia dentro do aglomerado tem nosso apoio, o senhor pode ter absoluta certeza, e o comando atua na direção certa.

Em outubro do ano passado, segundo palavras do Dr. Frederico Abelha, delegado seccional, a reunião da Defesa Social deliberou por retirar a Polícia Civil, o que deixou a Polícia Militar sozinha naquele aglomerado. A cobrança que fiz e continuarei fazendo é que não deixemos apenas os dois policiais militares lá, sozinhos, porque há uma guerra declarada entre traficantes. Se o senhor anuncia que criará a companhia, é merecedor dos nossos aplausos. O comando da Polícia Militar tem o nosso apoio total e irrestrito, principalmente se melhorarmos as condições de acolhimento da instalação que lá se encontra. Conheci a instalação, que não tem condições de abrigar de forma digna, adequada os nossos policiais militares.

Nesse aspecto, o senhor tem meu apoio. Se for necessário, faço questão de destinar emenda parlamentar à Polícia Militar com esse objetivo, apoiando a instituição.

**O coordenador (deputado federal Subtenente Gonzaga) -**

Agradeço ao Cel. Bicalho e ao Sargento Rodrigues a manifestação. Vamos novamente repactuar o tempo para termos o direito de voltar à tarde na hora combinada.

Proponho reduzir o tempo de 10 para 8 minutos. Com a palavra, o Dr. Alexandre Marques de Miranda, presidente da Comissão de Direito Militar da OAB-MG, que dispõe de até 8 min.

**O Sr. Alexandre Marques de Miranda** - Bom dia, deputado Subtenente Gonzaga, a quem agradeço a oportunidade de estar aqui; deputado Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública, presto as homenagens da OAB em nome do presidente Cel. Bicalho, representante dos bombeiros; agradeço a presença e rendo homenagens não só da OAB, mas deste advogado, que tem imensa admiração pelas instituições militares deste estado; demais presentes, demais autoridades.

A OAB tem um histórico de defesa da cidadania e da ordem pública neste país e evidentemente tem interesse em participar de todos esses debates, pois atinge diretamente a sociedade brasileira e mineira qualquer alteração na forma da segurança pública. É importante frisar que, para se falar de qualquer mudança, é preciso, primeiro, verificar a estruturação das instituições. O que vislumbramos hoje? As Polícias Militar e Civil vivem um sucateamento terrível em suas estruturas.

Isso dificulta evidentemente a operação efetiva de suas atribuições.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 67

Do ponto de vista da unificação, como já foi dito aqui, extinguir qualquer das instituições não diz respeito às suas tradições. Cada instituição tem a sua tradição, a sua história e a sua atribuição constitucional. Não resta dúvida de que, para isso, teria de haver uma alteração na nossa Constituição, na nossa legislação federal, o que não é um processo imediato, mas que merece um estudo mais profundo.

Peço vênias para falar um pouco da minha experiência, como alguns já o fizeram aqui. Eu sou advogado da Associação dos Oficiais da Polícia Militar há mais de 10 anos e defendo essa instituição e os seus integrantes há muito tempo, desde estagiário. E tenho muita honra de assim o fazer. Eu percebo, como advogado militante - também compareço às delegacias e participo de, às vezes, procedimentos na delegacia de polícia - que hoje a Polícia Civil nada contra a correnteza da falta de estrutura. Hoje os policiais civis, homens e mulheres, têm de viver diariamente uma dificuldade estrutural que, às vezes, até cria, de forma inadvertida, dificuldades de efetiva conclusão dos seus trabalhos, como a falta efetiva de viatura para se cumprir uma diligência. No histórico da minha família não há nenhum policial, nem da Polícia Militar nem da Polícia Civil, mas tenho profunda admiração pelo trabalho realizado por ambas as instituições.

Digo que a Polícia Militar possui uma estrutura um pouco melhor, ainda que deficiente, se comparada à Polícia Civil, talvez até pelo seu contingente mais avantajado. Nós temos situações também de dificuldade. É importante frisar que fundir duas

Código do documento: 1150214

instituições de conceitos tão distintos traria efetivamente consequências talvez mais negativas à sociedade que positivas. O que precisamos é aparelhar as duas instituições, para que exerçam as suas atribuições de forma eficaz, para que a sociedade tenha uma efetiva resposta na segurança pública, como pleiteia todos os dias. É importante lembrar que a integração se faz necessária, como disse o delegado da Polícia Federal. As consequências, quando essa integração efetiva acontece, são benéficas à sociedade. E é isto que a OAB pretende: participar efetivamente dessas discussões e contribuir, na medida do que for possível e permitido, digamos assim, para que tenhamos um resultado positivo para a sociedade.

Para encerrar e passando pelo ciclo completo de polícia, sem me aprofundar no modelo proposto - pode ser que esse modelo não seja o mais eficiente -, entendo que - aí é opinião pessoal do advogado que atua efetivamente no dia a dia - o ciclo completo de polícia pode ser, sim, benéfico à sociedade e às duas instituições, quando poderíamos ter um resultado melhor para a sociedade na percepção penal, na efetiva percepção penal, uma valorização de ambas as instituições. Inclusive para a Polícia Civil traria uma valorização do seu trabalho, quando teria a possibilidade de se dedicar a situações mais graves, a crimes mais graves, efetivando um aparelhamento maior da instituição e um trabalho, talvez técnico, mais eficiente, quando nos referimos à resposta para a sociedade.

Sendo assim, vou me limitar a poucas palavras, até pelo tempo restrito. Agradeço mais uma vez a possibilidade de estar  
Código do documento: 1150214

aqui. E justifico a ausência do nosso presidente, que se encontra em Brasília. Todos nós estamos cientes dos problemas atuais da nossa política. Houve uma convocação de uma reunião de urgência de todo o Conselho Federal e dos presidentes das subseções. Deixo aqui a nossa palavra de apoio às instituições policiais, que devem, no nosso conceito, ser respeitadas, mantidas e estruturadas, para que possamos dar a melhor resposta à sociedade mineira e à brasileira. (- Palmas.)

**O coordenador (deputado federal Subtenente Gonzaga) -**

Muito obrigado, Dr. Alexandre. Temos clareza da importância da OAB neste debate e estamos fazendo um esforço para que ela esteja presente em todos os seminários que estão sendo produzidos sobre esse assunto.

Convidamos a fazer uso da palavra o Sr. Rodrigo Sérgio Prates, comandante da Guarda Municipal de Belo Horizonte, que disporá de até 8 minutos para a sua exposição.

**O Sr. Rodrigo Sérgio Prates -** Bom dia a todos. Na pessoa do Sr. Subtenente Gonzaga, grande deputado e também do Sargento Rodrigues, cumprimento todos os membros que compõem a Mesa. Para a guarda é uma honra estar aqui, sendo convidado para este importante momento e este espaço de discussão. Cumprimento o Cel. Romualdo, grande amigo pessoal de longa data, e o Ten. Reginaldo, que muito me traz orgulho por vê-lo aqui, um tenente da Polícia Militar, ex-subinspetor da Guarda Municipal, onde deixou um grande colegiado de amigos.

A guarda municipal foi criada em 2003 e vem gradativamente ocupando o seu espaço, tentando evoluir como instituição, diante de um cenário que não é diferente do enfrentado pelas outras instituições estaduais, de grande dificuldade. Tenho o prazer de ser o primeiro comandante de carreira da guarda municipal, já com 22 anos de serviço público, e desde 2003 na corporação.

A Polícia Militar é uma instituição com a qual temos uma grande convivência, porque nossos ex-comandantes são oriundos dessa casa e muito nos honrou a passagem de todos pelo legado. Uma base muito sólida foi criada graças a esse convívio. E, como dizíamos, na época não houve nenhuma ruptura na guarda. Há uma continuidade e um esforço muito grande para que a instituição continue a evoluir.

Corroboro muitos posicionamentos, não vou me delongar. Mas fazendo parte desta discussão, vou adotar a metodologia de chuva de palpites, porque é uma discussão tipicamente estadual. Mas já é uma sinalização muito positiva a guarda estar aqui sendo reconhecida como integrante desse sistema de segurança no Município de Belo Horizonte, particularmente falando.

Sobre as questões de distanciamentos, rivalidades institucionais, fico me perguntando onde realmente isso acontece, porque, olhando para aquele agente que está na ponta da linha, percebo um espírito de fraternidade enorme, de cooperação, de ajuda. Acho extremamente louvável que a maioria desta plateia seja formada de cadetes. Isso demonstra justamente o espírito da

Código do documento: 1150214

corporação de evolução, de proposta de adequação e contradiz, muitas vezes, o que as pessoas têm como noção de militar - algo que não está relacionado à subserviência, e sim à organização.

Abrindo uma pequena brecha, como eu disse, não vou me aprofundar muito, vou apenas apresentar alguns pontos. Deputados Subtenente Gonzaga e Sargento Rodrigues, acho que na guarda municipal temos de construir um futuro de também termos representantes na nossa Casa Legislativa. Isso é muito importante. E vemos o afinco, o amor com que eles falam da corporação, e isso é fundamental. Gostaria de deixar registrada aqui a minha admiração pelo amadurecimento da classe.

Observo também, como estudioso do campo da segurança, aquela tônica de que meu direito acaba quando começa o do outro. Esse é um jargão antigo. Acho que meu direito convive com o direito dos outros, e não necessariamente temos de ter uma ruptura para que isso aconteça.

Logo que cheguei aqui cumprimentei o cadete Vítor Santos. Ele ficou olhando para mim indagando de onde eu era. Posso explicar. Eu estava trabalhando na manifestação espontânea do dia 13 e, logo que saí do serviço, fui ao restaurante da minha esposa. O cadete Vítor Santos estava lá fazendo um "breve", digamos assim. Como cidadão, abordei o cadete, cumprimentando-o pela postura da Polícia Militar. Ele perguntou meu nome. Respondi que era Rodrigo. Pensei: devo estar ficando velho mesmo porque ele está me tratando igual àquele pessoal da idade bem melhor, muito avançada. Fiquei espantado com a educação do cadete, com a postura dele. Como

Código do documento: 1150214

cidadãos, isso nos admira muito. Realmente, como dito aqui, a Polícia Militar é uma instituição de extremo respeito e é referência não só para quem está distante, mas também para nós, da guarda.

Vários avanços que conseguimos dentro da própria carreira foram fruto de coragem, e política também, claro, com certeza. São também fruto de leis. Não é meu interesse criar qualquer sentimento de rivalidade. O nosso rival é o mesmo, são as pessoas que cometem delitos. Somos parceiros. O que queremos é uma guarda cada vez mais integrada a um sistema, cada vez mais participe e cada vez mais solícita a uma atividade colegiada.

Aproveito a oportunidade para convidar todos a conhecer esse termo integração. Deem uma passada no COP, que é o Centro de Operações do Município. O COP é uma entidade do poder público municipal que trabalha essa questão de integração dos diversos serviços que o município executa no seu dia a dia. Tem a presença da guarda, tem a presença da Polícia Militar, tem a presença de vários segmentos relacionados à segurança. Seria muito oportuno, quando puderem, passar no Buritis. Será um prazer para o município recebê-los lá.

Vou me abster de falar sobre a unificação das polícias. Essa discussão é própria das corporações envolvidas. Acho, sim, que há necessidade de discutirmos o tema em âmbito federal. Há necessidade de reordenação das instituições policiais. A Lei nº 13.022, de agosto de 2014, regulamenta, em nível federal, as guardas municipais. É hora de revisarmos isso na Constituição.  
Código do documento: 1150214



Agradeço o convite e elevo meu respeito e consideração à Polícia Militar, ao Corpo de Bombeiros, à Polícia Civil e às demais entidades aqui representadas. Desejo a todos uma boa tarde. Obrigado.

**O coordenador (deputado federal Subtenente Gonzaga) -**

Agradeço ao nosso comandante da guarda, o Prates. Era no mínimo uma obrigação minha, uma deferência convidá-lo para este seminário, já que fui convidado recentemente, há cerca de 15 dias, para estar em Belém, no congresso das guardas das Regiões Norte e Nordeste, exatamente fazendo esse enfrentamento, esse debate.

Temos algumas divergências no encaminhamento da PEC nº 534, mas eles me chamaram para falar, para conhecerem o meu desacordo, e fui lá expor, na perspectiva de que temos de trazer o debate da 534 para o debate macro da nova estrutura da segurança pública, pois acho que é o melhor caminho. Tenho apanhado bastante dos guardas por conta dessa posição, mas não podemos deixar de expor e de assumir a responsabilidade pelo que está sendo manifestado. Apanhei muito, mas, pelo menos, estamos aqui vivos.

Com a palavra, o nosso amigo Denilson Aparecido Martins, DD. presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais - Sindpol -, que dispõe de até 8 minutos para a sua exposição.

**O Sr. Denilson Aparecido Martins -** Boa tarde a todas e todos, de uma forma diletta e especial ao amigo e companheiro de muitas lutas, Subtenente Gonzaga, deputado federal, e ao também companheiro de muitas caminhadas no debate da segurança pública,  
Código do documento: 1150214

Sargento Rodrigues. Quero saudar todas as autoridades civis na pessoa do ex-secretário, eminente advogado criminalista, Dr. Maurício Campos Júnior, e os demais policiais civis e judiciários na pessoa do nosso delegado federal presente à Mesa. Vou adiantar-me na fala porque os cumprimentos já foram feitos nesta manhã.

**O coordenador** - Podemos pactuar que os cumprimentos sejam suprimidos, para entrarmos nos debates.

**O Sr. Denilson Aparecido Martins** - Desconte no meu discurso, nobre deputado. Senhoras e senhores, o tema que estamos debatendo nesta sexta-feira é dos mais relevantes possíveis. Estou vendo ali a Inês, nossa dirigente máxima do sindicalismo da Polícia Rodoviária Federal, um bom dia especial para você, companheira. Talvez o melhor seria defendermos aqui não apenas um dia, mas uma semana ou um mês para debatermos esse tema. Estamos soprando as brasas, Gonzaga, do debate vigoroso que realizamos em 2009 na Conseg e que, lamentavelmente, não tomou corpo, não tomou o espírito necessário para mostrar que segurança pública não é de interesse apenas da polícia, mas de toda a sociedade.

Vou ousar discordar do nobre e eminente representante da Secretaria de Defesa Social, Dr. Rodrigo, que não se faz mais presente na reunião, no aspecto de que o sistema vai bem, de que as duas polícias estão funcionando bem, de que está tudo muito bom. Não está, vamos ser bem francos. Vamos continuar enxugando gelo, prendendo 900 pessoas por dia, aumentando o nosso deficiente quadro carcerário de quase 700 mil presos - é a 3ª maior população carcerária do mundo e não somos a 3ª população do mundo - e não

Código do documento: 1150214

vamos resolver o conflito, a tragédia social que é o tema da segurança pública. Nós matamos muito nas cidades, matamos muito no interior, matamos muito nas estradas, porque o trânsito é violento, mas não conseguimos resolver o problema da pacificação social. Se estivesse tudo bem, não haveria 58 mil assassinatos ao ano, e não está incluído o trânsito. Se estivesse tudo bem, não precisaríamos ter uma lei que reprime a violência doméstica de forma especial, que é a Lei Maria da Penha; não precisaríamos ter o feminicídio. É um dos países em que mais se mata mulher, o gênero feminino.

É para dar uma chacoalhada em tudo isso que está aí que precisamos debater. E foi importante que a voz da base, que a voz do operador de segurança pública ascendesse às mais altas casas do Parlamento do nosso país, para que o nosso debate pudesse, então, ser incorporado.

Até então, era um discurso muito fácil no mundo acadêmico, veiculado por estudiosos, especialistas, sociólogos e doutores em ciência jurídica. E aqui faço uma crítica muito vigorosa - pela terceira ou quarta vez -, dizendo que é lamentável a concepção que temos hoje, no Judiciário e no Ministério Público do nosso país, de que segurança pública não é assunto de interesse deles. Dr. Maurício Campos Júnior, é a terceira ou quarta vez que há um debate dessa envergadura, dessa importância, e que vemos aqui, ausentes à Mesa, os representantes do Poder Judiciário, como se não fosse culpa deles a reincidência delitativa de criminosos contumazes. É sinal de que a reserva legal prevista na sentença

Código do documento: 1150214

não está funcionando, porque o criminoso não se ressocializou. É como se a apresentação da denúncia, o escopo da percepção criminal e a conclusão da ação penal - muito bem feita pelo *custos legis*, o fiscal da aplicação da lei, o detentor da ação penal, que é o promotor de justiça - não tivesse nada a ver com essa tragédia social que é hoje o dia a dia da segurança pública. Novamente estão ausentes. O problema não está apenas no modelo das polícias, mas também no sistema de justiça criminal, no sistema de segurança pública que aqui, em Minas Gerais, se nomenclatura como Sistema de Defesa Social. O problema é muito mais profundo.

E quando falamos de uma possível unificação, esse debate vem muito tardio, soma quase 30 anos. E é importante que a nossa voz ecoe em nível nacional, porque é lá em Brasília, é lá no Congresso Nacional que temos que ter a regulamentação do art. 144. É lá que precisamos retirar das mãos dos governadores a tutela de comandante em chefe. O processo histórico apresentado hoje foi muito importante. Por que o governador é o comandante em chefe das forças policiais? Defendemos uma reformulação geral, de modo que a tutela das polícias e do sistema tenha de ser feita por um Conselho Nacional de Segurança Pública e o controle externo da atividade policial se faça na pessoa desse conselho, com seus membros representativos e com diversos segmentos da sociedade, inclusive nós, operadores da segurança pública, e não seja relegado ao mero papel do Ministério Público, que tem avantajadas ações para cuidar do patrimônio público, para cuidar do meio ambiente, para cuidar da Curadoria Especial da Criança e do Código do documento: 1150214

Adolescente, para cuidar da Curadoria Especial do Idoso, e por aí vai, e mais, e mais, e mais. E para cuidar, também, da vida e da agenda da presidência da República, e por aí vai.

Aí é preciso cuidar da polícia. Discutimos que precisamos de um estado de prevenção social, onde ocorrem 58 mil assassinatos, e de um modelo de polícia que cuide dessa prevenção social, que cuide da repressão qualificada dos delitos e da investigação criminal. É um tripé do qual não podemos fugir e que não pode estar deslocado do fundamental papel da ressocialização prevista na custódia e na escolta especial dos delinquentes, que precisa ter um acompanhamento. Essa integração, da qual tanto falamos, não pode se restringir apenas às polícias. A integração tem de ser feita com um sistema, tem de estar assentada nesse sistema e com função para o Ministério Público, para o Poder Judiciário, para a Defensoria Pública. Senão, vamos discutir aquele pensamento metonímico, que os especialistas em linguística sabem muito bem o que é: o todo pela parte e a parte pelo todo. Não vamos a lugar nenhum.

Fiquei feliz, Subtenente Gonzada e eminente deputado, quando, em dezembro do ano passado, foi publicada a formação da comissão para discutir a unificação das polícias, porque até então era a dinâmica do ciclo completo, que causou e está causando um grande debate na nossa sociedade. Mas ficou incompleto.

Naquela oportunidade - e nós já fizemos esse debate no Conselho Nacional de Segurança Pública, Conasp -, foi importante trazer de volta esse debate, que veio com uma nova roupagem e um Código do documento: 1150214

novo frescor, pois, quando se falava em unificação, os delegados e oficiais repudiavam. E já percebemos que, depois desse tempo, houve uma flexibilização e uma possibilidade de isso acontecer no seio das organizações e, principalmente, na base - não só nela, mas principalmente nela.

Isso aconteceu porque houve essa dimensão da polícia cidadã na concepção de cada um de nós, operadores; houve esse responsabilizar-se mais no debate da segurança e esse conhecer mais do ponto de vista que não se restringe apenas à vida acadêmica; melhorou-se a qualidade do conhecimento e a participação social dos policiais - e o exemplo claro disso é V. Exa. e o nobre deputado Sargento Rodrigues, que muito têm contribuído com o debate. Hoje, posso dizer, com segurança: os policiais civis, depois de muito debate, estão preparados para uma possível unificação criteriosa, respeitando-se os matizes e, obviamente, o contexto histórico de cada instituição. Senão, vejamos: é a Polícia Militar a instituição de maior capilaridade em todo o Estado e em todo o País; está presente nos 853 municípios; tem estrutura, patrimônio, funcionalidade.

**O coordenador (deputado federal Subtenente Gonzaga) -**

Por gentileza, o tempo.

**O Sr. Denilson Aparecido Martins** - Seria possível, nessa perspectiva, fazer não uma unificação propriamente dita, mas uma fusão, uma recepção de conceitos para formação de um todo consolidado melhor. Seria bom que pudéssemos também avançar mais na solução de conflitos e trabalhar pela não judicialização, ou  
Código do documento: 1150214

seja, temos de discutir a mediação de conflitos feita ainda na instância policial; isso é de fundamental importância.

A despeito, nobre deputado, de a Polícia Civil ser responsável pela identificação civil e criminal das pessoas - em Minas, são 20 milhões de mineiros; de gerenciar o licenciamento e a regulação de toda frota veicular, por meio do Detran; de ser a 2ª maior fonte de arrecadação, perdendo apenas para a Secretaria da Fazenda; e de ser a responsável pela habilitação de condutores de automóveis, estou convencido de que temos de dedicar maior investimento à prevenção social, feita muito bem pela Polícia Militar. Precisamos pensar como estancar essa tragédia social de tantos homicídios e delitos que poderiam ser prevenidos, evitados, se investíssemos mais na prevenção.

**O coordenador** - Peço-lhe para concluir.

**O Sr. Denilson Aparecido Martins** - Já estou concluindo, peço apenas mais 2 minutos, aliás, mais 1 minuto.

Ouvi dizer hoje aqui - e é fato - que, nos Estados Unidos, há 12 mil agências, todas de carreira única, ou seja, não existe concurso para chefe nem para oficial nem para delegado; essas posições são fruto da ascensão interna. Esse tem de ser um princípio, uma premissa no processo de unificação. O pré-requisito deve ser o nível acadêmico de formação profissional, como vocês são: 3º grau. Para a estruturação interna, deve ser garantido o acesso interno com a qualificação interna - essa é a carreira única; academia de formação única; sistema de previdência social e seguridade únicos; controle social interno e externo únicos, feito

Código do documento: 1150214

pelo Conselho Nacional de Polícia; sistema permanente de formação educacional dos policiais e de seus dependentes; transformação dos gabinetes militares em gabinetes de segurança pública; extinção do Tribunal de Justiça Militar e criação da Câmara Disciplinar Única, com o Código de Ética e o Código de Procedimento Policial - não se pode admitir, no século XXI, o policial sentar-se no banco dos réus sozinho sem que antes a sua instituição seja avaliada, por isso o Manual de Procedimento Policial; a desmilitarização e a desvinculação das Forças Armadas - isso deve ser para ontem, de imediato; e a lei orgânica e o código de ética e o de procedimentos nacional padronizados.

Isso sim seria um pequeno passo para a reformulação do sistema, que não poderá ser feito sozinho tendo como foco apenas as polícias. Julgamos esses alguns critérios, alguns subsídios que podem contribuir. Não temos a pretensão, nobres companheiros, sargento, subtenente, de achar que essa é a única forma e a única visão. Esse é apenas uma sinalização do que podemos contribuir para uma reformulação de todo o sistema. Muito obrigado, são as minhas palavras, tenho dito. (- Palmas.)

**O coordenador (deputado federal Sargento Gonzaga) -** Obrigado, Denilson, presidente do Sindpol. Como último expositor desta manhã, convidamos o Subtenente Heder Martins de Oliveira, 1º-vice-presidente da Associação nacional dos Praças, que dispõe de até 8 minutos.

**O Subtenente Heder Martins de Oliveira -** Boa tarde a todas e todos. Quero cumprimentar o nobre deputado Subtenente  
Código do documento: 1150214



Gonzaga, autor do requerimento em nome de quem cumprimento todos os demais da Mesa. Peço minhas desculpas para duas saudações individuais e pessoais. Primeiro, o Sgt. Baía, que tomou posse ontem com a sua diretoria para o triênio 2016-2019. Trago aqui a mensagem do presidente da Anaspra, Cb. Elisandro Lotin que não pode estar presente porque hoje se faz uma audiência pública no Estado de São Paulo discutindo também segurança pública. E especial o Cel. Alexandre Antônio Alves, com quem tive o prazer de trabalhar ainda como capitão. Aprendi muito com o senhor e os demais. Cumprimento todos.

Preciso me conter porque todas as vezes que participamos do debate sobre a reformulação da arquitetura da segurança pública encontramos um ponto central para que nada se avance, que é o tema da desmilitarização. Nada avança por conta de contraponto a todos os modelos que defendemos, todas as possibilidades de alterar as nossas ações enquanto o entreve, o tema que é a desmilitarização. Penso, defendo que não se trata, em hipótese alguma, de desmilitarizar para melhorar a polícia porque, se assim o fosse, as polícias que são civis dariam um resultado à altura. Então, o problema não está na estrutura, o problema está na gestão.

Hoje, quando discutimos ciclo completo de polícia, paramos rasos. O que esse debate traz aqui é a necessidade de jogarmos luz nas questões que ainda não estão definidas.

Ouso discordar do representante da Polícia Federal, o nosso subsecretário de Estado que se a polícia de ciclo completo não desse o resultado a Polícia Federal não seria uma polícia de

Código do documento: 1150214

ciclo completo. E ela o é. Nós não encontramos no campo dos gestores delegados da Polícia Federal e da Polícia Civil confronto nas suas atuações. E a Polícia Federal é uma polícia de ciclo completo e dá resultado. Está sendo ovacionada por todas as cidades, por todo o país pelos excelentes trabalhos que executa. O que precisamos é sair dessa zona de conforto de travar o debate sobre a premissa de desmilitarizar. Vamos para o debate que precisa ser posto. Polícia de ciclo completo. Eu vou atuar como e de que forma? Até onde? Quais serão os meus limites? Quais serão as minhas competências? Se hoje nós atuamos com razão nas nossas competências, não precisamos desmilitarizar.

Existe um outro ponto central, e por isso a necessidade de se jogar luz nesse debate. É que existe historicamente uma diferença entre a Polícia Civil e a Polícia Militar para além da estrutura estética militar. Por 30 anos servi à Polícia Militar de Minas Gerais - estou na inativa hoje. Nunca tive a honra de comandar um destacamento, mas existe uma diferença intrínseca na prestação de serviços. Todos os nobres companheiros da Polícia Civil, investigadores, peritos, não executam qualquer ato se não estiver presente um delegado na atuação dos seus inquéritos. Mas o praça comanda um destacamento e presta contas. Há um entrave lógico na prestação de serviço que é do modelo.

Temos de discutir sob duas perspectivas: ou se altera a estrutura ou se altera a gestão, e a alteração da gestão será mais econômica e nos dará a eficácia que procuramos. Não tenho dúvidas disso. Quando discutimos as políticas públicas também discutimos a

Código do documento: 1150214

transversalidade e a multidisciplinaridade de todas as nações na formação de uma política pública. Não estou aqui defendendo nem o SUS nem a educação, mas vamos pegar como referência a educação. A educação possui um Plano Nacional de Educação, que é avaliado a cada 10 anos, e isso não tem custo ou impacto financeiro. É a definição de uma política pública em que podemos mensurar, avaliar e reorientar ações. E no campo da segurança pública? Sequer construímos um plano nacional de segurança pública. Não pensamos em construir um plano estadual de segurança pública, e, quiçá, um plano municipal de segurança pública, porque isso passa longe, passa largo.

Trabalhamos em cima de indicadores passados, de homicídios, bem como na elucidação desses homicídios. O fato já ocorreu, como bem disse o Denílson. A nossa questão precípua é a defesa da vida. Diagnóstico de 60 mil mortos não vai resolver o problema, nesse modelo atual, de prevenir novos 64. Aliás, a cada dois anos ou a cada ano, esse índice aumenta mais. Não diminuimos.

Quando se traz à discussão a reforma da arquitetura institucional, paramos no corporativismo, e ela existe porque isso é democrático. O corporativismo deve existir e só não pode ser deletério à democracia. Ele precisa de um senso crítico e comum. Defendo os meus interesses, os interesses da minha instituição, mas não acabo com o País.

Tive oportunidade de participar, em 12 estados e mais no Distrito Federal, do debate sobre a polícia de ciclo completo. Não construímos nada para além desse debate público. O entrave está

Código do documento: 1150214

posto, o embate está posto. Ninguém quer perder poder. Não vou entrar na seara da PEC n° 412 e de todas as PECs que estão apensadas à PEC n° 431, mas o que está por detrás disso, o que está no centro e o que não se permite colocar à luz ou trazer para o debate público é a manutenção e a ampliação do poder e do *status* de determinada categoria. Tanto isso é verdade que nas PECs propostas, que trazem valorização aos delegados, os agentes e investigadores são excluídos. Há a transposição de cargos, ou melhor, a transformação dos delegados em juizes, mas não a preocupação com os investigadores, com os peritos e com os escrivães. Não existe essa preocupação.

Discutir segurança pública é muito mais que isso. Nesse aspecto, precisamos voltar um pouquinho no tempo, mas não precisamos ir muito longe, não. Com o fim da ditadura e com a redemocratização do País, foi formada a Assembleia Nacional Constituinte, que não precisou enfrentar esse tema que estamos enfrentando. Aliás, hoje vejo aqui diversos futuros comandantes da Polícia Militar. Os senhores e as senhoras estão tendo o privilégio que não tive, que a minha geração não teve e que a geração do Subtenente Gonzaga também não. O mesmo vale para os diversos comandantes que aqui estão. Estou falando do privilégio de participar de um debate público. Isso é democrático e empodera, mas não tivemos essa oportunidade. A segurança pública ficou deitada em berço esplêndido por no mínimo 30 anos.

Isso há de ser valorizado porque isso é trazer o debate, é colocar no espaço público a possibilidade de convergência e de

Código do documento: 1150214

divergência, porque, se não houver isso, não é democracia, é totalitarismo. Conviver com as divergências, sejam elas institucionais ou pessoais, é salutar. Isso só nos engrandece, isso só nos amadurece, isso só fortalece o Estado Democrático, porque é na divergência que vamos, com novas percepções, amadurecer.

Defendo que precisamos nos tornar agências de polícia de ciclo completo. Todos nós que somos profissionais da segurança pública não podemos prescindir de um controle externo - defendo que não seja o modelo atual - que enxergue todo o sistema de segurança pública e percepção criminal. Que ele seja contemplado por agentes do Estado, trabalhadores, gestores, especialistas, que trabalhem e atuem na formulação de uma política pública, porque correicional nós já temos as corregedorias, as ouvidorias e temos o próprio Ministério Público. O que precisamos é revisitar aquilo que não deu certo, o que precisamos é pensar uma nova perspectiva de fazer segurança pública, mas não só sob a perspectiva de polícia - polícia é o meio. Isso porque nós, que somos policiais militares, estamos sendo acusados de ser polícias políticas, e sabem por quê? Porque um governo prevaleceu por anos e não alterou absolutamente nada na segurança pública, fez o que fez. E agora, em São Paulo - vejam porque estamos sendo acusados de polícia política -, durante as manifestações, os militares fardados fizeram uma continência, e estão sendo chamados de a polícia do Alckmin. Mas não sabem porque fizeram a continência. É porque, no dia anterior, havia morrido um cabo da Polícia Militar do Estado

Código do documento: 1150214

de São Paulo. A sociedade parou, por um minuto, em sinal de luto por essa situação política em que se encontra o Brasil. E qual é a nossa saudação? É a continência.

Desconsideram os nossos valores, desconsideram as nossas atuações e passam a fazer de nós instrumentos políticos para combater o que não combateram. Transformar as forças de segurança pública em política de Estado, não de governo; trabalhar um Plano Nacional de Segurança Pública que possa ser visitado, revisitado a cada 10 anos e avaliado para saber o que deu certo e o que não deu certo. Sou contra a unificação; não vai resolver o problema. Tenho orgulho da farda que enverguei por 30 anos e o meu único desejo é o de ser sepultado com ela no dia de minha morte porque dela senti orgulho por todo o tempo em que servi. E não sou culpado das mazelas da segurança pública, que assolam este país, com 60 mil mortos.

A categoria dos policiais militares é a que mais morre no enfrentamento. Não sou culpado, não serei culpado e não admitirei, por onde estiver neste Brasil, falando em nome da Anaspra, que sejamos colocados como os culpados por esse alto índice de violência. Muito obrigado a todos. (- Palmas.)

**O coordenador (deputado federal Subtenente Gonzaga) -**

Muito obrigado ao Subten. Heder Martins de Oliveira, vice-presidente da Associação Nacional dos Praças - a Anaspra -, aqui, neste ato, representando o seu presidente, o cabo Elisandro Lotin, de Santa Catarina, que devido à agenda em São Paulo não pôde estar presente.

Esticamos o horário da manhã, portanto, teremos de repactuar o recomeço. Acho que poderemos fazê-lo às 14h15min. (- Pausa.) O.K.

Então, cumprido os objetivos desta manhã, queremos agradecer aos componentes da Mesa - perdoem-me não lhes passar a palavra para as considerações finais, o que se deu devido ao tempo. Em nome da comissão e em nome do deputado Delegado Edson Moreira, que telefonou-me dizendo que estará aqui à tarde, em nome do relator deputado Vinicius Carvalho, que também não pôde estar presente mas está acompanhando os trabalhos, agradecemos a participação e a presença de todos, em especial dos palestrantes, dos expositores desta manhã.

Quero dizer que tenho participado sistematicamente desses seminários e não há nenhum deles que não aponte algo consistente que vá somando a essa construção que temos de fazer. Portanto, é extremamente importante que este debate ocorra, e ocorra de forma plural, enfrentando as convergências que efetivamente temos.

Cumprido os objetivos, passo a palavra ao deputado Sargento Rodrigues, para fazer, como presidente da comissão, o encerramento dos trabalhos nesta manhã.

**O presidente (deputado Sargento Rodrigues)** - Agradecemos ao nosso ilustre companheiro, deputado federal Subtenente Gonzaga. Já feita as considerações, quero agradecer a todos os debatedores que aqui vieram e contribuíram decisivamente com os trabalhos. A partir das 14h15min estaremos novamente aqui. Quero cumprimentar a  
Código do documento: 1150214

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 88

todos que vieram, que puderam participar desta reunião. Esperamos todos de volta, às 14h15min. O Subten. Heder colocou muito bem a necessidade dessa participação. E essa participação na Polícia Militar, cada vez mais, vem ganhando contornos democráticos. É muito importante essa participação democrática nas decisões em que somos atores principais. As polícias não podem deixar de participar desse debate. Todos têm de estar aqui e participar efetivamente, senão acabam fazendo o debate exatamente aqueles que não conhecem o dia a dia da Polícia Civil, da Polícia Militar, dos bombeiros, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da guarda municipal, ou seja, aqueles que estão fazendo verdadeiramente a coisa acontecer não participam do debate.

Parabéns a todos! Estejam aqui às 14h15min. Estão suspensos os trabalhos.

- Suspende-se a reunião.

**O presidente (deputado Sargento Rodrigues)** - Declaro reaberto o debate público sobre a viabilidade de unificação das Polícias Civil e Militar e seus desdobramentos, com a participação da Comissão Especial de Unificação das Polícias da Câmara dos Deputados.

A presidência registra e agradece a presença do ilustre deputado federal Edson Moreira, presidente da comissão especial do tema em debate.

A presidência convida a tomar assento à Mesa os Srs. Paulo Felipe Gonzalez Saback, delegado de Polícia Civil, representando a Sra. Andrea Cláudia Vacchiano, chefe da Polícia

Código do documento: 1150214



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 89

Civil do Estado de Minas Gerais; Bruno Tasca, chefe de gabinete da Polícia Civil e conselheiro do Conselho Superior da Polícia Civil; Maj. PM Lázaro Tavares Melo da Silva, assessor do comandante-geral da PMMG, neste ato representando o Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da instituição; a Sra. Maria Inês Miranda Mendonça, presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais de Minas Gerais - Sinprf-MG -; Marco Antônio de Paulo Assis, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais - Sindepominas -; Cel. PM Jorge Batista de Araújo Filho, diretor de Relações Públicas da União dos Militares de Minas Gerais - UMMG -, representando o Cel. PM César Braz Ladeira, presidente da instituição; Cel. PM Valter de Souza Lucas, assessor de gabinete, representando o Cel. Piccinini, vereador de Belo Horizonte e presidente do Clube dos Oficiais da PMMG; 3º-Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, membro e presidente eleito e empossado da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais - Aspra-PM/BM -; Ten.-Cel. PM Aílton Cirilo da Silva, presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais - AOPMBM -; Cel. PM Norberto Rômulo Russo, presidente da Associação dos Militares Estaduais Mineiros - Amem-MG.

Na qualidade de presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, passo às minhas considerações iniciais no debate desta tarde de sexta-feira, dia 18 de março.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 90

Com satisfação, recebemos o companheiro de labuta na segurança pública, ilustre deputado federal Edson Moreira, presidente da comissão especial da Câmara dos Deputados criada para debater o tema da unificação das polícias. Também recebemos com satisfação os demais convidados, observando que alguns ainda não chegaram e irão compor a Mesa à medida que chegarem.

Hoje pela manhã, deputado Edson Moreira, realizamos bons debates, com ótimas falas, com a participação do Dr. Maurício de Oliveira Campos Júnior, ex-secretário de Defesa Social; do Dr. Rodrigo Teixeira, delegado de Polícia Federal e secretário adjunto de Defesa Social; do Cel. Marco Antônio Bicalho; de representantes da OAB e de várias outras autoridades. O Dr. Antônio Carlos de Alvarenga esteve conosco na parte da manhã, bem como a Dra. Míriam Galuppo, o Dr. Marco Antônio e o Dr. Edson estiveram aqui mais cedo. Hoje o Sindepominas está representado aqui, na parte da tarde, pelo Dr. Marco Antônio. As falas foram contundentes sobre o tema, com o qual alguns concordam, outros não.

Particularmente, deixei claro para V. Exa. que meu posicionamento é contrário à unificação, mas fiz questão de frisar que, quando no comando de viatura, na ponta da linha, imaginava que essa seria uma solução belíssima, fantástica. Bem, nada melhor do que a maturidade, o tempo e uma visão mais alargada do contexto da segurança pública para emitirmos uma opinião mais robusta e precisa, obviamente também com a experiência de quem trabalhou por 15 anos na rua, no combate ao crime, e de quem já está no quinto mandato de deputado estadual, presidindo a Comissão de Segurança

Código do documento: 1150214

Pública pela terceira vez e debatendo o tema da segurança pública praticamente todos os dias.

Gostei muito da fala do Dr. Carlos D'Ângelo, delegado da Polícia Federal, chefe da Divisão de Repressão a Entorpecentes na região do Triângulo, onde vem fazendo um belíssimo trabalho. Corroboro o que disse: não estamos fazendo sequer o feijão com arroz da Polícia Civil e da Polícia Militar. Não pela falta de esforço e empenho das duas polícias.

Pelo contrário, as duas polícias vêm se desdobrando, e muito, para fazer o enfrentamento ao crime, para fazer tudo aquilo com as ferramentas que têm. Mas a Polícia Civil passa por um período extremamente difícil, de falta de efetivo. Falta efetivo à Polícia Militar. Faltam ferramentas à altura do trabalho abnegado das duas instituições, falta logística, falta, inclusive, uma valorização profissional. Quem dera se os nossos policiais militares, bombeiros militares e policiais civis tivessem a valorização profissional como têm os membros do Ministério Público e do Poder Judiciário. Porque o que falta é dar a eles condições à altura. Dê toda logística, o recurso humano e a condição de trabalho para as Polícias Civil e Militar, e veremos como os índices de criminalidade e violência vão para o chão.

Fiz questão de frisar mais cedo, e aqui tive a colaboração, inclusive, das palavras do presidente do Sindpol, Sr. Denilson, que nós precisamos fazer com que o Ministério Público e o Poder Judiciário venham a público falar da sua responsabilidade, da sua fatia de responsabilidade sobre segurança pública. Nesse Código do documento: 1150214

sentido, temos de começar a ser atores permanentes dessa cobrança, aqui, no Parlamento estadual, e no Congresso Nacional, seja através dos nossos deputados federais, seja através dos senadores da República. O Poder Judiciário e o Ministério Público precisam dizer à população: "Olha, nós fazemos parte do aparato de Justiça criminal. Temos responsabilidade". Porque o legislador constituinte, ilustre deputado federal Edson Moreira, trouxe lá... Porque o nosso pacto federativo é um pacto esquizofrênico, que diz o seguinte: segurança pública é dever do Estado. E o legislador estadual não pode escrever uma linha, num Estado deste tamanho! Nós não podemos legislar nas principais áreas que impactam, decisivamente, na criminalidade da violência, porque as leis são frouxas. E aí eu tenho certeza de que nós dois concordamos nessa direção, até por causa da nossa formação. São frouxas, seja do ponto de vista policial, ou do ponto de vista acadêmico de direito. Então, leis frouxas não dão as ferramentas, não dão as condições adequadas. Por isso entendo que a unificação passa muito longe de ser a solução para redução do crime da violência. E por que digo isso? Porque, para discutir unificação, nós temos de saber: para atender qual cliente? Vamos fazer isso buscando atender quem? O cidadão, a sociedade.

Dê essas ferramentas, dê essas condições de trabalho para a Polícia Civil, faça integração, faça trabalho conjunto porque as duas são necessárias. As duas são instituições sérias, competentes e de bravos policiais, civis e militares, homens e mulheres abnegadas à sua atividade. Precisamos bater nessa tecla.  
Código do documento: 1150214

Não é à toa que me coloco como deputado classista na defesa da Polícia Civil, da Polícia Militar aqui, dentro da Casa. O delegado, Carlos D'Ângelo, em que pese todos os elogios que ele me fez, ele disse que eu era um ferrenho defensor da Polícia Militar. Depois de 1999, Dr. Edson Moreira, não há uma lei que tenha passado por esta Casa, da Polícia Civil, de que eu não tenha sido autor, relator ou negociador. Nenhuma. Inclusive a última lei orgânica. O Denilson está aqui e também o nosso amigo Antônio Marcos Pereira, conhecido por nós por Toninho Pipoco, de forma fraternal. Ele sabe disso, da última lei orgânica, fui relator da Lei Complementar nº129/2013. Conseguimos muitos avanços, mas ainda não o suficiente.

Tenho a certeza de que, se eles tiveram as ferramentas adequadas, avançaremos muito - não é pouco -, mesmo tendo o Estado gigantesco com 853 municípios. Portanto, realço novamente o que disse pela manhã - e o Dr. Marco Antônio de Assis concordou plenamente com a minha fala, pois enquanto eu falava, ele acenava a cabeça: enquanto alguns escolhem o que vão investigar, a Polícia Civil não tem jeito de escolher. Há o varejo, vamos investigar; há o grande roubo, vamos investigar; há o sequestro, o homicídio, vamos investigar. E é assim com a Polícia Militar, que também não escolhe. Até para gato em cima do telhado a Polícia Militar é chamada.

Deus me deu a condição de ter experiência, Deus me permitiu conhecer 800 municípios do Estado e sei o que a Polícia Militar representa com três policiais que eu visitei em Ninheira.  
Código do documento: 1150214

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 94

Muitos dos mais novos que estão aqui não sabem nem a direção de Ninheira, que fica perto de Berizal e São João do Paraíso e depois de Taiobeiras. Lá três policiais militares fazem a segurança, o combate ao crime e a polícia ostensiva, preventiva e repressiva.

Mas fazem mais, não é Denilson? A ambulância do município foi levar um doente a Montes Claros. Uma senhora na hora do parto liga qual número? Sei para qual número ela liga e quem vai assisti-la. Para cuidar daquele senhor que estava na roça lidando com a sua lavoura da agricultura familiar e foi picado por uma cobra ou um escorpião, se a ambulância não estiver naquele município longínquo e pequeno, sei que número disarão. Tenho absoluta convicção. Sei a grandeza dessas pessoas na ponta da linha. Visito a ponta da linha e sei quem eles vão chamar e qual número disarão. Portanto, recebo com alegria o deputado federal Edson Moreira, que tem muito trabalho pela frente para fazer a discussão sobre a segurança pública no Congresso Nacional, melhorar o Código Penal e o Código de Processo Penal e jogar quase tudo fora da madrastra das leis penais, a chamada Execução Penal. Por que eu falo "quase tudo fora"? Porque vemos a imprensa divulgar uma pena...

O Dr. Edson Moreira investigou e presidiu o inquérito do famoso caso Bruno. No outro dia, Dr. Paulo Saback, a imprensa divulga: 30 anos de cadeia. Está no Código Penal, na lei seca. Isso depois de vencer o processo, e já houve uma distância enorme para chegar até onde conseguiram o delegado Edson Moreira, os investigadores, os peritos e os escrivães que trabalharam naquele Código do documento: 1150214

inquérito. Depois vem a Lei de Execução Penal. Maravilha! E ela joga por terra aqueles 30 anos. E o que se acha de gente para falar de poesia, do cumprimento de pena. Durante esses dias, quase tive um *stress* dentro do Tribunal de Justiça com uma turma toda da ala poética e formada por juízes e desembargadores.

Então, temos ainda esse trabalho. Quebramos, quebramos, quebramos e quebramos pedra, Dr. Paulo Saback, mas, na hora de se executar a pena, ouvimos - e nosso amigo aqui é que presidiu o inquérito e fez tudo conforme determina a lei: o senhor cumpre 1/6 da pena, progride de regime e, na hora em que o senhor cumprir 1/3 terço, o senhor, por bom comportamento, pode... Belíssima pena. E ainda há quem diga que o Brasil tem lei demais. O Brasil tem muitas leis. Tem! O Brasil tem muitas leis, agora estamos muito longe da eficiência para dar respostas, para ser pedagógico e para coibir pedagogicamente o crime.

E a nossa turma continua enxugando gelo, não é? Nós, que somos oriundos de polícia, sabemos o que é enxugar gelo. Você prende um adolescente 50 vezes no centro de Belo Horizonte, e ele continua solto. "Mas ele tem homicídio". Mesmo assim continua solto. "Ele foi preso por tráfico, pode autuar?" Não. "Mas por que não pode autuar por tráfico?" Porque o STJ disse que não pode autuar adolescente por tráfico de drogas. Não foi o STJ que fez isso com a jurisprudência?

Então, falo dessas ferramentas. Não é só a viatura, o armamento, o colete, a lanterna, a luva descartável, os equipamentos de perícia. Não são só essas ferramentas, mas as

Código do documento: 1150214

ferramentas da lei. Temos orgulho de saber que em outros países a punição é severa, Dr. Edson.

Minha querida Profa. americana Corinne Davis, que me deu aula lá na UFMG, dizia o seguinte: "Meus alunos e minhas alunas, para alcançar o seu objetivo, a pena deve perpassar por três eixos. A pena tem de ser certa..." - vamos interrogando aí se no Brasil é -, "...célere e severa". Não temos nenhuma das três, não é, Dr. Edson? Ou depende do cliente - como disseram aqui, se o cliente tiver bons e poderosos advogados, não é? No Brasil continua sendo essa lei penal poética.

Sabe quem pune com certeza, Toninho Pipoco? Fomos homens de rua e vimos as vítimas chorando, pais com a filha estuprada, vítimas de homicídio e latrocínio, mas sabe qual é a única pena certa? É a morte da vítima. Ninguém volta com essa pena. Os entes queridos ficam do lado de cá lamentando e sofrendo para o resto da vida. Essa é a maior pena imposta à vítima, e não ao criminoso. Em nosso linguajar policialesco: da cadeia todo dia sai um, mas do cemitério ninguém sai.

Agradeço mais uma vez a atenção de todos. Passo a coordenação dos trabalhos ao ilustre deputado federal Edson Moreira, presidente da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que tem como objetivo debater o tema "Unificação das polícias". V. Exa. tem a coordenação dos trabalhos.

**O coordenador (deputado federal Delegado Edson Moreira)-**

Boa tarde a todos. É um prazer imenso estar aqui com o deputado estadual Sargento Rodrigues e todos vocês. Também farei um Código do documento: 1150214



preâmbulo, mas passarei a coordenação dos trabalhos ao Gonzaga, que é o autor do requerimento. Quero aproveitar as palavras do deputado Sargento Rodrigues, que tive o prazer de conhecer em 1997, quando eu presidia as investigações daquela rebelião no QG. Até a chegada ao local do homicídio, o coronel era o maior suspeito que havia lá, porque todos viram ele e uma turma atirar. Depois, quando chegamos ao local junto com a perícia, conseguimos localizar um buraco de bala na frente do quartel-general.

A trajetória do tiro que matou o cabo Valério, à época, era incompatível com a entrada porque, se tinha gente do lado de dentro, quem estava atirando do lado dentro não podia acertar a testa do Valério, que estava de frente para a multidão. E por aí foi. Esse é só um exemplo - tive o prazer de conhecer o Rodrigues àquela época.

Eu labutei por 35 anos na segurança pública, 10 na Polícia Militar, no Estado de São Paulo, 3 dos quais nas rondas ostensivas, e, à época, em 1980, o pessoal de Minas Gerais foi fazer estágio pois estava-se montando a Rotam no Estado.

Tive a felicidade de vir para Minas, passei no concurso de delegado, e fiquei por 25 anos na Polícia Civil de Minas Gerais. Agradeço muito às polícias civis de Minas e de São Paulo por me terem aceitado.

Quem está na rua, no policiamento ostensivo, na investigação, à frente, é que sabe o que acontece. Tive o prazer de andar por todos os rincões de Minas Gerais. Se eu lhes perguntar onde fica São Pedro do Taperão, ninguém vai saber

Código do documento: 1150214

responder. Eu fui lá fazer uma investigação. Fui a outros distritos: Açucena etc. Conheço todos, e conheço um pouco mais: já fui ao Paraguai, ao Uruguai e à Argentina atrás de criminoso. E nós sabemos como isso funciona.

Faço parte, também, da comissão especial que está analisando o Código de Processo Penal, o Código de Processo Penal Militar, os códigos de processos penais e a Lei nº 7.210, que é a Lei de Execução Penal. Há uma comissão especial, criada agora, instalada há duas semanas, de que faço parte e que já está trabalhando para mudar a parte processual, inclusive a parte de execução penal, à qual nos atemos todos os dias. Você trabalha, trabalha, faz um inquérito, faz um processo caro, dispendioso, gasta muito dinheiro porque a Polícia Civil custa caro, a Polícia Civil é cara, e não é fácil fazer uma investigação. Você, do nada, produzir 10 volumes de investigação? Imaginem só. Imaginem a Lava a Jato. Quantos volumes de investigação ela tem? Como é fazer-se uma interceptação telefônica? E até chegar a descobrir o número daquele telefone... E encontrar toneladas e toneladas de entorpecente, que acabariam com famílias e famílias. É difícil.

Eu, por essas labutas todas, digo que não sou corporativista; eu sou pelo povo brasileiro, pela sociedade brasileira, que sofre com tudo isso que acontece. A segurança pública, no Brasil, está um caos. Ninguém investe em segurança pública, principalmente na polícia investigativa. Isso porque na polícia ostensiva vê-se o pessoal usando farda, uma viatura transitando, e nela se faz um maior investimento, portanto tem um

Código do documento: 1150214

efetivo maior. A polícia investigativa recebe menor investimento, mas é a que trabalha na parte da descoberta do crime.

Trabalhei numa cidade chamada São João Evangelista, e lá o pessoal matava um de manhã e deixava o outro amarrado para matá-lo à tarde. O que aconteceu? Foram investigados todos os homicídios, descobriram-se todas as autorias, prendeu-se todo mundo, e o índice de criminalidade caiu praticamente para zero.

Descobrir o crime, prender é uma boa prevenção. O sentimento da punição é importante. Como o Sargento Rodrigues disse, pegam o menor. Aliás a redução da maioria penal já passou na Câmara Federal, em 1º e 2º turnos. Já é certo, está no Senado e falta passar no 1º e no 2º turnos. Ano passado foi aprovado na Câmara. O Senado sentou lá em cima e está aguardando para colocar em votação. Quando colocar em votação e passar, vai ser sancionada porque é emenda constitucional e não vai para a presidenta vetar ou não. No Código de Processo Penal, as leis penais ordinárias, o pessoal diz que aí são as leis ordinárias, aí sim, passa para sanção da presidenta. No caso da unificação das polícias, não passa pela presidenta. Vai para a votação na Câmara a emenda à Constituição, em 1º e 2º turnos, 308 votos, maioria absoluta, em 1º e 2º turnos, depois vai para o Senado.

Imaginem o que se perde da troca de informações entre policiamento ostensivo preventivo e a polícia investigativa, a riqueza que se poderia ter se houvesse troca lá da base para se descobrir o criminoso. Se a pessoa começasse na carreira única, conhecendo como se faz o policiamento ostensivo preventivo e

Código do documento: 1150214

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 100

viesses a investigar futuramente, como isso seria bom. Tive essa felicidade. É importante isso. Não podemos perder essa informação, a base lá de baixo. E por que não ter uma cadeira universitária de segurança pública? Ele falou do Crisp. Fiz o Crisp, fui da primeira turma. É importante. Meu irmão foi do Corpo de Bombeiros de São Paulo, que pertence à Polícia Militar, e fez na Academia de Polícia Militar do Barro Branco. Conheço profundamente as duas corporações. Sei, pelas emendas constitucionais que estão acopladas ao requerimento de criação dessa comissão especial, o quanto a sociedade ganharia com isso; ganharia muito. Por isso digo que uma carreira única seria muito bom, com a legislação condizente.

O que vai fazer essa comissão? Essa comissão vai estudar todas as propostas no Brasil e no mundo, apresentar um relatório e um projeto de emenda à Constituição, para um entendimento. Uns querem o ciclo completo; outros, a unificação, outros, a municipalização da segurança, e por aí vai. Então a gente vai estudar toda a parte de segurança pública. Há uma comissão para isso a nível mundial, para fazer as propostas ouvindo todo mundo e debatendo como estamos fazendo agora. Existe a parte, uns dizem, a parte dos uniformizados, que vai cuidar do policiamento ostensivo preventivo, a parte dos bombeiros, que vai cuidar da defesa civil, combate e salvamento, enfim, todas as partes.

Acho que a sociedade vai ganhar muito com isso. Por isso a gente tem de escutar, temos de ouvir, mas quem decide é a sociedade, pois é ela que está sentindo tudo. O que estão matando

Código do documento: 1150214

de policial civil e militar não está fácil. Essa impunidade precisa acabar. De vez em quando, uma puxa para um lado e a outra para o outro. E quem perde com isso? A sociedade. É a sociedade que perde com isso. Então, temos de fazer uma coisa que seja financeiramente boa para a sociedade. Estamos estudando para encontrar o melhor modelo para ser aplicado.

Quando cheguei aqui, conversava com os policiais e disse-lhes: acho que a situação não deve ficar assim. A situação econômica das duas instituições deve melhorar. Geralmente 60%, 70% do orçamento vão para as Polícias Militares; e 20%, 30% para as Polícias Civis. A investigação é cara porque o crime não tem cidade, não tem estado, ele anda. O pessoal de São Paulo vem aqui, comete sequestros, leva a vítima para cativo em outro estado. Eu trabalhei na antissequestro durante cinco anos. O aparato para investigar isso é muito caro. Você tem de levar o efetivo todo. Por quê? Porque um efetivo vai fazer a interceptação, outro irá a campo investigar, conferir, descobrir tudo; e um outro efetivo vai estourar o cativo, entrar nele, vai trocar tiros para salvar o refém.

Outras coisas que às vezes acontecem é quando você vai fazer uma incursão, uma prisão com mandado de prisão para pegar uma quadrilha de assaltantes de banco altamente armada, com explosivos e tudo. Os caras estão com uma ponto-cinquenta, como a que atiraram na Furtos e Roubos aqui, furaram a viatura toda de balas; deram um tiro de 762 no cabo, em São Gotardo, estivemos lá. Para pegar essa quadrilha que estava no Pará, no Nordeste e em São

Código do documento: 1150214

Paulo custa caro e é demorado. Sabem o que acontece depois? Você prende todo mundo por assalto, por roubo. Por latrocínio, a pena mínima é de 20 anos, e a máxima é de 30 anos. Por roubo, conforme o § 1º, com agravante de uso de arma, a pena mínima é de 4 anos e a máxima é de 10 anos, se não houver vítima fatal. Então, como o Rodrigues falou, tudo isso tem de ser analisado.

Até que, no código, as penas são pesadas. O problema é o cumprimento delas. A Lei nº 7.210 foi feita em 1984, a Lei nº 7.209 mudou a parte geral do código penal. A Lei nº 7.210, a Lei de Execução, arrebitou com a Constituição de 1988. Depois trouxeram a lei ordinária para dentro da Constituição. Então, é preciso fazer uma nova constituinte para rever tudo isso, um novo modelo.

Algumas pessoas do tempo da eleição indireta no Brasil falam que é ditadura, outras que são os militares no poder. Havia eleição indireta, de 1964 a 1985.

Tínhamos a Polícia Civil. A Polícia Federal foi criada em 1964, a polícia investigativa federal. A Polícia Rodoviária Federal pertencia ao Ministério dos Transportes. Ela veio para o Ministério da Justiça em 1988. Ficaram a Polícia Federal, a Polícia Civil, a força pública, a guarda civil e Polícia Rodoviária Federal. O que os militares fizeram em 1969? Unificaram a guarda civil com a força pública. Foi criada a Polícia Militar, um policiamento ostensivo preventivo, que pertencia à guarda civil. Passou para força pública, que passou a ser força auxiliar do Exército. Na realidade, todo mundo é força auxiliar do

Código do documento: 1150214

Exército, reservistas. Até determinada idade, 45 anos se não me engano, é reservista do Exército. Se o convocarem, você tem de ir. Por que foi criada a força auxiliar do Exército? Para o modelo da época, isso era necessário. Criaram a inspetoria-geral das Polícias Militares. O instituto, o armamento que foi comprado, tudo pertence a elas. Essa parte tem de ser revista. O art. 144 da Constituição tem de ser revisto.

O Jânio Quadros, em 1986, criou a guarda municipal, a guarda civil metropolitana. Ele havia criado a guarda civil em São Paulo, quando governador, e criou, quando prefeito, a guarda metropolitana. Quer dizer, as guardas municipais surgiram. Na Constituição de 1988, colocaram a guarda municipal. As prefeituras que quisessem, poderiam criá-la. Quando fui prefeito em Belo Horizonte, briguei para que a guarda municipal fosse armada. Ela faz o policiamento ostensivo preventivo sem arma? Morria meio mundo aí. Agora a guarda metropolitana está... (- É interrompido.)

Estão pedindo para eu concluir. Não pediram para o Rodrigues concluir, mas estão pedindo para eu concluir. Vou concluir. É necessário que se façam estudos para melhorar o modelo de segurança pública no Brasil. A segurança pública no Brasil está um caos. Está um caos. É preciso rever a legislação penal, a processual penal e todas as legislações referentes a essa parte. Muito obrigado a todos.

**O presidente (deputado Sargento Rodrigues)** - Com a permissão do ilustre deputado federal Edson Moreira, vamos passar a palavra ao Dr. Paulo Felipe Gonzalez Saback. Fixaremos o tempo

Código do documento: 1150214

de 15 minutos já que tivemos aqui uma fala alongada minha e do Dr. Edson Moreira. Temos dois expositores e vários debatedores. Estamos aqui, eu e o Dr. Edson Moreira, apenas propiciando, por meio da Câmara dos Deputados e da Assembleia, o debate, e contribuindo um pouquinho com o nosso conhecimento prático.

Com a palavra, o Dr. Paulo Felipe Gonzalez Saback, delegado de polícia, que está representando a Dra. Andrea Claudia Vacchiano, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, que disporá de 15 minutos.

**O Sr. Paulo Felipe Gonzalez Saback** - Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa do deputado federal Delegado Edson Moreira e estendo o cumprimento a todos os presentes que aqui se encontram.

Há alguns meses, tivemos o prazer de debater tema semelhante numa audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça, também da Câmara, que discutia a possibilidade de implantação do ciclo completo das polícias, da Polícia Militar propriamente dita. O que percebo, daquele momento para o dia de hoje, embora tenham passado poucos meses, é um amadurecimento muito grande por parte das instituições para entenderem que é preciso discutir o tema segurança pública. Estou tendo aqui mais uma oportunidade de falar. Hoje observo um clima, um ambiente muito mais agradável que naquela oportunidade, o que significa que rompemos uma barreira e o parlamento é o local ideal para que isso aconteça, porque é no parlamento que se constrói a estrutura legal do Estado, as diretrizes do ordenamento jurídico, e essas

Código do documento: 1150214



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 105

diretrizes orientam todos os servidores públicos e todos os cidadãos e, nesse caso, em se tratando desse tema específico: os policiais. Sabemos que são matérias tratadas no âmbito da legislação federal, em sua grande parte, o que é também motivo de discussão, haja vista que, como bem destacou o deputado Sargento Rodrigues, segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos. Assim está na Constituição, no art. 144. Através das discussões dos parlamentos estaduais, do amadurecimento da matéria, é que é possível fazer com que as modificações cheguem ao parlamento federal, aos representantes do povo, aos representantes dos estados, de forma que a gente possa evoluir em termos de legislação, sempre buscando o objetivo final, que é o bem comum da sociedade. A segurança pública é um tema muito intrigante, um tema muito envolvente, um tema cativante, um tema que gera inúmeros debates e discussões.

É muito difícil defender um posicionamento específico como um posicionamento correto, exato, que surtirá um efeito melhor. Tivemos, de acordo com o último anuário de segurança pública, no ano de 2013, cerca de 52 mil mortes no País em virtude de crimes violentos. É um índice alarmante porque o Brasil mata mais que diversos estados que estão em guerra civil. Isso quer dizer que poderíamos interpretar nossa situação atual como uma situação de guerra civil, quem sabe, embora não declarada. Só nas capitais do Brasil foram 15 mil homicídios. Belo Horizonte soma 30,7 homicídios a cada 100 mil habitantes. São números alarmantes se considerarmos, por exemplo, que São Paulo soma 10,7 e Rio de

Código do documento: 1150214

Janeiro menos de 20. Isso quer dizer que a capital de Belo Horizonte soma mais homicídios, a cada 100 mil habitantes, que São Paulo, Rio de Janeiro e todas as capitais do Nordeste. Belo Horizonte perde apenas para as capitais do Nordeste. São números que fazem com que tenhamos de refletir e discutir realmente, e olha que estou tratando apenas de crime contra a pessoa. Não estamos tratando aqui de organizações voltadas para crimes contra a administração pública, contra o patrimônio, crimes cibernéticos, crimes em rede. Não estamos tratando desse tipo de crime, mas apenas de crimes contra a pessoa, o que já salta aos olhos.

É de conhecimento trivial de todos que aqui estão que temos, no âmbito estadual, duas polícias que realizam, ou deveriam realizar, atividade de prevenção ostensiva, no caso da Polícia Militar, e policiamento judiciário e investigativo, no caso da Polícia Civil. Ocorre que, embora se critique o atual modelo, porque nós também criticamos, muitas vezes é preciso dizer que ele nunca foi testado em sua plenitude. Nunca tivemos a estrutura adequada para realizar os nossos trabalhos. Estou aqui ao lado de parlamentares que atuaram ao longo de anos na atividade finalística das polícias. Acredito que nenhum deles, pelo menos eu acredito nisso, trabalhou com as condições ideais no dia a dia. Era muito pior. Temos aqui o presidente do Sindicato dos policiais civis, o Denilson - faço questão de citar -, que também tem uma longa jornada na Polícia Civil; nosso delegado assistente, conselheiro da Polícia Civil, Dr. Alvarenga; inúmeros outros policiais, oficiais e praças. Tenho a certeza de que todos têm o

Código do documento: 1150214

mesmo sentimento de que nunca trabalharam com a condição ideal para que realizassem o policiamento preventivo ou, no caso da Polícia Civil, o policiamento judiciário.

Então, aproveitando todo esse momento de transformação social que atravessamos, todo esse clamor público nas ruas em busca de segurança, de educação, de saúde - isso é um contexto que vem sendo criado e reforçado ao longo de anos -, para dizer que talvez seja o momento de abriremos os olhos para a importância da segurança pública como um dos tripés fundamentais para o bom desenvolvimento social. Por que não trabalhar com dotação orçamentária própria para a Polícia Militar, para a polícia judiciária, de forma que, com investimento, possamos investigar melhor, prevenir melhor os crimes, remunerar melhor os seus policiais? Será que não é este o momento de discutirmos um investimento mais pesado na segurança pública, para trabalharmos com inteligência policial, que custa caro mesmo, deputado Edson Moreira? Será que não é o momento de investirmos mais, como bem expôs o Dr. Rodrigo, representando a Secretaria de Defesa Social, em educação integral, de forma que os jovens não se percam na criminalidade?

Então, a discussão e a reflexão que queria trazer é: como podemos contestar o modelo posto que aí está, não dizendo que é o ideal - não pensamos jamais nesse sentido porque temos sempre de buscar uma evolução, uma modernização, um aprimoramento -, como criticar tão severamente um modelo que nunca foi testado em sua plenitude? As polícias hoje contam com, na maioria das vezes, a

Código do documento: 1150214

boa vontade do policial para fazer com que o sistema funcione, sendo que o policial é que deveria receber por parte do Estado todo incentivo para que a polícia funcionasse.

Acredito também que este é o sentimento institucional da Polícia Civil: que chegou o momento da segurança pública ser vista com maior destaque, maior responsabilidade, seja no âmbito estadual, seja no âmbito federal, para podermos evoluir nas legislações, mas evoluir sobretudo no investimento, na capacitação profissional, no preparo dos policiais civis ou militares, no preparo dos delegados de polícia, para que investiguem cada vez mais os crimes que outrora não ocorriam e que hoje ocorrem com maior frequência. Queremos que eles aprimorem seus meios de investigação através de análises de dados, lavagem de capital, inteligência, recolhimento de informações policiais, formação de boas estatísticas, estatísticas positivas, estatísticas reais, estatísticas que façam com que a polícia preventiva fique munida de elementos para combater a criminalidade na ponta ou até evitá-la. Isso pode evitar que demandas cheguem à polícia judiciária e conseqüentemente ao Poder Judiciário, que também tem de ser chamado à ordem para participar de todo esse debate. Não adianta ter uma polícia ostensiva forte, uma polícia judiciária forte, mas um Poder Judiciário que não consegue julgar um processo em um prazo de 90 dias.

Deputado Sargento Rodrigues, temos criminosos perigosos soltos diuturnamente por excesso frasal na formação da culpa. Temos presídios superlotados porque demandas não são

Código do documento: 1150214

julgadas, sentenças não são devidamente revisadas. Acho que é o momento de chamar todo o sistema penal, que é maior que o sistema policial. Precisamos demonstrar a importância da segurança pública, a importância de dotarmos orçamento próprio, como já existe na saúde, para a segurança pública a fim de melhor remunerar e trazer uma melhor estrutura, uma estrutura de qualidade. Depois que fizermos isso, depois que todos os senhores, policias presentes, estiverem com a remuneração adequada, estiverem com estrutura de excelência, que todos os policiais civis estiverem valorizados, que os policiais federais estiverem com a devida estrutura para combater o tipo de criminalidade que o deputado federal Edson Moreira apresentou aqui muito sabiamente em sua fala, aí sim, na minha modesta opinião, será o momento de trabalharmos para se pensar em mudar o modelo. Podemos aprimorar o modelo que temos, mas antes de modificá-lo, *data venia* deputado Edson Moreira, devemos primeiramente testá-lo, pois não testamos o modelo que existe hoje.

Clamamos neste momento para que a segurança pública seja ouvida, que as vozes dos cidadãos que estão nas ruas sofrendo com a criminalidade sejam ouvidas. Queremos construir um país mais seguro, uma sociedade mais harmônica, com nossas crianças mais cuidadas e trabalhar o investimento social. Esperamos que isso tudo nos traga um futuro melhor e promissor para alcançar o utópico e tão sonhado bem comum. Essa é a mensagem que a Dra. Andrea Vacchiano, chefe de polícia, delegada-geral de polícia do Estado de Minas Gerais tem em forma de contribuição.

Código do documento: 1150214

Agradeço de antemão a oportunidade de participar deste debate. Com essas discussões, com esses aprimoramentos no debate, vamos melhorar nossa situação de fato. Muito obrigado. (- Palmas.).

**O presidente (deputado Sargento Rodrigues)**- Agradecemos ao delegado Paulo Saback, que usou o tempo de 13 minutos. Ele cumpriu o *script*. O Maj. Lázaro está reivindicando os 2 minutos dele. Achei que você fosse fazer igual. Com a palavra, o Maj. Lázaro Tavares de Melo da Silva, assessor do comandante-geral da Polícia Militar, que disporá de até 15 minutos.

**O Maj. Lázaro Tavares de Melo da Silva** - Imaginei que era um tempo maior, mas 15 minutos está bom.

Senhores, boa tarde. Primeiro, queria pedir a devida autorização ao Cel. Romualdo, maior autoridade militar da ativa presente, para começar minha fala. Falo em nome do Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar, e em nome da instituição.

Nossa fala aqui será rápida. Pontuaremos algumas coisas que, de fato, rascunhei aqui. Falarei meio de improviso mesmo.

Pois bem. Três pilares básicos: a segurança pública e sua importância para o País, a falácia da desmilitarização como pressuposto de solução dos problemas de segurança pública e o discurso da unificação das Polícias Militar e Civis como panaceia para os problemas da segurança pública.

Até 1988 o Estado era seguro. Após essa data, a educação e a saúde foram brindadas com políticas públicas, com verbas

Código do documento: 1150214

vinculadas, com aquela esteira de *welfare state*. A segurança não, ela ficou em segundo plano, ela não tem financiamento pelo poder público da forma como deveria. É um erro de fato. Políticas públicas de segurança são necessárias; financiar a segurança pública é necessário neste país; o controle de armas neste país é necessário. É absurda a ideia de que o cidadão armado está mais seguro. Isso só favorece alguns segmentos especificamente, sobretudo a indústria armamentista. Quem lida com o problema das armas nas ruas sabe do que estou falando.

O controle das fronteiras no País. A Polícia Federal realmente não tem nem tempo de controlar as fronteiras. E ela é que é a dona das fronteiras, segundo a Constituição. Mas ela não tem tempo, assim como o Exército também não tem. Mas a Polícia Federal está preocupada com outras coisas.

O inimigo número um do País é um mosquito que se chama *Aedes aegypti*. Há três projetos bem-sucedidos, há parceria com outras doenças, está progredindo. Mas parece que ele merece campanha nacional, merece comoção nacional, merece estar estampado em todos os lugares. O mosquito *Aedes aegypti* realmente causa inveja. Como ele é importante para o País! E tem de ser, ele é importante de fato, matou quase mil pessoas, não sei, se juntar tudo, no ano passado. Mas são quase 60 mil mortes violentas. Não estou falando nem do trânsito, estou falando das mortes violentas, sobretudo com o emprego de arma de fogo. De cada 10 armas que são apreendidas neste país - diga-se de passagem, a Polícia Militar de Minas Gerais, no ano passado, apreendeu 23 mil armas de fogo; a

Código do documento: 1150214

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 112

instituição que mais previne homicídios neste país chama-se Polícia Militar -, sete são armas fabricadas no território nacional, de duas indústrias especificamente.

Num País em que o inimigo número um é o mosquito, temos realmente de ficar bastante preocupados. E ficamos preocupados.

Alguma coisa precisa ser feita. Alguma coisa precisa ser feita, mas não temos a solução. Precisamos testar o modelo. Isto aqui é debate, é democracia, graças a Deus. A Constituição faz, este ano, 28 anos. Precisamos testar o que mais? O que precisamos testar mais? Estamos aguardando o quê? Precisamos fazer mais com menos e melhor. Precisamos criar soluções que sejam, realmente, referências para este país. O Estado não nasceu para dar educação e saúde. Rousseau, na concepção ideal, diz que o Estado nasceu para dar segurança. Não existe educação, saúde. Olhem a Síria. É simples. Era um país até entrar no colapso. Sem segurança não há mais educação, não há mais saúde. A segurança é pressuposto, mas, ela foi, realmente, deixada de lado neste país. As políticas públicas não nos atendem.

Alguns projetos são ousados. Audiência de custódia, olhem que interessante! Chegamos, há pouco, de uma solenidade. O comandante-geral não pôde vir porque foi eleito presidente nacional do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil. Então, com essa agenda estressante, ele não estava em condições de vir para a audiência. Ele me deixou uma missão de última hora: "Fale por mim". O.K, estou falando. Estou dando a minha opinião. Na Código do documento: 1150214



democracia e no debate, podemos fazer isso. Audiência de custódia. São Paulo, Alexandre de Moraes, na data de anteontem, 13 mil audiências de custódia. Sabe quantas confirmações de encarceramento foram levadas pela Polícia Militar a efeito? Foram 83%. O que levava meses passou a levar horas. Os outros 17% são liberdades provisórias imediatamente concedidas.

O índice de elucidação de homicídio no nosso país... Não estou falando de Minas Gerais, que, realmente, tem uma Polícia Civil diferente, assim como a sua Polícia Militar, que é a melhor do País e tem um *status* diferente. Não estou falando das polícias daqui, estou falando das polícias do Brasil inteiro. Andamos um pouquinho e vemos o que acontece. Com o dobro do efetivo para investigação policial, conseguimos 8% de elucidação de homicídio; 5% de elucidação de roubo. Isso que falei há pouco sobre audiência de custódia, 83% são de encarceramento e 8% são de elucidação de homicídio. Estados Unidos, 64%, com metade do efetivo; Canadá, 80%, com metade do efetivo na investigação - proporcional é claro; Inglaterra, 81%; Japão, 92%; Alemanha, 96%. São as pessoas. É o modelo. Não precisamos testar mais nada, tudo já foi testado. Quem está falando aqui tem mais de 28 anos de polícia e pode falar. O.k.?

Essa militofobia que se instalou no País é algo que precisa ser falado. Não aguento mais esse negócio. Retirar a palavra "militar" das polícias parece que resolve tudo, como se essa nova polícia não fosse formada a partir dos destroços da que está aqui, que é militar. São 650 mil policiais militares na ativa

Código do documento: 1150214

no Brasil. Essa nova polícia vai ser formada por quem? Vamos fazer uma chacina e acabar com esses PMs todos e criar uma nova polícia? Vamos recrutar, nessa sociedade bela, 650 mil pessoas para fazer a segurança? Não dá. Não somos heranças da ditadura. Não há nenhum policial militar da ativa no País que era da ativa naqueles anos de chumbo. O Tomo III, capítulo IV, páginas 112 e 113, do relatório da Comissão Nacional da Verdade não apontou os quartéis das polícias militares nem os policiais militares como os palcos e atores principais dos atos de tortura. "Nossos heróis não morreram de overdose". Juscelino Kubitschek morreu num acidente e foi presidente da República, era coronel aqui em Minas. João Guimarães Rosa foi capitão e morreu de infarto. Alferes Tiradentes era tenente.

Todos querem colocar os filhos nos nossos Colégios Tiradentes, ninguém vai embora dos nossos desfiles cívicos militares enquanto a tropa não passa formada, 90% da nossa Força Nacional de Segurança Pública é composta por policiais militares. E os juízes, promotores e advogados querem sala de estado-maior para prisão especial. Por que será? Será que o quartel é tão ruim assim? E olhem que no modelo ideal que imaginamos, nem queremos levar ninguém para o quartel. Mas parece que o quartel é um lugar muito ruim. Ser militar passou a ser demérito neste país. É interessante. Não sei por quê.

Estou falando isso, senhores, porque o modelo proposto de unificação das polícias vem da PEC nº 51, da 423, e esse modelo desmilitariza. Qual é o problema? O nosso militarismo é esteio de

Código do documento: 1150214

ética e de dever, não é militarismo para impulsionar qualquer um de nós para a prática de atos de tortura. É um militarismo para corrigir nossas atitudes. Estava dando uma palestra no Ministério Público para os promotores do Gaeco do Brasil inteiro. O Gaeco é um negócio interessante, estavam lá promotores de todos os lugares do País e um deles se levantou e disse: "Toda semana tem notícia de tortura de policial militar no *Jornal Nacional*. O que o senhor me diz?". De pronto lhe respondi, fazendo algumas perguntas: "Tenho uma empresa com 10 funcionários e outra com mil. Qual das duas estará mais propensa a ter problemas?". "A que tem mil". "Tenho uma empresa com 10 e outra com mil, e a empresa com 10 funcionários não está identificada, não está ostensiva, mas a que tem mil está. Qual das duas estará mais propensa a ter problemas?". "A que tem mil". "Tenho uma empresa com 10 funcionários, que atua em um só lugar, faz só um serviço, e tenho uma empresa com mil que atua em todos os lugares que imaginar, e faz tudo. Qual das duas estará mais propensa a ter problemas?". "A que tem mil". "Tenho uma empresa com 10 funcionários, que não tem regulamento nem disciplina, e tenho uma empresa com mil, que tem código próprio, regulamento disciplinar, código de ética, tem tudo o que o senhor pensar. Em qual delas o problema será mais evidenciado?". "Na que tem mil". "Agora multiplique essa empresa que tem mil por 650 e o senhor terá o número de policiais militares no Brasil. E a que tem 10, o senhor multiplica pelo número que quiser, para atingir essa empresa que o senhor está falando que não dá problema".

Se isso representasse extinção de uma corporação, o número de vezes que ela figura no *Jornal Nacional*, uma vez por semana, não seria a Polícia Militar que deveria acabar, porque há gente que figura todos os dias. Não é a Polícia Militar que deve acabar. Não estou falando que nenhuma outra polícia tem de acabar, mas dizer que unificar seja a solução a partir da desmilitarização é uma falácia, é uma excrescência, é um absurdo. Estão depositando em nós uma conta que não é nossa. Não somos herança de ditadura, e ela não foi tão ditadura militar assim, não. Basta ler o relatório, que é grande e fiz questão de ler duas vezes.

O outro pilar é exatamente esse discurso, que é um pouco oportunista, da unificação das Polícias Militares e Civis como panaceia dos problemas de segurança pública. Senhores, por favor, estima-se um gasto de 100 bilhões para unificar essas duas polícias. Não basta unificar, pois temos previdências diferentes, colégios diferentes, Justiças distintas, sistemas de prerrogativas, direitos e deveres distintos, temos sistemas de saúde distintos. E não estou falando de salário, porque deveremos nivelar todos por cima. O País vai pagar isso? Estamos com credibilidade para pagar esses 100 bilhões? Não tem jeito, estamos em crise, e nosso atual modelo já foi fixado, estamos em crise, que é de toda ordem, e é da segurança também. Precisamos fazer mais.

Exemplos simples: Rio Grande do Sul há 19 anos faz TCO. E olhem que TCO nem é ciclo completo na sua essência, é só uma espécie do gênero ciclo completo. E no Rio Grande do Sul a taxa de

Código do documento: 1150214

elucidação de homicídios é de 53%. Em Santa Catarina, que faz há 10 anos, é de 47%. E por que a média no País é 8%? Será que é justo isso?

Realmente, acredito que o ciclo completo seja custo zero. Podem dizer que vai cartorizar, que a PM vai para dentro do quartel. Basta verificarem o que aconteceu em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul: vejam se lá a Polícia Militar foi para dentro do quartel. Nossa atividade já está cartorizada hoje, senhores; saímos de uma ocorrência policial e vamos para a porta de um departamento. Estamos cartorizados. Estamos lá, no departamento. Já estamos cartorizados.

Parece que há um problema muito grande com isso. A Polícia Militar não pode investigar. Certo: não pode investigar; vai levar para o quartel. Já falei que não é quartel, mas ela não pode investigar. Bem, se tirar essa farda e não tiver mais o Estatuto Militar, passa a poder? Então, há um fenômeno, nasce uma nova polícia, e essa nova polícia pode? Então, o problema não é o conhecimento; o problema, na verdade é o *status*. Estão confundindo a nossa estética com a ética militar.

Caminhando para o fim, prefiro ousar coisas grandes. Como dizia Theodore Roosevelt, o 26º presidente dos Estados Unidos - não o 32º, Franklin Roosevelt -, prefiro ousar coisas grandes a perfilar com essas almas que não vão conhecer a vitória porque nem vão tentar. Precisamos mudar; precisamos mudar já. Precisamos fazer alguma coisa. Sem procrastinar e sem invencionismo, podemos fazer muito mais.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 118

Estamos presentes em todas as cidades do País. O Ministério Público e o Judiciário sabem disso. Não temos de sofrer retaliações por isso, porque o que está em jogo é a segurança deste país, e quem mais faz a segurança deste país são as Polícias Militares do Brasil. Queremos continuar militares. É só. (- Palmas.)

**O coordenador (deputado federal Subtenente Gonzaga) -** Obrigado, Maj. Lázaro, aqui representando o Cel. Bianchini. Peço desculpas pelo atraso, mas a situação de estar em Belo Horizonte só nas segundas-feiras e nas sextas-feiras obriga-nos a dar uma fugidinha. Mas ficaremos aqui até o final, se Deus quiser. Agradeço a todos os presentes.

Lembrando que o superintendente da Polícia Rodoviária Federal foi convidado, mas não compareceu. Passo a palavra ao Cel. Jorge Batista de Araújo Filho, diretor de Relações Institucionais da União dos Militares de Minas Gerais - UMMG -, aqui representando o Cel. César Braz Ladeira. O Cel. Ladeira, que está conosco na luta pela recomposição do dia útil, teve um problema cardíaco um pouquinho mais sério e teve de passar por uma cirurgia. Já está bem, mas deixamos a ele o nosso abraço. Com a palavra, o Cel. Araújo.

**O Cel. Jorge Batista de Araújo Filho -** Boa tarde a todos. Cumprimento todos os presentes na pessoa do deputado federal Subtenente Gonzaga. Cumprimento os senhores painelistas, as senhoras painelistas, os senhores debatedores e as senhoras debatedoras.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 119

Gostaria de cumprimentar meu companheiro, meu colega coronel da PM que se encontra aqui na Mesa, Cel. Valter Lucas, e cumprimentar todos os militares da ativa na pessoa do Cel. Romualdo. Tema de grande importância para a Polícia Militar, e Polícia Militar que é de grande importância na minha vida pessoal. Vou explicar por que eu cumprimentei o Cel. Valter Lucas ainda há pouco.

Tenho o prazer de estar na Polícia Militar desde o dia 1º/3/1971, quando ingressei no CFO, com 16 anos de idade. No dia 1º de março deste ano completei 45 anos de polícia. E tenho aqui, entre os militares que conheço, o Cel. Valter Lucas como alguém que, quando cheguei, no primeiro ano, já o encontrei no quarto ano do CFO. O Cel. Valter Lucas certamente está beirando os 50 anos de polícia. A Polícia Militar é muito importante.

**O coordenador (deputado federal Subtenente Gonzaga) -** Cel. Araújo, gostaria de pactuar o tempo. Para controlar o tempo, como foi feito pela manhã, para os debatedores, até 10 minutos.

**O Cel. Jorge Batista de Araújo Filho -** Vamos aos 10 minutos. Já foi dito que Minas Gerais é um grande Estado, tão grande que pode ser considerado como um grande país. Trabalhei por 15 anos em Teófilo Otôni, época em que fui diretor regional da União dos Militares. Eu viajava de BH a Teófilo Otôni constantemente, percorrendo 460km em cada deslocamento. Numa ida e vinda a BH, eu rodava mais de 1.100km. O ano passado fiz uma viagem, para fazer uma matemática comparativa, e rodei 420km. Fiquei admirado da distância que andei, considerando que eu estava

Código do documento: 1150214

em Rotterdam e fui para Amsterdam, na Holanda. Saí da Holanda, entrei na Bélgica, passei pela cidade de Antuérpia, passei por Bruxelas, capital da Bélgica, saí da Bélgica, entrei na França e parei em Paris. Rodei 420km e passei por três países na Europa. Isso para se ter ideia do gigantismo da nossa Minas Gerais, quando eu, de BH a Teófilo Otôni, rodava 460km. E é esse gigantismo que é o palco de atuação das Polícias Militar e Civil.

Já foi dito aqui que a Polícia Militar tem uma grande capilaridade. Em todos os 853 municípios de Minas Gerais encontramos representação da Polícia Militar. Neste teatro, neste cenário estadual também está alocada a Polícia Civil. Dados numéricos dão conta de que, nos finais de semana, nós temos da Polícia Civil, em condições de complementação do serviço realizado pela Polícia Militar, 64 delegacias funcionando em todo Estado de Minas Gerais, o que levou a Polícia Militar, no ano de 2015, a rodar até 350km para dar continuação ao serviço operacional iniciado pela Polícia Militar e em continuação com a atividade da Polícia Civil. O somatório de quilometragem deu, no ano de 2015, mais de 185.000km rodados para fazer entrega de documentação da Polícia Militar para a Polícia Civil.

Além do gigantismo, estou falando em grandes números também da atuação das duas polícias. Um relatório expedido pela Seds relativo ao número de furtos, roubos realizados durante o ano de 2015 nos dão conta de um número de 113.500 roubos consumados. Comparando com 92.915 registrados no ano anterior, 2014, nós temos uma majoração do número de crimes da ordem de 22,15%. Novamente

Código do documento: 1150214



estou usando a matemática para falar da capacidade das polícias para fazer frente à ocorrência da criminalidade. Já foi dito que o modelo atual ainda não foi usado à exaustão, não foi usado completamente.

Eu digo que não será possível a sua utilização de forma completa, porque temos no cenário, como atores, dois meios atores também conhecidos como duas meias polícias. A ideia da unificação das polícias, que pode ser matematicamente vislumbrada como metade mais metade é igual a um inteiro, é - usando as palavras utilizadas pelo major que me antecedeu - falácia. Juntaremos duas metades que não têm similaridade, duas metades que devem ser respeitadas nas suas diferenças, a partir da diferença cultural, como foi falado na parte da manhã. Deve-se respeitar as diferenças culturais das duas polícias.

Depois vem a diferença entre capacidades e necessidades. Há capacidades diferentes e necessidades diferentes. Unidas, as suas capacidades não darão o inteiro único e indivisível. Unidas as suas necessidades, acontecerá o que foi dito há pouco por um componente da Mesa, será criado um Frankenstein com custo para operacionalização extremamente alto para qualquer governo. Foi lembrado pelo major: "não será apenas a união operacional e funcional". O major lembrou: "saúde, previdência, cultura, educação e formação". Há várias metades que deverão ser unidas, e elas não resultarão em uma polícia inteira.

Fiz um texto em que digo o seguinte: ledô engano julgar que, com o somatório das duas meias polícias, teremos um inteiro  
Código do documento: 1150214

uno e indivisível, em estrutura e funcionalidade. Temos que observar e respeitar algumas coincidências e discrepâncias existentes entre as culturas. Também há que se observar e respeitar o fato inconteste de que as duas polícias não resultarão em uma polícia inteira, porque as capacidades e as necessidades são diferenciadas.

Somadas as suas capacidades não darão uma polícia inteira, já que não haverá complementação, e, multiplicadas em suas necessidades, elas se transformarão em um órgão de arquitetura não aperfeiçoada e de estrutura muito onerosa para atendimento de suas necessidades funcionais.

Finalizo, na condição de representante dos associados da União dos Militares do Estado de Minas Gerais, com o seguinte texto: "Por derradeiro, fazemos questão de deixar registrada a posição clara e determinada da União dos Militares do Estado de Minas Gerais, no exercício da representatividade de seus associados, no sentido de que seja perseguida a solução para o exercício da prestação de serviços de segurança pública, através da coexistência de duas polícias inteiras, nos estados, com os recursos humanos necessários para a capacitação e os recursos materiais necessários para seu equipamento e aparelhamento. Polícia Militar e Polícia Civil atuando em conformidade com as suas competências constitucionais, de forma ampla, de tal modo a poder executar as atribuições de prevenção, patrulhamento e investigação, inclusive oferecendo provas ao Ministério Público".

Muito obrigado e boa tarde. (- Palmas.)

Código do documento: 1150214

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 123

**O coordenador (deputado federal Subtenente Gonzaga) -**

Obrigado, Cel. Araújo, que representa o Cel. César Braz Ladeira, presidente da União dos Militares do Estado de Minas Gerais.

Temos a honra de receber o deputado Reginaldo Lopes. Antes de passar a palavra a ele, quero fazer um registro.

No ano passado, o deputado Reginaldo Lopes presidiu uma CPI sobre o extermínio de jovens e negros pobres da periferia. Apesar de não ser membro da comissão, participei de algumas audiências e de alguns debates. Essa comissão se encerrou com várias propostas, entre elas, uma PEC também defendendo o ciclo completo.

A partir do resultado da CPI, o deputado Reginaldo Lopes propõe a instalação de uma outra comissão este ano para discutir e propor um plano de redução de homicídios. Ele tem sido, portanto, um grande parceiro nesse esforço de construirmos uma nova arquitetura para a segurança pública. A PEC oriunda da CPI é a de nº 127/2015, que vem propondo e admitindo o ciclo completo para todas as polícias e emitindo a perícia autônoma. Portanto, a presença do deputado Reginaldo Lopes aqui é extremamente importante para que este nosso debate tenha repercussão em todos os ambientes.

Falei mais cedo que tenho a convicção de que este debate da reorganização da segurança pública no Brasil não passa - e nem deverá passar - por nenhum viés político-ideológico. É uma decisão do Estado brasileiro, um Estado plural, do ponto de vista partidário e do ponto de vista ideológico, mas é o Estado

Código do documento: 1150214

brasileiro. Portanto, parece-me que devemos ter a predisposição e a abertura para debater com todas as forças, independentemente do especto político-ideológico-partidário. É nesse sentido que estamos fazendo um debate com esquerda, com direita, com centro, enfim, com todos nessa visão. É uma decisão do Estado brasileiro, que é plural.

Com a palavra, o deputado Reginaldo Lopes.

**O deputado federal Reginaldo Lopes** - Boa tarde a todas e a todos. Na pessoa do colega deputado Subtenente Gonzaga, cumprimento todos os membros da Mesa. Em primeiro lugar, quero dizer que é uma alegria estar aqui participando deste seminário. Por delegação do Subtenente Gonzaga, acabei me tornando vice-presidente dessa comissão. Rapidamente quero dizer que o Subtenente Gonzaga é o nosso parceiro e colega. Temos trabalhado muito juntos, em especial, a partir de 2015, quando tive a oportunidade de militar, depois de de três mandatos - estou no quarto mandato - e me aproximar mais do tema segurança pública. Geralmente exerço o mandato com muito foco. Em cada mandato pegamos dois, três ou apenas um tema para dar resposta à sociedade brasileira. Afinal, quem atira para todos os lados não acerta em nada. Então, sempre temos trabalhado de forma mais determinada.

Em 2015 tive uma experiência importante de estudar um pouco da violência em nosso país. De fato, ao término da CPI, ouvindo a sociedade brasileira, fizemos audiência em todas as capitais, oitivas, diligências e chegamos à conclusão de que era importante repensar o modelo de segurança pública no País. O Código do documento: 1150214

deputado Subtenente Gonzaga coloca aqui uma nova arquitetura para o sistema de segurança pública. Apresentamos cinco emendas à Constituição Brasileira e 16 proposições legislativas - PL. Nessas proposições temos de observar que há uma conjuntura colocada no País, em que a sociedade exige mais Estado, exige mais educação, exige mais saúde, exige mais mobilidade urbana, exige mais segurança cidadã para todos. Em outro viés, temos cada vez mais dificuldades de financiar esse Estado.

Portanto, a sociedade brasileira exige de todos nós mais eficiência e acha que já paga muitos impostos. Eu até acho que a carga tributária, de fato, não é muito alta, mas é muito injusta, é muito regressiva, é muito indireta. Ela cobra de quem tem contracheque, de quem é consumidor.

Ela não cobra de quem tem lucro, ela não cobra de quem tem renda, ela não cobra de quem tem patrimônio. A base da carga tributária é o consumo, portanto ela é muito injusta. Porém, a sociedade exige - e está correta porque paga muitos impostos - de todos nós, dos agentes, dos operadores das políticas públicas, uma política eficiente. E no rol dessas políticas que precisam aumentar a eficiência, deputado Subtenente Gonzaga, ou que necessitam de que todos nós possamos fazer mais, melhor, diferente, e, às vezes, até com menos recursos, entra evidentemente uma reforma do sistema educacional que priorize a formação tecnológica profissionalizante. Entra, também uma estruturação do SUS, para que ele possa ser resolutivo lá no posto do bairro, na atenção primária; lá, no agente de saúde da família, Código do documento: 1150214

até a alta complexidade; mas também entra o tema segurança pública.

Estou convencido de que para o bem do Estado, para o bem das políticas públicas e para a eficiência da segurança pública é inaceitável que o Brasil conviva com duas meias polícias. É inaceitável que o Brasil tenha meia polícia. Ou temos, então, uma única polícia de ciclo completo, ou todas as polícias, na minha opinião, devem ter ciclo completo. Isso por uma questão muito simples: olhemos os estados, e a CPI teve a oportunidade de investigar, de estudar todos os estados. E isso de uma maneira simples; não estão executando, evidentemente, o ciclo completo, porque a Constituição não permite, mas está-se fazendo o TCO *online*, ou dando autonomia para que a Polícia Militar possa fazer isso.

Nós reduzimos o índice de violência, nós elucidamos os crimes muito mais rapidamente. Portanto, quero aqui dizer que, acompanhado da defesa do ciclo completo, nós também defendemos, evidentemente, um controle social. Nós fizemos, na proposição da PEC, um conselho nacional de polícia, como também uma ouvidoria. E por que defendemos isso? Porque, de fato, todos os homens e mulheres de bem querem, cada vez mais, uma instituição dinâmica, competente, transparente, cidadã. Portanto, isso é importante para toda a corporação. Mas é evidente que apresentamos outras emendas à Constituição, porque o tema segurança pública não pode ser tratado de maneira isolada. O tema segurança pública, para ter eficiência, tem de vir acompanhado de algo novo também. Por Código do documento: 1150214

exemplo, se estudamos todos os indicadores, a ponto de saber que 90% da violência, dos homicídios ocorrem em 142 municípios, ou em determinado território, por que não enfrentar as questões sociais? Por que não colocar iluminação em todas as ruas? Por que, nessas comunidades, não há escola de tempo integral? Por que não se tem acesso ao ensino profissionalizante? Por que não haver a presença do Estado, além da da polícia, para que se tenha a presença dos equipamentos públicos. Então, também apresentamos a PEC nº 126, que propõe um fundo nacional de promoção da igualdade racial para fazer a reparação de danos à comunidade negra neste país, o que nunca foi feito. Mas também apresentamos outra PEC, deputado Subtenente Gonzaga, pois entendemos que as perícias também têm de ser autônomas, desvinculadas da polícia, para o bem das corporações policiais. Mas também defendemos que aquele conceito que herdamos do Exército - da ditadura, desculpem -, de que as polícias são forças auxiliares do Exército, com isso também não concordamos - polícia tem de ser autônoma. Vocês representam os estados, não têm de ser força auxiliar do Exército. A polícia de Minas é exemplo para o Brasil porque é uma polícia de aproximação, cidadã e comunitária. Portanto, esse conceito leva a interpretações e disputas ideológicas que não mais condizem com o século XXI e com o Estado Democrático de Direito. Acho importante retirar da Constituição que as polícias são forças auxiliares do Exército, para o fortalecimento das corporações no Brasil.

Apresentamos uma outra PEC pois queremos que a sociedade brasileira participe do debate sobre segurança pública. Esse Código do documento: 1150214

debate tem de ser democratizado porque a segurança pública deve ser responsabilidade de todos. Nós temos de criar uma rede, uma rede de colaboradores - vocês, que trabalham nas comunidades, sabem disso -, quando há uma rede de colaboradores com a escola, com os postos de saúde, com a comunidade, com a associação de bairros, com toda a sociedade, caminhamos para fazer uma sociedade sem violência.

Essa rede de colaboradores cria uma coesão social. Portanto, é fundamental que a gente obrigue os estados, a União e os municípios, a cada 10 anos, deputado Subtenente Gonzaga, a elaborar os seus planos municipais de segurança, seus planos estaduais e o plano nacional. Por isso apresentamos pela CPI o primeiro plano nacional de segurança. Nesse primeiro plano, temos um foco: reduzir os homicídios no País.

As taxas de homicídios que temos hoje, no Brasil, envergonham todos nós, todos os brasileiros e brasileiras, e evidentemente também os senhores, que são os guardiães da paz e da segurança deste país. Portanto, achamos que temos de fazer um grande pacto no Brasil, para colocá-lo com taxas de países civilizados. O que é um país com taxas de países civilizados? É um país que não aceita uma taxa de homicídio, para 100 mil, superior a um dígito. O ideal seria zero. É evidente que temos uma tarefa muito grande.

Esta semana, deputados, levamos à Câmara dos Deputados, o nosso secretário de direitos humanos, o deputado Nilmário Miranda. Ele ganhou um prêmio de direitos humanos. Premiaram as

Código do documento: 1150214



idades que, há mais de 10 anos, não têm um homicídio. Inclusive, em Minas Gerais, temos cidades com mais de 50 anos sem 1 homicídio, como Rio Doce, temos cidades com mais de 30 anos sem nenhum homicídio, como Pequeri. Temos, em Minas, 33 cidades sem nenhum homicídio. Se se passar para 5, chega-se a quase 100 cidades, se passar para um ano, deve chegar a trezentas e tantas cidades. Portanto, se cidades que têm uma coesão social, uma rede de colaboradores e, com vocês, fazem uma atividade e não têm nenhum homicídio, por que não podemos fazer isso no Brasil? Fazer do Brasil um País civilizatório que, acima de tudo, preserva a vida.

Eu sempre tenho falado, o deputado Subtenente Gonzaga sabe disso, que é um erro quando dizem que o problema da violência, em especial dos jovens negros e pobres é por causa da letalidade policial. Se é verdade que a letalidade policial é alta, a vitimização de policiais é alta, porque há um conceito errado, que temos de mudar. Não há polícia de confronto, há polícia de aproximação. Portanto queremos, de fato, reduzir homicídios, elucidar o crime e que não tenha letalidade policial, menos ainda vitimização de policiais. Temos de pensar em um conjunto de políticas sociais capazes de somar os esforços de vocês, das corporações policiais, para fazer uma sociedade que crie essa rede de colaboradores e essa coesão social a favor da vida, que é a luta e a tarefa de todos os senhores que estão nas corporações e de homens e mulheres que estão nesta Mesa.

Portanto, quero dizer que somos aliados nessa luta, para repensarmos o sistema, fazer mais e melhor, com menos às vezes, oferecendo mais eficiência. Estou convencido de que fazer mais com menos, neste momento da história... Ainda disse ao governador Pimentel que defendo que, em Minas, por exemplo, imediatamente pudéssemos autorizar a Polícia Militar a fazer a experiência do TCO. Isso não quer dizer que estamos em conflito com a Polícia Civil. Pelo contrário, a Polícia Civil e os delegados vão ocupar um papel histórico de investigação de grandes crimes. Gente, há muito trabalho para quem quer trabalhar. Não temos de disputar, temos de estar juntos, construindo uma nova sociedade, a partir da eficiência de todos que estão na vida pública, todos que, de alguma maneira, trabalham para o Estado, que são empregados do povo brasileiro. Esse deve ser o nosso compromisso para melhorar a sociedade brasileira, com cada um de nós fazendo a sua parte. Contem conosco.

Deputado Subtenente Gonzaga, é uma alegria poder estar aqui com os senhores dando a nossa opinião. É evidente que não quero nem tenho a pretensão de ser dono da verdade. Estamos debatendo. Nos debates, cada um coloca as suas opiniões. O que vamos concluir ao final será uma convergência, que espero tenha um único objetivo: melhorar a vida do povo brasileiro.

**O coordenador (deputado federal Subtenente Gonzaga) -**

Obrigado, deputado Reginaldo Lopes. Desculpe-me a minha indelicadeza por não ter registrado a sua condição de vice-

presidente dessa comissão. Não é nenhum intruso, é o vice-presidente dessa comissão que debate esse tema.

Quero também dizer que sou testemunha desse apelo que ele fez ao governador. Há 15, 20 dias, quando estava reunida parte da bancada mineira com o governador, ele fez essa cobrança, deu essa sugestão ao governador.

Portanto os registros precisam ser feitos. Ele está pedindo para ser liberado e já está com trajes de manifestação. Nesta semana, vamos nos encontrar lá. Um abraço e obrigado, Reginaldo.

Convidamos, para fazer a sua exposição, a Sra. Maria Inês Miranda Mendonça, presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais de Minas Gerais, que disporá de até 10 minutos.

**A Sra. Maria Inês Miranda Mendonça** - Obrigada e boa tarde a todos. Boa tarde, deputado. É um prazer imenso estar aqui. Queria começar a minha falar parabenizando-o pela coragem de tocar num assunto tão melindroso, levarmo-nos a pensar sobre isso, a descobrir esse nosso lado pensante, já que escutamos opiniões de várias categorias. O que posso dizer é que vou citar o exemplo da PRF, que hoje está engatinhando nesse caminho, porém já começamos um caminho. Para haver mudança - todos falaram que isso passa por várias outras etapas -, tudo tem que ter um começo. E, para esse começo, nada melhor do que pensarmos e discutirmos sobre o assunto.

No ano passado, a Polícia Rodoviária Federal - PRF - deu início a nossa tentativa de ciclo completo. Como bem disse o major, a gente faz o TCO em 22 estados do Brasil, e estamos só engatinhando no ciclo completo. Começamos, e isso é só o nosso início. Através de um acordo com o Ministério Público, 23 comarcas de Minas Gerais aceitam o nosso TCO. Isso, na prática, traz um retorno muito grande para a sociedade, por causa da psicologia social. Quando o usuário da rodovia vê uma viatura e vê o policial no lugar de serviço dele, dá uma segurança. Mesmo que haja uma carência muito grande de pessoal, só a presença de um ou dois ali dá segurança enorme. Então o resultado da psicologia social é muito grande. Na verdade, na prática, existe mesmo esse resultado. Porque como temos um Estado enorme, sofremos das mesmas mazelas que todo mundo sofre, ou seja, a falta de contingente. Isso acontece com todas as polícias.

Em Minas Gerais, 7.000km estão sob nossa responsabilidade. Contamos com 940 policiais apenas. Houve um concurso agora, mas, para Minas Gerais, não virá ninguém, e vamos continuar com esse pessoal. São poucos policiais para muita quilometragem, muito acidente, muito crime, muita ocorrência. E o tempo que uma viatura leva para entregar documento ou levar um infrator de crime de menor potencial é muito grande. Às vezes, uma viatura roda 300km para ir e voltar para entregar um infrator numa delegacia de Polícia Civil, sendo que, nos finais de semana, só 64 municípios têm plantão. Então isso demanda mais tempo, mais distância, mais gasto e diminuiu a presença da PRF na estrada

Código do documento: 1150214

federal, que é onde ela deveria estar, mas não pode, porque somos poucos.

Só no primeiro mês que começamos a fazer essa lavratura do TCO, foram 82 ocorrências. Quer dizer, foram 82 deslocamentos a menos que a PRF teve que fazer. Isso também é uma economia financeira para a União e para a própria sociedade, porque é a gente que paga os nossos gastos. Não tivemos nenhum problema com a Polícia Civil em relação a isso, porque a PRF não tem a intenção de subtrair serviço de ninguém. Nada disso. Estamos somando. Sobra mais tempo para fazer a investigação ou para outras demandas que a Polícia Civil tem, ao passo que podemos ir ali resolver. Como o juizado encaminha-nos uma agenda todo mês, marcamos as audiências, é um facilitador nessa situação.

Temos que quebrar esse paradigma de que, para fazermos um trabalho conjunto, temos de estar fundidos um no outro.

Não existe isso. Cada corporação tem sua característica e suas minúcias, que devem ser respeitadas. Por anos e anos foi assim, cada um tem seu tipo de serviço, a sua função, a sua hierarquia. Ela não precisa ser uma só para trabalhar junto. Se houver investimentos nas duas, elas farão trabalho em conjunto com resultado muito melhor e eficaz para a sociedade do que, talvez, se forem derrubados anos de características de uma instituição para ela se tornar única.

No Brasil a Polícia Rodoviária também já tem 22 estados lavrando TCO. Não é só Minas. A intenção da Polícia Rodoviária é que consigamos, com o tempo, completar todo o ciclo. Isso facilita

Código do documento: 1150214

até para pensarmos ações de combate ao crime. O conhecimento dá poder para a pessoa agir. Se você acompanha um crime do começo ao quase fim dele, há a possibilidade de se planejar ações para evitar esse tipo de cometimento de crime.

Diante de uma briga de trânsito, por exemplo, perdemos 4 horas, 5 horas, 6 horas numa delegacia, dependendo do número de ocorrências que estão na frente da que levamos. Tudo isso, somado à distância e ao fato de ser uma situação de crime de menor poder ofensivo, não justifica tirar o policial da estrada. Não justifica ficar numa fila esperando para fazer uma ocorrência para, daí a 5 minutos, todos estarem liberados, isso depois de esperar por 6, 7 horas.

O que queremos é otimizar o serviço da Polícia Rodoviária Federal. Esse ciclo completo, esse TCO otimiza, agiliza. A sociedade sente isso. A sensação que se tem hoje é de impunidade. Vou fazer isso, que passará. Não, agora a sensação é de punição, de que será punido. Vou fazer, cumprir direitinho e ir ao juiz. Isso com certeza facilita.

A atuação da Polícia Rodoviária Federal também não significa simplesmente vamos fazer o TCO e pronto. A Polícia Rodoviária tem de criar um sistema de informática. Foi necessário fazer um treinamento por três meses para treinar multiplicadores. Qualquer outra polícia tem condições de fazer isso também. Se a Polícia Militar conseguir fazer esse ciclo completo, ela não vai interferir em nada no serviço da Polícia Civil. Ela trabalhará junto.

Conforme o major falou com palavras sábias, não existe necessidade de unificar, de fazer uma polícia só. Cada uma tem de ser respeitada em suas características. A Polícia Rodoviária Federal faz, e a Polícia Militar pode muito bem fazer o TCO, fazer o ciclo completo. Isso não é problema para ninguém. O que temos de pensar é no bem da sociedade. Se há um resultado positivo para a sociedade, vamos fazer. Também fazemos parte da sociedade. Somos policiais. Também seremos beneficiados com isso, assim como nossas famílias e nossos conhecidos.

Temos de lutar, acima de tudo, pela valorização do policial. Como todos já disseram aqui, estamos desvalorizados. Temos um salário baixo. No caso da Polícia Rodoviária Federal, não temos adicional noturno nem periculosidade. Trabalhamos num plantão de 24 horas e temos o menor salário do nível superior da União. Lutamos pela valorização. Queremos fazer o trabalho, e tem muito trabalho a ser feito. Queremos fazer o ciclo completo, queremos participar de todas as atividades da polícia, mas também queremos ser valorizados. Toda polícia quer isso. Para tanto, contamos muito com a ajuda do deputado, que sempre está ombreando-se com nossas ações de valorização da polícia. Tenho certeza de que vocês estão muito bem representados também. Era isso o que eu tinha a dizer. Obrigada.

**O coordenador (deputado federal Subtenente Gonzaga) -**

Obrigado, Maria Inês. Gostaria de dizer que o Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais e a federação é que dão um *show*. Eles foram comemorar 24 anos da federação e conseguiram a presença

Código do documento: 1150214

de 60 deputados e 4 senadores para apoiarem a causa deles. Falei que temos de aprender com eles a fazer uma articulação. Quero aqui esclarecer: o Subten. Heder me chamou ali, preocupado porque falei como o Reginaldo: "Você vai nos encontrar lá, porque está deixando a PM aqui, mas vai encontrar a PM lá". Não estou indo para lá, não. Está parecendo que o Heder está indo para a manifestação, mas ele está deixando a PM aqui e vai encontrar a PM ali.

Queremos convidar para fazer sua exposição o Dr. Marco Antônio de Paula Assis, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais. Antes, porém, quero convidar o Sgto. Matscelo Boaz Tarley, representante da Ascobom, representando o Sgt. Alexandre Rodrigues, para compor também conosco a Mesa. Quero perguntar se o representante da associação dos peritos, o presidente do sindicato dos policiais federais, seção Minas Gerais, e o Dr. Fábio Queiroz, advogado do Centro Social de Cabos e Soldados, já se encontram aqui. Se estiverem presentes, por gentileza, compareçam à Mesa.

Com a palavra, Dr. Marco Antônio de Paula Assis, presidente do Sindicato de Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais - Sindepominas.

**O Sr. Marco Antônio de Paula Assis** - Obrigado, Subten. Gonzaga. Peço licença para cumprimentar na pessoa de V. Exa. todas as pessoas de bem que estão nesta Casa hoje, com uma discussão tão importante, tão palpitante para a sociedade brasileira. Quero cumprimentar especialmente V. Exa. por apropriar este debate para as forças policiais, porque há muito estamos ao largo dessa  
Código do documento: 1150214



discussão. Há muito tempo sinto que as polícias precisam responder "presente", e este debate já foi apropriado por uma série de pessoas, por juristas, por sociólogos, enfim, por "n" segmentos da sociedade civil, sem nos consultar ao menos. Muito obrigado por esta iniciativa. Sargento Rodrigues, V. Exa. é um brilhante defensor das forças de segurança.

Agradeço ao Dr. Edson Moreira, que propiciou este debate ao trazer à baila o tema da unificação das polícias. Cumprimento todos vocês e os parabênizo por trazerem este debate para a Casa do povo, onde a população realmente está representada naqueles que ela escolheu para o mandato.

Gostaria de enfrentar o tema, como já vi algumas pessoas fazerem aqui hoje, com coragem, lealdade e honestidade. Acredito que essas sejam as três principais virtudes das nossas forças policiais, principalmente neste Estado de Minas Gerais. Tenho sentido, de longa data, que nós, policiais, não acreditamos mais no que fazemos, no que nos propomos a fazer. A Polícia Militar não acredita mais na prevenção e, por isso, quer trabalhar na repressão. Digo isso com a tranquilidade de quem viu os policiais militares que substituíram a guarda civil, da qual meu pai foi integrante, e que saíram do patrulhamento a pé para embarcarem em viatura e aguardarem, atrás do telefone 190, o crime acontecer, para lá comparecerem. Não estou dizendo que a culpa é de alguém. Pode ter sido uma exigência social no momento, pode ter sido um aperfeiçoamento das relações sociais. Isso faz parte do amadurecimento institucional da Polícia Militar. Hoje estamos

Código do documento: 1150214

vendo os modelos que foram construídos pela experimentação, porque segurança pública é um imenso laboratório de experimentações contínuas.

O ex-secretário de Defesa Social, Maurício Campos, disse isso aqui com todas as palavras, claro que palavras muito mais sábias que as minhas, muito mais bem pensadas, mas ele as disse com todas as letras. Portanto, vivemos as experimentações por conta das peculiaridades que encontramos em todos os lugares aonde vamos. Defrontamo-nos com o drama humano na sua condição mais pura, mais imediata. A sociedade pede socorro, e vamos atender ao socorro de que ela precisa.

Pois bem, o tema que está pautado é o da unificação. Parece que tudo converge para isso. Senão vejamos. A minha percepção é de que temos cinco possibilidades de modelo de unificação: a militarização da Polícia Civil; a desmilitarização da Polícia Militar; um modelo híbrido com o aconchego de ambas, formando aí, talvez, como já foi dito nesta Mesa, um Frankenstein da segurança pública; a supressão de uma das forças; e um novo modelo de segurança pública que acabe com tudo isso e reinvente a roda. Portanto, estamos diante de uma discussão que envolve, pelo menos a meu ver, cinco vertentes, cada uma com seu viés, cada um com a sua crença. Temos de ver também que há muito sentimento religioso por trás disso, de uma crença pessoal de que esse modelo vá dar resposta. Temos de entender que, como seres pensantes e políticos, temos também o direito de ter nossas crenças, cada um

com suas crenças, todos com nossa boa vontade, mas cada um de nós com coragem e com honestidade de enfrentar os temas.

Portanto, o que vemos é que, se tivermos hoje, com a musculatura institucional que as Polícias Militar e Civil têm, o modelo de ciclo completo, estamos, vamos dizer, dando o primeiro passo para o quarto modelo que apontei aqui, que é o de supressão de uma das forças. Certamente a Polícia Civil vai ser suprimida, caso esse modelo seja efetivamente implantado. Por quê? Pensamos e vemos que quem tem mais capilaridade, quem está em mais lugares ao mesmo tempo vai mostrar uma maior efetividade. Hoje uma das coisas que o Estado, o poder público, persegue é a efetividade por meio de um dos postulados da administração pública. Então, temos de ver que esse modelo de unificação das polícias me parece muito forte e tende, sim, a ocorrer. Se formos ouvir a comunidade internacional, como já foi proposto, vai haver a desmilitarização da Polícia Militar. Não é um reclamo de brasileiros, mas da comunidade internacional, sabe-se lá por que motivos, talvez por experiências acumuladas na comunidade internacional, não por conta da experiência brasileira. Sabemos disso. É claro.

Precisamos, sim, enfrentar o tema. Precisamos principalmente que as instituições, de forma responsável e madura, abordem o tema e apontem o caminho. É preciso, primeiramente, senhores, saber que esse debate que se faz aqui só se faz porque há necessidade de economia. O que todos querem, o que todos os governantes querem, é fazer uma segurança pública efetiva gastando muito pouco, de preferência gastando nada. Em Minas Gerais, temos

Código do documento: 1150214

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 140

acompanhado isso. Já vimos que somos o patinho feio da administração pública. Só nós estamos recebendo salários parcelados em três vezes. Portanto, é importante lembrar aos governantes e chamarmos à responsabilidade os nossos mandatários maiores das Polícias Civil e Militar, do Corpo dos Bombeiros, que são parceiros muito firmes em todos os tempos e prestam um auxílio incalculável às forças de segurança pública.

Acho que vocês não têm a exata compreensão, a exata noção do trabalho de vocês no cenário da segurança pública. O olhar de fora é mais contemplativo, o interno é mais interrogativo. Vocês têm esse olhar interrogativo. É preciso que essas forças de segurança enfrentem o tema e pautem no Congresso Nacional e em todas as casas parlamentares, deputado, que o discurso de segurança pública, assim como qualquer outra política pública, envolve recursos. Não há como fazer segurança pública pelo sacerdotismo de seus operadores. Precisamos muito mais de recursos que de unificação, que de ciclo completo. Como foi dito hoje pela manhã por um delegado da Polícia Federal, se todos nós estivermos empenhados, não interessa qual parte do ciclo cada um faça, vamos fazê-lo com afinco, coragem, lealdade e honestidade e teremos segurança pública. Quando estivermos motivados, quando estivermos fazendo, ainda que seja como o beija-flor quando leva uma gotinha de água a um incêndio florestal, quando cada um de nós estiver efetivamente fazendo sua parte sem se preocupar com a parte do outro, porque sabemos que o outro vai estar de mãos dadas conosco, irmanado no mesmo objetivo, teremos uma segurança pública

Código do documento: 1150214

efetiva. Nossa sociedade vai se sentir segura e nós vamos nos sentir realizados porque entregaremos uma política pública eficiente e justa na medida em que o nosso contribuinte paga por ela. Creio que não existe contribuinte nesse mundo que pague tão caro quanto o contribuinte brasileiro. Não existe nenhum contribuinte no mundo que seja tão mal assistido por uma política de segurança pública como o brasileiro.

Dessa forma, conclamo todos os senhores a esse desafio. Não me interessa o que você está fazendo, não me interessa o que outro está fazendo, desde que eu tenha a certeza, a convicção de que você está fazendo o melhor que pode. É por isso que torço. Não torço por uma unificação ou por uma desunião. Torço para que a segurança pública se enxergue como família, como disse o deputado João Leite pela manhã, e, como família, leve segurança às famílias brasileiras. Muito obrigado pela oportunidade. (- Palmas.)

**O coordenador (deputado federal Subtenente Gonzaga) -**

Queremos agradecer ao Dr. Marco Antônio de Paula Assis. Gostaria de fazer somente uma consideração. O senhor falou que o debate aconteceria pela economia, mas quando propus a PEC não me baseei nesse ponto.

Queria cumprimentar o Dr. Edson, que tem sido pouco visto em Belo Horizonte porque está todo dia no Congresso Nacional fazendo a defesa dos delegados. Dr. Edson é muito combativo. Temos de seguir seu exemplo e ir lá. Todos os dias o vemos lá fazendo a defesa dos delegados. Precisamos aumentar nossa presença no Congresso, seguindo o exemplo do Dr. Edson.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 142

Queremos convidar para uso da palavra o Cel. Valter de Souza Lucas, assessor de gabinete, representando o Cel. Piccinini, vereador de Belo Horizonte e presidente do Clube dos Oficiais da PMMG, que disporá de até 10 minutos.

**O Cel. Valter de Souza Lucas** - Excelentíssimo deputado federal Subtenente Gonzaga, nosso amigo e companheiro, na sua pessoa cumprimento as demais autoridades que compõem essa Mesa. Senhores e senhoras, operadores da segurança pública e da defesa, em nome do vereador e presidente do clube, Cel. Edvaldo Piccinini, venho trazer sua mensagem, seu recado em relação a este debate que tanto nos interessa. Estamos vivendo um momento crítico no País, em que representantes nossos propõem essa discussão, esse debate com pessoas próprias, com pessoas que põem o pé lá na poeira, põem o pé na vila e que trazem à sociedade a questão da segurança pública.

Inicialmente, gostaríamos de fazer algumas considerações, que até já foram feitas - é apenas um relance -, em relação à unificação das Polícias Civil e Militar, instituições bicentenárias com destinações próprias e culturas diferentes. Ao unificar, teremos uma instituição maior ainda, com uma situação de controle muito complexa. É difícil.

Gostaria também de deixar claro que estamos debatendo aqui - há debate no Brasil todo - a segurança pública e a defesa social de modo geral. Mas estamos combatendo apenas as consequências do crime, não estamos combatendo as causas. Ainda há de se responderem perguntas do tipo: por que o indivíduo nasce

Código do documento: 1150214

bom, perfeito e, aos 9, 10 anos, já se transformou num criminoso? Isso é da competência da polícia? Que polícia, seja a Civil, seja a Militar, seja a Federal, dará conta de dar essa resposta num período tão pequeno? O sujeito nasceu perfeito, transformou-se e debandou para o crime a ponto de dar entrevista em rádio, de responder a repórter e dizer: "Que nada, não vou responder, você não tem de me perguntar nada, porque amanhã estou aí, de boa". É isso o que ouvimos nos programas policiais. Pergunto aos senhores: vai valer a pena? Outra pergunta: o que está acontecendo com nossas famílias, que esses meninos, que nasceram bons e, assim que saem do berçário... Sabemos que eles são pessoas boas, porque ninguém nasce com uma estrela dizendo que será criminoso. Estamos combatendo apenas a consequência do crime. Existe outra vertente: o que está acontecendo com nossa sociedade que o indivíduo está bandeando para o lado do crime?

Esses operadores da segurança pública e da defesa social, em seu esforço ingente, no dia a dia, conseguiram colocar, no caso do Brasil, 700 mil pessoas encarceradas. Outra pergunta para responder: o que se está fazendo com esses encarcerados? Esses indivíduos vão para a sala de aula de manhã, têm ensino regular, ensino profissionalizante na parte da tarde, ensino religioso à noite, para, quando saírem do presídio, voltarem a ser cidadãos de bem, recebendo o que eles não receberam no seio de suas famílias? Também não está na alçada das polícias.

Portanto, quando se fala que estamos enxugando gelo, é porque estamos trabalhando apenas uma faceta do crime, a faceta da

Código do documento: 1150214

violência. Existem essas duas vertentes que não estão no caso das corporações policiais.

Vi também desfilar aqui hoje entre os debatedores... Apoiamos isso perfeitamente. Se as Polícias Militar, Civil, Federal e Rodoviária Federal e até mesmo a guarda municipal, instituições que constituem o sistema de segurança pública, receberem a atenção devida em relação à logística... Quando falamos em logística, falamos de recursos humanos e de recursos materiais. Hoje vi aqui mais uma pérola interessante: o suporte legal, uma lei firme que dê condições de levar o indivíduo que desviou a sua conduta a se recuperar.

Então, é preciso uma lei forte para que os operadores possam dar sequência a esse atendimento, a esse reclamo da sociedade. Por outro lado, precisamos também levar para os nossos políticos, para os nossos representantes, essa preocupação, a outra vertente em relação à família, ou precisamos criar o pronto-socorro da família. Existem mães desesperadas, com filhos drogados. Algumas até amarram seus filhos ao pé da mesa para ele não sair, porque ela não sabe o que fazer. Ela está perdida e precisa do pronto-socorro da família. A solução é trabalhar a questão da saúde e da educação, que vai afetar diretamente a prevenção, somada ao esforço dessas instituições, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, guardas municipais. Só esse nosso esforço é pouco para chegarmos a contento, para chegarmos ao equilíbrio, pelo menos de uma forma



sustentável, em relação à questão da segurança pública e da violência em nosso país.

Portanto, propugnamos que, em vez de ficarmos discutindo... Aliás, a discussão é boa, mas, em vez de caminhar para essa questão da unificação, vamos resolver com recursos suficientes nas duas vertentes, que é a prevenção junto à família, a partir do berçário, mas também que aqueles que, porventura, desviarem a sua conduta tenham o atendimento pelas organizações policiais e pela Justiça. Portanto, propugnamos por uma integração não só do sistema policial, mas de todo o sistema de defesa social em nosso país. O sistema precisa ser completo e integrado para que possamos alcançar esse objetivo que a população tanto almeja. Muito obrigado a todos. Fica aqui o nosso recado: integração de todo o sistema de defesa social do nosso país. (- Palmas.)

**O coordenador (deputado federal Subtenente Gonzaga) -**

Obrigado, Cel. Valter Lucas, assessor de gabinete, representando o Coronel Piccinini, vereador de Belo Horizonte e presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais.

Quero lembrar, mais uma vez, que este nosso seminário está sendo transmitido pela TV Assembleia. Queria fazer um pedido à Taquigrafia, que depois vou formalizar, para que pudéssemos ter acesso com mais rapidez às notas taquigráficas. Isso porque, como o relator não está presente, gostaríamos de levá-las a ele, o mais rápido possível, para que possa fazer o seu juízo de valor para o relatório.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 146

Convidamos, para sua exposição, o Sgt. Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Aspra-PM-BM, que dispõe também de 10 minutos.

**O Sgt. Marco Antônio Bahia Silva** - Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento o nosso deputado federal Subtenente Gonzaga e, na sua pessoa, os demais membros da Mesa.

Primeiro, gostaria de parabenizá-lo por trazer esse assunto tão importante para as nossas terras das alterosas. Esse tema nos é afeito porque a nossa perspectiva sobre a segurança pública, enquanto operadores que somos - militei na Polícia Militar no serviço operacional durante 12 anos, combatendo o crime na rua -, é uma percepção muito clara de que o modelo hoje é fracassado e está superado. A nosso ver, não vai ser desnudando a nossa Polícia Militar, tirando a nossa característica de policial militar, que vai se efetivar uma segurança pública de qualidade. Evidentemente, temos as nossas tradições, os nossos interesses corporativistas, tanto da Polícia Militar e da Polícia Civil quanto da Polícia Rodoviária Federal. Enfim, de todos os atores da segurança pública, temos os nossos interesses coletivos. E, dentro desses interesses corporativos - quero corrigir o erro -, a efetividade não se apresenta na sua totalidade.

Os índices de violência no País são muito grandes, 60 mil mortes ao ano. Qual caminho deveremos tomar para frear essa violência? A nós, policiais militares, é relegado conter essa violência, e somos nós que mais sofremos esse impacto, porque estamos na linha de frente dessa guerra. Evidentemente que temos

Código do documento: 1150214

policiais civis e policiais rodoviários federais morrendo, mas não na proporção que tem acontecido com os policiais militares. Para se ter uma ideia, no ano passado, em São Paulo, houve 125 policiais militares mortos. Neste ano já são cerca de 80 a 90, 1 a cada 17 horas.

Trago esses números justamente para demonstrar que o policial militar, operador da segurança pública, está presente em todos os rincões do País. Já viajamos muito, de norte a sul, de leste a oeste, é o único segmento do Estado que está em todos os lugares e faz, efetivamente, o Estado estar presente. Minas Gerais, com seus 853 municípios, tem aproximadamente apenas 64 delegacias regionais para atender ao nosso fluxo de violência. E o modelo que está se apresentando agora, sobre a unificação das polícias, será para unificar a Polícia Militar à Polícia Civil, ou a Polícia Civil à Polícia Militar? É claro que essa dicotomia não resolverá o problema da segurança pública. A resolutividade que se apresenta dos inquéritos da Polícia Civil... Não vou trazer esse número somente para enxovalhar a Polícia Civil, muito pelo contrário, somos defensores da Polícia Civil forte, com a sua capacidade de inteligência melhorada. Mas, não será isso que resolverá o nosso problema. A segurança pública tem várias facetas e este país, como bem se falou mais cedo, de dimensão continental, tem problemas para todo lado. Mas volto a repetir, não será tirando a farda da Polícia Militar que se tornará mais eficiente. Muito pelo contrário, a Polícia Militar, em seus 853 municípios, tem um legado e uma capilaridade que responde à altura, porque o

Código do documento: 1150214

nosso sargento na ponta da linha, o nosso soldado, é o gestor local de segurança pública, muitas vezes é o juiz, o promotor, é o padre, é o psicólogo, é quem pacifica para se ter a tão almejada paz social.

E ele tem uma vantagem nesse contexto, porque não está subordinado na sua atribuição a um delegado. Se o delegado está na delegacia, é quem vai abrir a portaria do inquérito e determinar os seus agentes para fazer a percepção criminal. Diferentemente da Polícia Militar, que, quando está no seu destacamento e é acionada pelo 190, ou quando está no policiamento ostensivo e é acionada pelo cidadão, deve atuar independentemente de portaria de inquérito. O policial militar deve atuar na prevenção e muitas vezes precisa fazer a investigação, porque lá não tem o policial civil para investigar.

Essa realidade deve ser modificada sob qual ângulo? O policial militar está em todos os lugares, e a Polícia Civil, como conversávamos mais cedo com o presidente do sindicato dos delegados, tem penetração somente em cerca de 250 municípios, dentro das comarcas que estão distribuídas pelo sistema do Poder Judiciário.

Sob a perspectiva de termos de modificar a Polícia Militar para ter uma segurança pública mais efetiva, esse não é o caminho.

Acho que o ciclo completo de polícia, na perspectiva de que todas as polícias têm autonomia para fazer esse trabalho, é o caminho pelo qual podemos avançar e que não retira a autonomia da

Código do documento: 1150214

Polícia Civil para investigar e continuar a fazer um bom trabalho. Ao contrário, vejo que a Polícia Civil poderia ter o seu trabalho mais reconhecido, poderia ser transformada em uma agência de investigação de excelência. Teríamos de definir se pelo território ou pelo tipo penal, mas essa definição teria de ser feita dentro da perspectiva da PEC que já discutimos e que está avançando no cenário nacional.

Por outro lado, amigos, acho que vale a pena repensarmos a unificação não só pelo aspecto de acabar com o corporativismo, mas pelo aspecto da eficiência que o cidadão espera de nós. Temos de fazer um serviço para quem nos paga, e o cidadão está pensando. Os números que apresentamos demonstram muito bem que, se não tivermos uma política pública que avance para valorizar a nossa segurança pública, vão continuar a matar o cidadão aí fora e os nossos policiais vão continuar a morrer. Se há esses números astronômicos, temos de melhorar. Exatamente por isso, Subtenente Gonzaga, acho que o tema é relevante; nos últimos anos, nada se avançou com relação ao tema segurança pública.

Aproveito para parabenizar a iniciativa do deputado Edson Moreira de trazer este debate para Minas Gerais porque esse tema é discutido com frequência, mas sempre na perspectiva de que, para melhorar um segmento, tem que acabar com o outro. Então, temos de avançar nessa discussão, e, pelo modelo que existe em Minas Gerais, acho que não é a unificação que vai resolver o problema. Muito obrigado a todos.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 150

**O coordenador (deputado Subtenente Gonzaga) -**

Agradecemos ao Sgt. Marco Antônio Bahia, presidente da Aspra. Aproveito para parabenizá-lo por ontem ter tomado posse na presidência novamente. Após exercer seu mandato por três anos, afastou-se para se candidatar; foi bem avaliado e tomou posse novamente. Desejamos que continue tendo sucesso nessa empreitada que já vem abraçando há vários anos.

Com a palavra, o Ten.-Cel. Ailton Cirilo da Silva, presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, que também dispõe de até 10 minutos para sua exposição.

**O Ten.-Cel. Ailton Cirilo da Silva** - Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar de forma especial o Subtenente Gonzaga pela brilhante ideia de realização deste seminário; o meu amigo Cel. Penido, na vice-presidência da associação; todos os oficiais do Corpo de Bombeiros e, na pessoa do Maj. Pinheiro, os demais oficiais; o cadete Matoso, na pessoa de quem cumprimento o 1º e 2º anos; e todos os membros da Mesa.

Gostaria de fazer um apanhado histórico, em apertada síntese, apenas para contextualizar a nossa fala. Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, vieram também duas vertentes para atuar na área da segurança: a Intendência-Geral de Polícia, com vertente na área da investigação, e a Guarda Real de Polícia, com uma estrutura militar. Mais tarde, essas duas vertentes deram à luz a Polícia Civil e a Polícia Militar. Fazendo um apanhado das Constituições desde 1924, com a Constituição Imperial, até a de

Código do documento: 1150214

1988, com a Carta Cidadã, vemos que a Polícia Militar, em especial, perpassou diversos ambientes, ambientes esses às vezes muito áridos, saindo de uma forma aquartelada e chegando a uma polícia com a filosofia de polícia voltada para resultados, com fim na proteção da sociedade.

Portanto, começo dizendo que o nosso propósito é atender com qualidade à sociedade. Porque é ela que nos paga. A palavra "servidor" vem de servir. Temos de servir à sociedade, e com boa qualidade. É isso que eu espero, é isso que a minha família espera, é isso que a família dos senhores espera, um serviço de qualidade. Segurança, educação, saúde são serviços caríssimos. Então, se o Estado quer promover uma segurança de alta qualidade, uma educação de excelência, uma saúde boa, ele vai ter de gastar, mas para isso ele tem de fazer gestão, gestão inteligente. E os senhores, cadetes que estão aí sentados, daqui a alguns dias estarão decidindo o futuro dessa instituição com mais de duzentos anos de existência. Hoje os senhores estão bebendo água nessa fonte onde nós todos aqui, sentados nesta mesa, passamos por momentos difíceis e que muitos dos senhores não conhecem.

Então, quando vocês, senhores cadetes, chegam a essa instituição, têm de verificar, lá na origem, como essa instituição nasceu. Nos últimos 15, 20 anos, houve transformações significativas, que deram outros rumos, e para a melhor. Somos responsáveis pelo destino da nossa corporação. Do soldado ao coronel, temos de estar irmanados. A temática proposta pelos coordenadores é muito desafiante, complexa e, ao mesmo tempo, Código do documento: 1150214

empolgante, na medida em que nós, gestores da área da segurança pública, procuramos dar um norte, um caminho, a trilha daquilo que a gente pode fazer, e fazer isso com qualidade. E não deixar como em tempos passados, onde pseudoentendidos de polícia vinham a esta tribuna e falavam sobre segurança pública sem terem nunca participado de um debate, sem terem nunca conversado com policial na ponta da rua, sem terem nunca frequentado uma delegacia. Como essa pessoa pode vir falar de segurança se ela nunca operou segurança pública. Essa era a minha indignação, enquanto capitão. Eu falo capitão porque fiquei 12 anos e meio como capitão. O meu e-mail é de capitão até hoje, porque, onde eu jogo bola - apesar desse corpinho simpático, ainda rola uma bola -, no interior, Esmeraldas, onde meu pai tem um sítio, todos me conhecem como capitão.

Então, precisamos avançar nessa temática com responsabilidade. E quem está falando com os senhores aqui é um oficial que vai completar 29 anos de serviço. Desses 29 anos, 22 foram na ponta da linha. Estou vendo aqui gente do Batalhão de Trânsito, onde servi; da Rotam; da 6ª Cia., que o Bahia me ajudou a comandar. Senhores, não é fácil fazer segurança pública. Tinha um tal Tripinha, na 6ª Cia., que aterrorizava a nossa companhia. Eram 17 vezes o número de prisões com ele, no mês. E não adiantava culpar o delegado, porque ele não tem culpa. A legislação determinava que ele deveria ficar solto. Senhores, pasmem, mas, há mais de quinze anos, o nosso Congresso Nacional não edita uma lei em desfavor do criminoso, do bandido. Mas, se os senhores

Código do documento: 1150214



verificarem, vocês que são operadores do direito, temos dezenas de legislações pró-liberdade. O Estado não quer ninguém preso, porque significa despesa para ele. E, graças, a gente tem esse direito de sufrágio universal, em que conseguimos representação, pela primeira vez - não é, Gonzaga? São oito deputados oriundos das polícias militares, lá em Brasília. Esses oito deputados estão fazendo um *tsunami* lá, dentro do Congresso. Eles estão fazendo a diferença. E aqui eu cito um deles, o Gonzaga, parceiro de última hora, sempre brigando pelos nossos interesses. Temos, realmente, de render homenagens a ele.

Sabemos que o crime tem um tripé: o agente motivado, a vítima em potencial e a ausência de vigilância.

Então, senhores, talvez seja difícil mexer na vítima e no agente, mas a vigilância temos capacidade de melhorar. E melhorar por meio de quê? Da gestão. A questão do TCO já é realidade há mais de 10 anos, 15 anos no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em alguns estados do Norte e do Nordeste e em algumas cidades do Estado de Minas Gerais, como Campo Belo, Formiga e Nanuque. Quer dizer, precisamos avançar nisso. Dr. Marco Antônio, meu amigo, tenho ótimas referências do senhor. Tenho pelo senhor admiração. Devemos nos irmanar nisso, discutir mais e amadurecer. Sabemos que o TCO não parte da nossa vontade, mas de uma ação do governo, da governabilidade. Então, a decisão de poder fazer o TCO seria um ganho muito grande para a sociedade, que nos paga. Temos que nos desvestir de algumas vaidades, de um lado e de outro. Precisamos avançar nisso.

Vou sintetizar. Quando se fala em unificação, traz-se o *link* da desmilitarização. Pergunto aos senhores que estão sentados ou a qualquer outro debatedor: o que é desmilitarização? É tirar farda? É tirar os postos, as graduações e o regulamento? O que seria isso? Ninguém sabe responder, e esse tema faz parte da pauta do Congresso. Posso citar aqui dezenas de PECs. Nós nos preocupamos com essa temática, a 51, a 102, a 423, a 430, a 431 do Gonzaga, a 127 do deputado Reginaldo Lopes, outras tantas, como PLCs e PLs e vários *franksteins* que existem no Congresso. Por isso, é muito importante que os deputados estejam atentos a isso.

Se a unificação fosse a saída para diminuir a violência e a criminalidade, eu estaria levantando a mão, pegando a bandeira e indo atrás disso. Contudo, sabemos que isso é uma falácia, isso não resolverá o problema da criminalidade. O Dr. Marco Antônio adiantou: dispomos de cinco caminhos. Nós, operadores da área da segurança pública, devemos fazer essa escolha e debater exaustivamente, trazendo os senhores para essa discussão a fim de buscarmos uma solução. A questão da gestão é muito mais séria. Temos duplicidade demais, duplicidade de afazeres entre a Polícia Militar e a Polícia Civil. Devemos ter responsabilidade e razoabilidade nessas questões burocráticas e vamos avançar na questão da tipologia do crime ou de terreno. Devemos estudar mais esse assunto.

Já bateu a campanha. Eu queria falar mais um pouquinho, mas o farei em outro momento. Para amenizar este debate, quero dizer que março é o mês da mulher. Vejo que a Mesa está com poucas  
Código do documento: 1150214

mulheres presentes. Gostaria, para amenizar o clima e deixar a coisa mais suave, de pedir aos presentes e também a Mesa uma salva de palmas para as mulheres. Gostaria que cada palma pudesse representar uma flor que formaria um buquê a ser depositado no coração delas. Muito obrigado. (- Palmas.)

**O coordenador (deputado federal Subtenente Gonzaga) -**

Obrigado, Ten.-Cel. Cirilo, que nos puxou a orelha em razão da pouca presença de mulheres. Acredito que há um caminho natural, pois, cada dia mais, as mulheres estão ocupando espaços e decidindo os nossos rumos. Gostaria de saber se o representante da Associação dos Peritos, o presidente do Sindicato dos Policiais Federais e o representante do Centro Social dos Cabos e Soldados estão presentes. Parece que, de fato, eles não compareceram.

Sendo assim, passamos a palavra ao Cel. Norberto Rômulo Russo, presidente da associação dos militares estaduais mineiros, que disporá de até 10 minutos.

**O Cel. Norberto Rômulo Russo -** Cumprimento o Exmo. Sr. deputado Subtenente Gonzaga e, em sua pessoa, os demais componentes da Mesa; os senhores oficiais, os representantes da Polícia Civil, os representantes de classe, os senhores cadetes.

Temos uma plateia muito qualificada. Na sua grande maioria, os cadetes, todos bacharéis em direito, com um domínio muito bom de filosofia, das aulas de lógica, sociologia, portanto, dominam bem a questão da falácia, das falsas premissas. De uma maneira geral, hoje os nossos oficiais e os nossos policiais militares são muito menos suscetíveis de serem manipulados. A

Código do documento: 1150214

unificação é uma falácia e a desmilitarização uma agressão, na verdade, um crime contra a sociedade brasileira.

Na parte da manhã, o nosso deputado estadual Sargento Rodrigues já havia falado da falta de cultura para a unificação. Isso já seria um motivo muito importante para que ela não ocorresse, principalmente em nosso estado. Mas temos ainda - e foi falado agora à tarde - a questão da falta de logística, a falta de efetivo. Ainda que tivéssemos logística e efetivo suficientes para atender muito bem o Estado, teríamos a falta de revisão hoje do Código de Processo Penal. Como o Cel. Cirilo citou há pouco tempo, há mais de 10 anos não temos uma lei favorável, para colocar o bandido na cadeia. No entanto, se um policial militar e, principalmente, um policial civil comete um desvio, um erro, rapidamente os parlamentares do Brasil, em especial os da esquerda, vão fazer discurso, querendo a extinção da PM e a sua desmilitarização. Além de tudo isso, vamos supor que tivéssemos um bom efetivo, uma logística perfeita, um código penal que funcionasse, um código de processo penal que colocasse o bandido na cadeia, mas, e a cadeia? E as vagas no sistema prisional? Não vamos enfrentar toda essa situação antes de falar em unificação ou antes de falar em desmilitarização.

Vejam bem, estou falando da questão da falácia porque hoje, pela manhã, o deputado estadual João Leite disse que visitou uma escola tradicional em Belo Horizonte, uma escola onde se estuda a cada mês um valor diferente, como honestidade, fraternidade, igualdade, ou seja, valores da escola. Mas dentro

Código do documento: 1150214

dessa escola já tinha algumas inserções marxistas - foi o termo que ele usou. Para quem gosta e estuda filosofia sabe muito bem que o marxismo hoje penetra numa cultura de um país. Ela tira aquela base educacional e introduz um vírus, mais ou menos como é feito em nosso computador, por exemplo. Há cerca de 10 dias, tivemos em Brasília um militante vestido de vermelho que, se não me engano, subiu no mastro da Bandeira do Brasil e colocou fogo nela, dizendo que aquela bandeira maldita significava a ditadura. Isso é para entendermos como funciona hoje esse marxismo nas escolas do Brasil.

Agora há pouco ouvimos um deputado estadual de esquerda, do PT, Reginaldo Lopes, muito simpático, muito amigo no trato pessoal, mas que deixou um recado muito claro para nós. Ele colocou que as polícias militares não podem ser forças auxiliares do Exército, porque elas têm de ser uma polícia cidadã. Aí pergunto aos senhores: qual é a polícia reconhecidamente mais cidadã do Brasil? É a Polícia Militar de Minas Gerais. Por acaso nós, policiais do Estado de Minas Gerais, que somos a polícia cidadã, precisamos deixar de ser força auxiliar do Exército?

Também o deputado Reginaldo Lopes deixou uma questão aqui dizendo que o governo vai apoiar a questão do ciclo completo. Ora, ele é a favor da desmilitarização. Ele deixou isso bem claro aqui. Acredito que todos tenham observado isso, se não, depois verificarão nas notas taquigráficas. O apoio dele é irrestrito à desmilitarização, há perda da questão de força auxiliar do

Exército. Isso temos observado e não podemos deixar de falar aqui hoje.

Nós temos observado o que ocorreu em toda a América Latina, onde a esquerda dominou de alguma forma. Não estou querendo entrar na questão filosófica e ideológica, mas temos um exemplo muito próximo, o da Venezuela, onde as polícias também não são forças auxiliares do Exército. Existe a Polícia Nacional, a polícia do ditador da Venezuela - é um ditador, acho que todos concordam com isso. E, a partir daí, ele abafa os movimentos populares contra a corrupção do seu governo porque tem a polícia em suas mãos - a Polícia Nacional. Então, hoje é uma questão de sobrevivência da democracia o fato de existirem as polícias militares em nosso país. Para isso, temos de lutar com todas as armas necessárias.

A questão da desmilitarização é meramente de enfraquecimento do Estado Democrático de Direito. Por isso, nós, da Associação dos Militares Estaduais Mineiros, - Amem - somos frontalmente contra a unificação, por falta de cultura, por falta dessas questões que foram apresentadas praticamente por todos os debatedores. E essa questão ficará muito cara para nós: um ciclo completo de polícia para apoiar a desmilitarização, acho que é um preço muito alto. O ciclo completo, sim, a desmilitarização jamais. (- Palmas.)

**O coordenador (deputado federal Subtenente Gonzaga) -**

Obrigado, Cel. Russo, presidente da Amem. Passamos a palavra ao nosso último expositor desta tarde, o Sgt. Matscelo Boaz Tarley,  
Código do documento: 1150214

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 159

aqui representando o Sgt. Alexandre Rodrigues, presidente da Associação dos Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar de Minas Gerais - Ascobom -, que também disporá de até 10 minutos para o seu pronunciamento.

**O Sgt. Matscelo Boaz Tarley** - Boa tarde, nosso presidente; cumprimento o Subtenente Gonzaga, estendendo meus cumprimentos aos integrantes da Mesa e demais autoridades que se encontram neste Plenário e nas galerias.

Falar por último é ruim e bom ao mesmo tempo. É ruim porque tudo já foi dito e nossas palavras tornam-se redundantes. Mas também, por outro lado, é bom porque reforçam-se as ideias, criam-se novas ideias e, por isso, há este debate.

Faço alguns questionamentos internos e, às vezes, levanto-os para a população. Quando se fala em unificação das polícias e desmilitarização, eu pergunto: ora, onde a militarização não atende o cidadão? Onde ser militar não atende o cidadão? Será por que está arraigada, na sociedade - não somos nós, não na nossa profissão -, a ideia de que militar é sinônimo de tortura? Se formos à história do nosso período mais sombrio, como alguns dizem, que foi o regime militar, o que era Dops, o que era Doi-Codi? Quem eram eles? Eram policiais militares ou os porões eram tratados de porões dos quartéis da Polícia Militar ou de porões dos quartéis das Forças Armadas ou de porões das Delegacias das Polícias Cíveis e da Polícia Federal? Muito bem lembrado pelo Dr. Marco Aurélio ao dizer que, na década de 1970, a Polícia Militar foi para as ruas. Não tomou o lugar da Guarda  
Código do documento: 1150214

Civil mas foi trabalhar num serviço operacional, ou seja, até aquele período, a Polícia Militar vivia aquartelada. Então, qual questionamento temos de fazer? É acabar com aquela linha de tortura da época negra da ditadura. Ora, então vamos acabar com as Forças Armadas, com a Polícia Civil e com a Polícia Federal. O que temos de pensar e o que muito me entristeceu na nossa campanha eleitoral - não me referindo a A ou B - foi o fato de que todos não sabiam falar de segurança pública. Um dizia que criaria uma PEC para responsabilizar a União pela segurança pública, outro dizia que criaria isso ou aquilo.

Mas não se tocava no art. 144, que diz que segurança pública é responsabilidade do Estado. Que estado é esse? É só o estado ente federado? Se fosse, a Polícia Federal não estaria em seu inciso, se fosse, a Polícia Rodoviária Federal não estaria ali, se fosse apenas o estado federado, a Guarda Municipal não estaria em seus incisos, em seus parágrafos. Aquele Estado referenciava ao ente público. Então, a segurança pública é responsabilidade da União, é responsabilidade do Estado, é responsabilidade do município. Então, não adianta falar em unificação em nosso modelo atual de polícia.

Ora, utilizando também a palavra do Dr. Marco Aurélio, que disse muito bem que cada um tem de fazer a sua parte, e fazendo uma comparação com a parábola do beija-flor, como funciona hoje? Vou até acrescentar um pássaro nessa parábola. Funciona assim: o João-de-barro busca água no rio; no meio do caminho, ele passa para o beija-flor para que ele apagar o fogo. É assim que

Código do documento: 1150214



funciona, hoje, o modelo de polícia. Nessa passagem de água de um para o outro, isso se perde. Os 8% do que foi dito aqui, de casos solucionados, inquéritos concluídos, na sua grande maioria, eles são autos de prisão em flagrante. Feitos por quem? Pelo João-de-Barro que foi buscar água lá no rio, pela Polícia Militar.

Ora, por que essa preocupação em dizer: não podemos dar autoridade à Polícia Militar porque, fazendo isso, estou acabando com a Polícia Civil. Não está. O que faz um serviço deixar de ser essencial é a sua desqualificação profissional. Não estamos buscando, com um ciclo completo de polícia, colocar uma faixa no peito e bradar na Praça da Assembleia Legislativa que temos autoridade. Estamos buscando essa autoridade para servir à população, foi-nos dado esse poder para fazer isso. Não estamos buscando o ciclo completo de polícia para tirar autoridade, estamos buscando trabalhar em conjunto. São beija-flores e João-de-Barro buscando água no rio para apagar o fogo, sem ter, no meio do caminho, de transportar água de um para o outro. Não estamos buscando ter mais autoridade para impor prepotência, não é isso que buscamos. Buscamos mais autoridade para servir melhor. Ouvimos tantos dizerem aqui que querem tomar o lugar da Polícia Civil. Já ouvimos isso também em outros debates. Ora, por que a Polícia Civil não conclamou até hoje algumas ações da Polícia Militar que, se forem olhar à luz do art. 144, são funções dela? Onde a Polícia Militar restaura a ordem pública num boletim de ocorrência de um furto sem autoria definida? O simples registro é restauração da ordem pública? Ou cabe investigação para saber quem é o autor

Código do documento: 1150214

daquele delito? Então, se cabe investigação para saber o autor, porque não se tem autoria, não se sabe quem foi nem em que horário, quem deveria estar lá? A Polícia Civil. Se você não consegue capturar o autor, por que a Polícia Militar vai atrás fazer a ocorrência? Quem teria de fazer isso é a Polícia Civil. Mas estamos capilarizados em todos os municípios do Brasil, então fazemos isso. Por que fazemos isso? Trabalhamos em prol de quem? Da população, da minha família, porque sou cliente desse serviço. Por que a Polícia Civil não toma isso de volta para ela? Não, a partir do momento em que é furto sem autoria definida, a Polícia Militar não vai, a Polícia Militar vai cuidar da preservação da ordem pública, da ostensividade, isso é coisa nossa. Por quê? Mas, quando se fala em terminar um trabalho que você iniciou, por obrigação da legislação...

Não foi você quem quis ir lá prender o cidadão infrator no momento do ato do crime, no momento infracional, não foi você quem escolheu, é uma imposição legal. Se não me falha a memória, é o art. 301 do Código de Processo Penal. Isso é imposição legal. Qualquer um do povo pode, as autoridades devem prender em estado de flagrante delito. Não é uma imposição nossa, é uma imposição legal. Então porque não dar continuação a isso?

Ricardo Balestreri disse muito bem em uma de suas palestras que a Polícia Civil está burocratizada, está dentro de cartório, dentro de delegacia e não sai para investigar. Por quê? Porque ela não consegue resolver as demandas que lhe levamos. Então por que não (- Inaudível.) nesse trabalho? Por que não  
Código do documento: 1150214

continuarmos esse trabalho até o final e deixá-los, como disse o presidente da Aspra, Sgt. Marco Antônio Bahia, criar um centro especializado de investigação onde a Polícia Civil vá apurar? Porque quando ela apura os casos, apura-os muito bem e chega à sua autoria. Vemos inúmeros casos.

O Bahia estava me contando na hora do almoço - ele até disse que ia falar, mas acho que passou despercebido - que, num debate em que ele esteve em São Paulo, foi dito que, quando a vítima é uma autoridade, um promotor ou um juiz, chegava-se à autoria rapidamente. Por quê? Porque havia investigação. Ele me contando no carro, o Bahia, conversando e discutindo hoje comigo, falou: "Porque é selecionável: vamos selecionar, esse caso nos interessa, esse caso é de grande vulto, então vamos investigar, então vamos chegar ao autor". Agora, se for um policial militar, não se chega à autoria, não se sabe quem é. Fica a custas da Polícia Militar correr atrás, não é? Às vezes nem corre atrás, porque não é sua função constitucional.

Ora, por que, então, não dividir essa autoridade? Não é tirar a autoridade, não. É dividir, é trabalharmos juntos, e aí, sim, falar de cada um fazer a sua parte. Falar em fazer a sua parte no momento em que você tem que dividir o seu trabalho não é fazer a sua parte porque você não consegue concluí-la. Você chega até a metade e não conclui. Fica preso nos cartórios das delegacias muito tempo e não consegue voltar à sua respectiva área para justamente fazer a preservação da ordem pública, porque está

preso a uma burocracia, está preso a uma busca incessante de apenas um órgão ter aquela autonomia, aquela autoridade.

O que nós queremos não é guerra de vaidades, não é bradar que temos autoridade. O que nós queremos é servir melhor a população e mudar esse modelo de polícia, não mudar as polícias. Porque, até hoje, acho que a efetividade do nosso trabalho como policial militar tem sido demonstrada nas nossas ações, tanto nas prisões quanto como cidadãos que somos nos projetos que fazemos, que desde 1998 executamos a doutrina dos direitos humanos e temos trabalhos como polícia comunitária, Proerd e vários trabalhos que fazemos como polícia cidadã.

Concluindo, gostaria de dizer que o avanço da segurança pública não passa em extinguir uma ou outra polícia, e, sim, na mudança de modelo, em que todos possamos fazer o mesmo trabalho em prol da população, não em prol do nosso umbigo. Muito obrigado e boa tarde.

**O coordenador (deputado federal Subtenente Gonzaga) -** Obrigado, Sgt. Tarley, aqui representando o Sgt. Alexandre, da Ascobom.

Encerrando a participação dos nossos convidados, pergunto se alguém da Mesa gostaria de fazer uma consideração extremamente breve? (- Risos.) Com a palavra, o Maj. Lázaro.

**O Maj. Lázaro Tavares Melo da Silva -** Só queria fazer um aparte à Dra. Maria Inês, que falou da otimização da Polícia Rodoviária Federal. Um estudo mostra que, na capital, 24 em cada 100 conduzidos às delegacias são conduzidos por infração de menor Código do documento: 1150214

potencial ofensivo; e, no interior, 27. Então 1 em cada 4 conduzidos às delegacias em Minas Gerais é conduzido por uma infração de menor potencial ofensivo. Só aí otimizariamos 1/4 do nosso trabalho.

Não é interessante termos corporações gigantescas. Isso não é interessante. As polícias passam a ser inviáveis financeiramente, e o Estado se preocupa com isso. Então temos de pensar em polícias capazes, que selecionam infrações penais, sim, que atuem em conjunto, e parar com essa guerra de quem vai ser o maior anão do mundo. Obrigado.

**O coordenador (deputado Subtenente Gonzaga) - Obrigado,**  
Dr. Marco Antônio.

Gostaria de, ao encerrar este seminário, muito rapidamente deixar aqui minha percepção do modelo que hoje temos. Foram vários debates, vários seminários. Como falei, só na CCJ foram 12 seminários Brasil afora. É um tema, um assunto que estamos discutindo todos os dias com o objetivo de construir um modelo. O texto da PEC nº 431, que deixei neste material que distribuimos hoje pela manhã, foi redigido a várias mãos.

Foi redigido pelo CNCG. O Maj. Lázaro está presente como consultor e assessor do CNCG. Foi redigido pela Federação dos Policiais Rodoviários Federais, pelo Cavalcanti; foi redigido pela Federação dos Policiais Federais, Fenapef; foi redigido pela Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR; foi redigido pelo Conselho Nacional do Ministério Público - Conamp; foi redigido pela Associação Brasileira de Criminalística - ABC;  
Código do documento: 1150214

foi redigido pela Federação Nacional dos Papiloscopistas - Fenappi; foi redigido pela Cobrapol; foi redigido pela Associação Nacional dos Praças - Anaspra; foi redigido pelo Conselho Nacional dos Comandantes Gerais - CNCG; foi redigido pela Federação Nacional dos Oficiais Militares - Feneme; foi redigido pela Associação dos Militares do Brasil - Ambrasil; foi redigido pela antiga Associação de Cabos e Soldados, hoje Associação dos Militares do Brasil. Muito embora particularmente eu tenha tido a oportunidade, pelo exercício do mandato, de aparecer como autor da PEC, só sou autor porque se exige um mandato para se protocolar uma PEC. O texto é resultado de uma grande convergência. Quero, mais uma vez, insistir com o Dr. Marco Antônio. Os delegados foram convidados para esta Mesa e fizeram a opção legítima de não participarem conosco da construção do texto, ainda que para dele discordar. Continuamos aqui reforçando o convite para que os delegados também possam se aproximar um pouquinho mais desse debate, e não ser só no debate público.

A proposta que consolidamos a partir da PEC nº 431 partiu da premissa de que, se tentássemos, numa PEC, criar todas as variáveis pensáveis necessárias para uma nova arquitetura, poderíamos nos perder no detalhe. Poderíamos nos perder na pergunta de como será isso. Fizemos a opção, na compreensão de que era uma opção mais estratégica, de trabalhar um texto que apenas empoderasse todas as polícias da competência de fazer e de todos os policiais poderem fazer todos os atos de polícia.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 167

A resposta de como seria isso, a parte mais complicada, nós, pelo texto, deixamos para regulamentação posterior. Só que sabemos que não vamos responder, ainda que pensando aqui numa posição, como disse o Dr. Maurício mais cedo, utópica. Depois ele me disse: a utopia é sua. Ainda que, na nossa utopia, admitíssemos esse texto, temos de pensar como vamos nos organizar com todas as forças, porque é um texto que preserva a identidade de todas as agências de polícia, que preserva as conquistas de todas as polícias, que preserva a cultura, enfim, preserva o que cada um já construiu, secularmente ou não.

Obviamente precisamos pensar em como vamos nos organizar. Após esses debates, eu me permiti redigir algo segundo minha visão, enquanto mandato. Fiz questão de deixar claro aqui que é uma percepção do nosso mandato e não exclusividade minha.

Fiz questão de deixar aqui um processo em construção, por isso estou pedindo participação. Gostaria de apontar ou consolidar alguns apontamentos que colhi, e acho que um caminho é possível.

A primeira coisa: estamos tentando apontar uma solução para uma deficiência da investigação e da prevenção, ou seja, na ação de polícia, naquilo que compete a nós, enquanto polícia. As consequências disso no Ministério Público, no Poder Judiciário e no Sistema Prisional não é o foco da PEC, é o foco do debate da segurança pública, como um todo. O foco da PEC é como que nós, polícia, vamos responder melhor à sociedade, e obviamente, como defensor ferrenho que sou da manutenção do nosso estado jurídico

Código do documento: 1150214

de militar, defendo isso. Não gosto de usar a expressão manutenção do militarismo, porque passei um bom tempo, e passo até hoje, combatendo o militarismo. Ou seja, toda essa parte que todos nós somos capazes de enxergar como ruim no militarismo, que Minas Gerais superou muito, nos últimos anos, cuja marca maior ainda é o RDPM, nós também combatemos.

Então não gosto de dizer que estou defendendo o militarismo, porque essa parte nós estamos trabalhando numa outra frente, lá na Câmara. Aqui temos o Código de Ética, uma lei que pode ser melhorada, mas ainda é o de melhor que temos no Brasil, em termos de regulamento disciplinar. No Plenário da Câmara, aprovamos um projeto para que todos os Estados mudem o RDPM. Espero que consigamos aprová-lo no Senado. Estou muito confiante, até pela convergência que construímos, pelo debate que fizemos e que estamos fazendo. Não gosto de falar que estou defendendo o militarismo. Tenho a tranquilidade de dizer que estou defendendo o estado jurídico de militar, que temos hoje na Constituição Federal, por todas as razões que conhecemos, pela conquista histórica que tivemos na previdência. Não temos dificuldade nenhuma de assumir em qualquer lugar, que temos hoje, sim, ainda que com todos os riscos, a possibilidade de um regime de previdência próprio, que pode ser pior que os demais e que pode ser melhor. No caso de Minas Gerais, hoje, é melhor que o art. 40 da Constituição, é melhor que o Funpresp, que já está aprovado e que nós não estamos nele na condição de militar.



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 169

Temos de ter a coragem de dizer, claramente, que temos razões para além da eficácia do sistema de segurança pública. Vamos sustentar, defender essa posição, defender nosso *status* jurídico de militar, com a formação que temos hoje, com os critérios estabelecidos de ingresso, de formação, de treinamento e de doutrina, que temos, sim, plenas condições de fazer o ciclo completo de polícia com eficiência e eficácia e temos tranquilidade para sustentar isso. Defendemos o estado jurídico de militar.

A premissa que temos de atacar na segurança pública é a baixa efetividade na elucidação de crimes, que não é problema de competência individual de nenhum membro da Polícia Civil nem da Polícia Federal, mas, do modelo e a perda de tempo excessiva, que se impõe por termos de ir à delegacia. Aí é que entra a realidade da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Militar e dos guardas municipais. Esse deslocamento se torna ineficaz para a prevenção, ineficaz para o combate à criminalidade e, extremamente, caro, porque estamos jogando fora.

O outro aspecto é que nós todos, policiais militares rodoviários federais, temos de jogar fora, jogar no lixo, tudo aquilo que poderia ser instrumentalizado à Justiça e ao Ministério Público para processar e julgar, que são as apurações de crimes que fazemos. Os senhores cadetes bacharéis, que começaram agora no concurso como civis, não têm essa experiência, mas todos aqui, que já eram policiais militares no concurso, têm crimes apurados. O Matoso está aqui, não é, Matoso? São quase 15 anos de polícia.  
Código do documento: 1150214

É claro que ele já apurou muitos crimes que poderiam ter sido materializados pelo Ministério Público e pela Justiça, mas sempre jogou na lata de lixo, porque não tem empoderamento legal para fazê-lo. Então, temos essa deficiência e o ciclo completo se propõe, na nossa convicção, a responder a ela com aquilo que nós produzimos: poder de instrumentalizar a Justiça; aquilo que é flagrante e não exige investigação, que instrumentalize a Justiça; que as Polícias Civil e Federal se tornem, de fato, uma agência de excelência em investigação. Há muito fio de meada para ser puxado e centenas, milhares de crimes para serem investigados, mas não são em função da nossa lógica hoje de que a Polícia Civil tem de estar pronta para receber as Polícias Militar e Rodoviária Federal. Não tem como; os senhores sabem disso. Nos plantões noturnos, aos sábados, domingos e feriados, não há investigação. Então, só temos investigação de fato na Polícia Civil de 7 horas às 19 horas, de segunda a sexta, porque o resto é plantão, cujo objetivo é atender a demanda que levamos. Não há investigação, ainda que se determine alguma diligência. Portanto não é uma crítica à competência da Polícia Civil, mas ao modelo que temos.

Assim, na nossa avaliação, precisamos levar em conta a necessidade do empoderamento para todas as polícias poderem fazer todos os atos e nos organizarmos. Essa organização também tem modelos no mundo. Lembramos que esse nosso modelo, na América Latina, só o Brasil tem; no mundo, somos mais uns quatro ou cinco países com esse modelo irracional de gestão da segurança pública.

Considerando que já temos outras agências, a nossa proposta,  
Código do documento: 1150214

então, não é acabar com nenhuma agência, mas sim nos organizarmos. Parece-nos um modelo eficaz, se admitíssemos uma divisão por território por estado de flagrância. Num território em que há mais de uma agência de polícia, vamos chamar assim, aquele que estiver no policiamento ostensivo, que atendeu a um flagrante, fecha-o, encerra-o, toma todas as medidas e o entrega à Justiça. No âmbito da Guarda Municipal, que esse flagrante seja no limite do TCO, porque há o pressuposto de que a Guarda Municipal tem um território definido e que o flagrante no TCO não exige deslocamento. Então, potencializaríamos a sua capacidade, a sua eficácia naquele local, e o policial não jogaria no lixo a informação com a qual poderia instrumentalizar a Justiça, sem que isso seja considerado usurpação de função. E no território em que houvesse apenas uma agência, ela, sim, faria o ciclo completo. Aí teríamos clareza da capacidade técnica, da responsabilidade profissional, do controle interno da Polícia Militar. Temos a tranquilidade de dizer que, se admitirmos esse modelo de flagrância e de território, efetivamente tornaremos muito mais eficazes as nossas agências de polícia.

Então, comentando mais uma vez a fala do Dr. Marco Antônio de que este debate está acontecendo em função de economia, queria dizer que, ainda que ele gere economia, o que nos motivou foi a eficiência e a eficácia e também uma alternativa para que enfrentássemos o debate da desmilitarização. Tenho insistido nessa questão e tido a oportunidade de me reunir com o CNCG, com a Feneme, enfim, com vários segmentos, e dizer que ficamos até agora

Código do documento: 1150214

refratários ao debate porque não queríamos enfrentar o debate da desmilitarização. Não tínhamos segurança política, segurança de organização para enfrentar o referido debate. Tínhamos medo de perder, assim ficávamos sempre refratários. Acho que, se não dermos um passo à frente para assumir essa discussão, para demonstrar que, do ponto de vista da doutrina, não temos nada que orienta para violação de direitos humanos, absolutamente nada que orienta para a violência, nada temos a perder. A violência é um componente do poder. Quem o exerce, se não tiver controle, vai exercê-lo de forma violenta.

Vou dar um exemplo e espero ser compreendido. Trabalhei e vim várias vezes a Assembleia para ajudar a discutir a transferência do sistema prisional para um órgão específico, que não fosse nem a Polícia Civil nem a Polícia Militar. Essa lei era de 1998, havia um prazo para cumpri-la, o que aconteceu no governo Itamar Franco. Cadê o Toninho Pipoco? Ele já foi embora. Nós trabalhamos muito juntos. Quero registrar o mérito do Sindpol nessa luta; entrou na Justiça. Uma das discussões que a Casa fazia há 15, 20 anos era que tinha de retirar o sistema prisional da polícia, porque ela era violenta. Houve a CPI carcerária, portanto fico a vontade para falar. Não é apenas compreensão minha. Esse debate é resultado da CPI carcerária que houve no Congresso, no ano passado. Nessa CPI eu questioneei: onde não há polícia tomando conta no sistema prisional diminuiu a violência? A resposta é "não". Isso não me satisfaz. De certa forma, isso me permite afirmar que a violência não é um componente da formação policial

Código do documento: 1150214

militar. Ela é um componente do poder, que se não tiver controle nos leva a esse estado.

Portanto, para encerrar, registro que estou deixando esse material. Estou pedindo que nos ajudem a construir esse modelo, nos ajudem a enxergar. Não queremos errar nessa proposta. Não queremos fazer o enfrentamento que estamos fazendo, com tantas representações, com tantos interesses, para chegar ao final e concluirmos que tomamos a decisão errada. Se tivermos de tomar a decisão errada, teremos de recuar. Por isso é um processo em construção, mas acreditamos nele. Deixei o material aí. Peço que avaliem, que contribuam. Deixamos um *e-mail* específico: [modeloqueseCompleta@gmail.com](mailto:modeloqueseCompleta@gmail.com). Houve uma correção na redação. O correto é: mandato e não mandado. Ainda bem que fiz poucas impressões. O erro é nosso, não é da gráfica, que não alterou nada.

Com essas manifestações, quero agradecer à Polícia Civil, que veio institucionalmente, por meio da Associação do Sindicato dos Delegados, do Sindpol. Quero agradecer à Polícia Militar, que veio institucionalmente, às entidades de classes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, à Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, enfim, a todos. Agradeço aos senhores que, apesar de estarem no processo de formação de curso e terem uma dinâmica de estudo durante o dia inteiro, vieram e estão aqui participando com muita responsabilidade. Acredito que é possível fazer muito mais que aquilo que estamos fazendo porque nós todos -

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**1ª Reunião Especial da Comissão de Segurança Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**18ª Legislatura**

**18/3/2016 - 9 horas**

Pág. 174

Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, guarda - temos competência. Temos problema de modelo.

Alguém disse que há 15 anos nada muda na legislação penal. Recentemente aprovamos um projeto meu lá. Pelo menos um foi aprovado. Foi o projeto do aumento da pena para os que praticarem crimes contra policiais. E não foi só o aumento de pena, tornando esse crime hediondo e qualificando-o. Portanto, posso atestar que fizemos pelo menos um.

Considerando cumpridos os objetivos deste debate público, declaro encerrados os nossos trabalhos. Mais uma vez, agradeço a todos e desejo-lhes um bom final de semana. Muita paz para todos nós. Muito obrigado.